



# 2007

## Relatório Anual & Demonstrações Contábeis



# Eletrobrás



A energia que movimenta o Brasil.







2007

Relatório Anual

500

# Mensagem do Presidente

MENSAGEM DO PRESIDENTE



A Eletrobrás chega ao final de 2007 com grandes e renovadas expectativas. Em mais um ano de trabalho, reafirmamos nosso compromisso com o crescimento do país, participando da criação de um novo modelo institucional para o setor elétrico brasileiro, investindo em conservação e economia de recursos e em fontes alternativas de energia. Com mente e olhos voltados para o futuro, erguemos um presente de importantes realizações. Em seu conjunto, elas nos dão a certeza de estarmos vivendo um momento histórico único. Talvez um dos mais importantes desde a criação da empresa, em 1962.

Como investimentos essenciais ao crescimento da economia brasileira, ressaltamos o término de grandes obras de geração e transmissão e a retomada de projetos estruturantes do sistema interligado nacional e do sistema isolado. Itaipu ganhou mais 1.400 MW de potência depois da instalação das últimas duas máquinas. A Usina de Tucuruí é hoje uma das maiores hidrelétricas do mundo em operação, totalizando 8.370 MW de capacidade com a conclusão da segunda etapa. Em Candiota C, depois de 23 anos de paralisação, estão sendo investidos mais de R\$ 1 bilhão. Além disso, foi obtida autorização para retomada da construção da Usina Nuclear Angra 3, paralisada há mais de 20 anos, e novos empreendimentos foram viabilizados, como as Usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, com recursos da ordem de R\$ 20 bilhões. Estas são algumas entre muitas ações que consolidam as bases do futuro energético do país. Mas o futuro também se constrói com racionalização e conservação do uso da energia elétrica consciência e com o desenvolvimento de fontes alternativas. Neste sentido, a Eletrobrás se destaca por sua atuação nos programas do governo federal. O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) implementou 144 empreendimentos, totalizando 3.300 MW e investimentos privados da ordem de R\$ 10 bilhões. O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (ReLuz) fomentaram ações no sentido da conservação e economia de energia. E cerca de 10 milhões de brasileiros passaram a ter acesso à energia elétrica graças ao Luz para Todos, o maior programa de eletrificação rural do mundo. Acreditamos num Brasil que cresce a cada dia, impulsionado pela estabilidade da moeda, pela atualização e modernização do parque industrial, pelos bons resultados da balança comercial e pela atenção especial do governo Lula aos setores estratégicos. Acreditamos no papel primordial da energia neste cenário. E acreditamos, sobretudo, que é com conhecimento, idéias e ideais que se constrói o futuro. Para alimentá-los e fortalecê-los, a Eletrobrás investiu cerca de R\$ 43 milhões na recapitação, melhorias e expansão dos laboratórios e recursos humanos do Cepel. E implantou a Unise, universidade corporativa, apostando na melhoria da capacidade individual dos profissionais e da empresa.

Por tudo isso, vislumbramos excelentes perspectivas para o próximo ano. Uma certeza que deve ser reforçada pela aprovação da Medida Provisória 396, atualmente em processo de votação pelo Senado Federal. Aprovada, ela trará a alteração de aspectos importantes do estatuto e da estrutura de funcionamento da Eletrobrás, permitindo-nos alçar vôos ainda maiores. Sempre guiados pela energia de nossos mais caros ideais.

José Antonio Muniz Lopes  
Presidente da Eletrobrás

# Índice

## INDICE

<b>1. Introdução .....</b>	<b>8</b>
1.1 Perfil da Companhia .....	9
1.2 Sistema Eletrobrás .....	10
1.3 Panorama Mundial.....	11
1.4 Panorama Brasileiro.....	13
1.5 Mercado de Energia Elétrica .....	16
1.6 Evolução dos Dados Operacionais das Controladas .....	18
1.7 Atividades Internacionais.....	19
1.8 Planejamento Estratégico .....	20
<b>2. Análise Empresarial e Financeira.....</b>	<b>22</b>
2.1 Desempenho Econômico e Financeiro .....	23
2.2 Indicadores Financeiros .....	25
2.3 Estrutura de Capital e Endividamento .....	27
2.4 Remuneração aos Acionistas .....	28
2.5 Resultado Primário.....	29
2.6 Análise do Risco Empresarial.....	30
2.7. Débitos Vencidos – Renegociação .....	31
2.8. Empréstimo Compulsório .....	33
<b>3. Relações com Investidores e o Mercado Financeiro.....</b>	<b>34</b>
3.1. Rating.....	35
3.2. Base Acionária .....	37
3.3. Indicadores de Governança Corporativa .....	38
3.4. Análise das Ações da Eletrobrás e do Ibovespa .....	39
3.5. Programas do <i>American Depositary Receipt</i> (ADR) .....	40
3.6 Latibex (Mercado de Ações Latino-Americanas existente na Bolsa de Madri): .....	41
3.7. Carteira de Ações da Eletrobrás .....	42
3.8. Captação de Recursos no Mercado Internacional.....	44
3.9 Auditores Independentes .....	45
<b>4. Comercialização de Energia.....</b>	<b>46</b>
4.1 Itaipu .....	47
4.2 Proinfa .....	48
4.3 Interligações Fronteiriças .....	49
5. Investimentos.....	50
5.1 Empresas e Projetos .....	51
5.2 Em Geração.....	53
5.3 Em Transmissão .....	54
5.4 Nos Sistemas Isolados .....	55
5.5 Expansão da Oferta de Energia Elétrica do Sistema Eletrobrás.....	56

5.6 Novos Empreendimentos e Parcerias .....	59
5.7 Recursos Ordinários .....	60
5.8 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) .....	61
<b>6. Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento do Cepel .....</b>	<b>62</b>
<b>7. Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI) .....</b>	<b>64</b>
<b>8. Fundos Setoriais .....</b>	<b>66</b>
8.1 Reserva Global de Reversão (RGR).....	67
8.2 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE .....	68
8.3 Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) .....	69
8.4 Luz para Todos .....	70
8.5 ReLuz.....	71
8.6 Procel .....	72
9. Gestão Empresarial .....	74
9.1 Comunicação Empresarial .....	75
9.2 Recursos Humanos .....	77
9.3 Ações Administrativas .....	78
9.4 Auditoria .....	79
9.5 Ouvidoria-Geral.....	80
<b>10. Responsabilidade Social .....</b>	<b>82</b>
<b>11. As Empresas Federais de Distribuição .....</b>	<b>84</b>
<b>12. Meio Ambiente .....</b>	<b>86</b>
<b>13. Informações de Natureza Social e Ambiental .....</b>	<b>90</b>
<b>Demonstrações Contábeis de 2007 .....</b>	<b>92</b>
<b>Índice.....</b>	<b>94</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>201</b>
<b>Diretoria Executiva .....</b>	<b>220</b>
<b>Parecer Auditores Independentes.....</b>	<b>222</b>

# 1. Introdução

Relatório Anual 2007



*Furnas – Panorâmica da Usina Mascarenhas de Moraes (Arquivo Furnas)*



## 1.1 Perfil da Companhia

A Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás é uma empresa de economia mista e de capital aberto, controlada pelo governo federal que detém 53,99% das ações ordinárias. Maior holding do setor elétrico da América Latina, a Eletrobrás tem também ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (Bovespa), de Madri, na Espanha, e no mercado de balcão dos Estados Unidos (American Depositary Receipts - ADR nível 1). O objetivo da Eletrobrás, desde sua criação em 1962, é a realização de estudos, projetos, construção, operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Sob o controle da Eletrobrás estão as seguintes empresas de geração, transmissão e distribuição de energia: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE. A holding também controla a Light Participações S.A. – Lightpar, e, em regime conjunto, a Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai. Atua, ainda, na área de distribuição de energia por meio das empresas federais Eletroacre (Acre), Ceal (Alagoas), Ceam (Amazonas), Cepisa (Piauí) e Ceron (Rondônia), além das distribuidoras Manaus Energia e Boa Vista Energia S.A., subsidiárias integrais da Eletronorte.

O Sistema Eletrobrás, que reúne as empresas controladas, conta hoje com uma capacidade instalada de produção de 39.753 MW\* \_ 39,6% do total nacional \_, distribuída em 30 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas usinas nucleares. As linhas de transmissão alcançam 56.789 quilômetros, o que representa 63% da malha brasileira. O funcionamento do Sistema é integrado, com políticas e diretrizes definidas pelo seu Conselho de Administração e operacionalizadas pelo Conselho Superior da Eletrobrás (Consise), formado pelos presidentes da holding e das empresas controladas. As atividades de Pesquisa e Desenvolvimento constituem as principais atribuições do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel, criado há 34 anos e maior instituição do gênero, no Hemisfério Sul.

A Eletrobrás é responsável pela gestão de uma carteira de recursos setoriais composta pela Reserva Global de Reversão (RGR), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Utilização do Bem Público (UBP) e pela Conta de Consumo de Combustível nos Sistemas Isolados (CCC-Isol), que financia os combustíveis fósseis utilizados nos Sistemas Isolados, localizados, em sua maioria, na Região Norte do país.

Os recursos da RGR e da CDE financiam três programas do governo federal: Luz para Todos – universalização do acesso à energia; Reluz – estímulo à eficiência na iluminação pública, e Procel – conservação de energia elétrica. Esses recursos são também aplicados no financiamento de obras de geração e transmissão de energia elétrica.

*\* Incluída Itaipu (7.000 MW)*

## 1.2 Sistema Eletrobrás

Área de atuação e participação total da Eletrobrás  
no capital das empresas controladas - Dezembro/2007



Companhias	Linhas de Transmissão (km)	Capacidade Instalada (MW)
Eletronorte/Manaus Energia	10.448	9.782
Chesf	18.468	10.615
Eletronuclear	---	2.007
Furnas	19.278	9.782
CGTEE	---	490
Eletrosul	9.145	---
Itaipu	---	7.000
<b>TOTAL</b>	<b>57.339</b>	<b>39.753</b>

A expectativa de crescimento da economia mundial para 2007 da Organização das Nações Unidas é de 3,4%. As principais economias apresentaram taxas moderadas de expansão, sobretudo em virtude da crise imobiliária americana que afetou os mercados financeiros mundiais, no último trimestre do ano.

Os Estados Unidos cresceram 2,2% em 2007, contra os 3,8% registrados em 2006. Essa foi a menor taxa de crescimento da economia americana nos últimos cinco anos. O déficit comercial americano teve queda de 6,2%, na comparação com o ano anterior, notadamente em virtude da desvalorização do dólar em relação às principais moedas. Apesar da redução do déficit geral, houve um aumento de 10,2% no que se refere ao comércio com a China, chegando a US\$ 256,3 bilhões no ano.

No Japão, contrariando a opinião de analistas, o crescimento econômico foi muito superior ao esperado. Em 2007, a segunda maior economia do mundo, cresceu 2,1%, embora a expectativa fosse de 1,5%. Já a China obteve, em 2007, o maior crescimento econômico dos últimos 13 anos, e alcançou a taxa de 11,4%. Esse é o quinto ano consecutivo que a economia chinesa apresenta uma taxa de crescimento com dois dígitos, ficando assim confirmada a sua posição de quarta maior economia no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Na Europa, dados preliminares apresentados pela Eurostat – agência de estatísticas da União Européia – indicam que a atividade econômica no continente cresceu 2,9%. Ainda segundo a agência, a taxa de desemprego alcançou 7,1%. Analisando-se os principais países europeus, verificou-se que o crescimento da economia alemã em 2007 foi de 2,5%, inferior aos 2,9% registrados em 2006, em função basicamente do crescimento das exportações e pela ampliação dos investimentos. Acompanhando as previsões feitas, o crescimento da economia francesa atingiu 1,9% em 2007, frente os 2,2% do ano anterior. Já a economia da Espanha cresceu 3,8%, um décimo a menos que em 2006.

*Eletrobrás – Ilustração de  
Alexandre Wilson*



### **Petróleo**

Em 2007, o preço do barril de petróleo aumentou 57,21% comparado a 2006. Um desempenho semelhante ao de 2002, quando o aumento foi de 57,26%. A forte demanda de petróleo e combustíveis em nível mundial (principalmente EUA, China e Índia) e as tensões geopolíticas nas principais regiões produtoras foram os fatores determinantes para a disparada das cotações da *commodity*. O preço do Petróleo Intermediário do Texas (WTI, leve) ficou próximo dos US\$ 100, valor nunca visto desde 1983.

### **América Latina**

A expectativa para a expansão do PIB na região é de 5,6% em 2007, mesma taxa alcançada em 2006, segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Destaque para Argentina, que atingiu a marca de 8,6% alcançando, assim, o quinto ano consecutivo com taxas superiores aos 8%. Além disso, no rastro da disparada dos preços do petróleo, a Venezuela continua em seu ritmo de expansão e cresceu 8,5% frente os 10,3% de 2006.

Segundo o relatório da Cepal, em 2007, mantiveram-se muitas das principais características da atual fase de crescimento econômico da região identificadas nos últimos cinco anos. Dentre as mais importantes destacam-se: o superávit em conta corrente (ainda que em nível menor), a melhora nos termos de troca, o superávit fiscal primário, o desemprego decrescente, o aumento das reservas internacionais e a redução da dívida externa.

Os principais fatores que determinaram o crescimento econômico foram: o aumento do consumo e os investimentos de capital. O Investimento Direto Estrangeiro na América Latina encerrou o ano com saldo de US\$ 77 bilhões, crescimento de 69% comparado a 2006, destacando-se o Brasil com US\$ 34,6 bilhões, seguido do México com US\$ 16 bilhões.

As estimativas de crescimento para o PIB brasileiro estão em torno dos 5,2%, segundo fontes oficiais. O PIB industrial brasileiro cresceu 6% no ano de 2007, de acordo com o IBGE, sendo este o melhor resultado alcançado desde os 8,3% em 2004.

A Balança Comercial fechou 2007 com saldo de US\$ 40,039 bilhões. O resultado foi 13,8% menor do que o registrado em 2006, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que atribuiu essa redução à valorização da moeda nacional frente ao dólar e ao euro.

Em 2007, as exportações somaram US\$ 160,683 bilhões, registrando um aumento de 16,6% em relação ao ano anterior. Já as importações tiveram avanço de 32%, passando dos US\$ 91,351 bilhões, em 2006, para US\$ 120,583 bilhões, em 2007. Os produtos básicos registraram o melhor desempenho exportador com US\$ 51,59 bilhões, em 2007, representando uma alta de 28,08%; as vendas dos semi-manufaturados subiram 11,7%, chegando a US\$ 21,80 bilhões; e os manufaturados, responsáveis por 52,3% do total exportado pelo país em 2007, tiveram alta de 11,9%, saltando de US\$ 75,02 bilhões, em 2006, para US\$ 83,94 bilhões, em 2007.

Na conta de capitais e financeira da balança de pagamentos, destaca-se o item *investimentos em carteira* (títulos públicos, ações, etc.) que registrou um montante de US\$ 47,9 bilhões frente aos US\$ 9,5 bilhões de 2006. As aplicações estrangeiras em ações e títulos de renda fixa apresentaram crescimento significativo de 1.530% em relação ao verificado em 2006 de 240%, alcançando, respectivamente, R\$ 26,2 bilhões e R\$ 21,7 bilhões.

Durante o ano de 2007, o ingresso de investimentos estrangeiros diretos foi de US\$ 34,6 bilhões, o que representa um crescimento de 84,3% em relação ao ano anterior. Segundo o Banco Central, esse resultado representa um novo recorde, superando o anterior, estabelecido no ano 2000, quando US\$ 32,7 bilhões em investimentos ingressaram no Brasil. Entretanto, naquele ano houve elevada entrada de recursos devido às privatizações. As reservas internacionais aumentaram em US\$ 94,5 bilhões, acumulando um volume recorde de US\$ 180,3 bilhões, em 2007.

*Eletronuclear - Rotor do Gerador da Usina Nuclear Angra 2 (Arquivo Eletronuclear)*



### Política monetária e metas de inflação

A política monetária adotada pelo governo federal, via Banco Central do Brasil (Bacen), possui como diretriz o controle da inflação utilizando-se do regime de metas. Para o ano de 2007, a meta foi estipulada em 4,5% para o índice oficial, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo que há possibilidade de desvios de 2% para mais ou para menos, denominados de banda superior e inferior, respectivamente. Tendo em vista o comportamento dos preços ao longo do ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) seguiu a política de redução das taxas de juros em 2007.

A inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2007 em 4,46%. Com peso de 21,44% no índice, o grupo alimentação e bebidas foi o principal responsável pela alta de 10,79% em 12 meses. Os produtos não alimentícios, com peso de 78,56%, aumentaram 2,83% no acumulado do ano devido às reduzidas variações em itens como telefonia fixa (0,34%), energia elétrica (-6,16%), habitação (1,76%), entre outros.

O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) encerrou o ano com aumento de 7,75% frente os 3,14% de 2006. O referido índice é muito sensível às mudanças cambiais, pois 60% de seu peso são produtos do atacado, muitos dos quais referenciados em dólar. Considerando a desvalorização da moeda americana frente ao real, observa-se que o câmbio não foi fator determinante para o aumento observado. Em síntese, INCC (Índice Nacional do Custo da Construção) aumentou 4,6% (construção civil), sendo sua participação de 10% na formação do índice; o IPC (consumidor), que corresponde a 30%, registrou 4,5% de aumento; e o IPA (atacado), com elevação de 9,9%, contribuiu com 60% do referido índice.

### Finanças Públicas

A política de promoção de superávits primários permaneceu em 2007. A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), no conceito primário, encerrou 2007 com -3,98% do PIB, superando a meta de -3,8%. O governo federal respondeu pela maior parcela do esforço fiscal, 4,11% do PIB, seguido pelos governos estaduais (0,48%) e empresas estatais (0,48%). Os juros nominais recuaram de 6,86% do PIB, em 2006, para 6,25%, em 2007, acarretando redução das NFSP nominais em 0,73%.

A dívida pública federal aumentou 7,8% em relação a 2006, alcançando R\$ 1,334 trilhão. Ainda assim, situou-se abaixo da meta estipulada pelo Tesouro Nacional que, devido à crise financeira (*subprime*) do segundo semestre, interrompeu o lançamento de novos papéis. O aumento de 12% da DPMFi (dívida interna) foi o responsável pela elevação da dívida pública total do governo federal, passando dos R\$ 1.093,5 trilhão, em 2006, para R\$ 1.224,9 trilhão, em 2007. A dívida externa encerrou o ano de 2007 em R\$ 108,88 bilhões, com queda de 24,1% em relação a 2006 (R\$ 143,5 bilhões). A valorização do real e o programa de resgate antecipado (*buyback*), além do fato de que os vencimentos de bônus e dívidas contratuais superaram as novas emissões e as contratações responderam pela redução dessa parcela da dívida.

A estabilização político-econômica do país vem trazendo benefícios para a rolagem da

dívida pública. O governo federal considerou positiva a gestão da dívida pública em 2007. De fato, pode-se destacar a elevação do prazo médio de vencimento dos papéis de 35 meses, em 2006, para 39 meses, em 2007, o que contribuiu para a redução do risco de refinanciamento. Além disso, observa-se a continuidade de redução dos títulos indexados ao câmbio (12,7% e 8,2% para os anos de 2006 e 2007, respectivamente) e à taxa Selic (33,4% em 2006 e 30,7% em 2007). Os títulos prefixados, em conjunto com os remunerados por índices de preços, se consolidam como os principais instrumentos de financiamento do governo federal, passando de 51,8%, em 2006, para 59,2%, em 2007.

### **Bolsa de Valores de São Paulo**

O índice Ibovespa obteve uma rentabilidade de 43,65% em 2007, fechando o ano com 63.886 pontos. O valor de mercado das empresas com ações listadas na Bovespa atingiu R\$ 2.477,6 bilhões em dezembro de 2007, um acréscimo de 60,4% em relação ao ano anterior. As empresas que integram a carteira do Índice Bovespa e do Índice Brasil (IbrX-100) responderam por 71,2% e 75,9%, respectivamente, do valor total da capitalização. Os setores de atividade com maior valor de mercado em 2007 foram: Instituições Financeiras, com R\$ 473,7 bilhões (19,1% do total); Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com R\$ 437,2 bilhões (17,6%); Mineração, com R\$ 291,7 bilhões (11,8%); e Energia Elétrica, com R\$ 182,0 bilhões (7,3%). Esse excelente desempenho foi acompanhado por superação de máximas históricas e também pelo maior volume financeiro já alcançado na história da Bolsa.

O aporte de capitais estrangeiros foi, mais uma vez, o maior responsável pela valorização do índice, respondendo por 34,5% do volume total, pouco abaixo dos 35,5% de 2006. Destaca-se a participação dos estrangeiros nas ofertas públicas de ações, incluindo IPOs (ofertas públicas iniciais de ações), de 75,8%. O fluxo de recursos estrangeiros para o mercado de ações brasileiro foi de R\$ 45,2 bilhões, resultado de R\$ 49,4 bilhões em aquisições realizadas pelos estrangeiros nas ofertas públicas de ações, e do déficit da negociação direta na Bovespa, que chegou a R\$ 4,2 bilhões.

A Bovespa encerrou o ano de 2007 com 64 ofertas públicas iniciais de ações, um crescimento de 146%, que representaram uma captação de R\$ 55,5 bilhões frente os R\$ 30,4 bilhões de 2006. Os fatores responsáveis pelo excepcional desempenho da bolsa podem ser atribuídos à alta liquidez internacional, ao bom desempenho do setor produtivo, à inflação controlada, aos juros em queda e a expansão do crédito.

Outro ponto que contribuiu para o 'boom' do mercado de capitais brasileiro foi o crescimento de 108% no número de investidores individuais, passando de 219.634 contas, em 2006, para 456.557, em 2007. A Bolsa alcançou uma média diária de negócios de 152.872 - aumento de 74,7% em relação a 2006, enquanto que o volume total negociado elevou-se em 100,3%, atingindo R\$ 1,2 trilhão. Logo, a média diária saltou para R\$ 4,9 bilhões, 101,1% a mais do que os R\$ 2,4 bilhões de 2006.

## 1.5 Mercado de Energia Elétrica

1.5 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

O mercado de fornecimento de energia elétrica em 2007 totalizou 367.278 GWh, representando um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior (Tabela 1). Considerando a evolução do mercado por subsistemas, é importante ressaltar o desempenho do subsistema Isolado e Nordeste, cujas taxas de crescimento foram de 6,1% e 6,3% respectivamente.

Entretanto, no que se refere à distribuição espacial do consumo de energia elétrica, o Sudeste/Centro-Oeste representou 59,3% do mercado de fornecimento brasileiro, enquanto as participações dos subsistemas Sul, Nordeste, Norte Interligado e Sistemas Isolados foram de 17,4%, 14,2%, 7% e 2,1%, respectivamente.

Analisando o mercado sob a ótica das classes de consumo, é possível identificar as tipicidades do consumo de energia elétrica de cada um dos subsistemas. Enquanto no Norte e Sul a classe comercial foi a que apresentou a maior taxa de crescimento (8,1% e 8,4%, respectivamente), nos Sistemas Isolados e no Nordeste o desempenho da classe industrial foi a de maior destaque (5,2% e 6,2%, respectivamente). No Sudeste/Centro Oeste, o maior crescimento foi observado nas classes Comercial e Residencial (6,1% e 5,2% respectivamente) (Tabela 2).

Entre os aspectos que interferiram, em 2007, no comportamento do mercado de energia elétrica na classe de consumo residencial, podemos destacar a ampliação da oferta de crédito, a queda da taxa de juros, impulsionando a venda de eletrodomésticos, o bom desempenho da construção civil e o aumento expressivo na quantidade de novas ligações residenciais, decorrentes do Programa Luz para Todos. Estes aspectos constituíram um ambiente favorável para que o crescimento desta classe de consumo superasse a do mercado total.

Por outro lado, o aumento significativo do *quantum* importado em todas as categorias de uso, com destaque para os bens de consumo duráveis (crescimento de 54,4% no acumulado de janeiro-outubro de 2007, com relação ao mesmo período do ano anterior), limitou o crescimento de consumo da Classe Industrial (demanda doméstica atendida por uma parcela crescente de bens produzidos externamente).

Em relação às Outras Classes (agregado das classes Iluminação Pública, Rural, Serviço Público, Poder Público e Consumo Próprio), é digno de nota o crescimento do consumo rural, sobretudo em função do Programa Luz para Todos no Norte e Nordeste e da maior utilização da irrigação.

[Tabela 1]

### Mercado de Fornecimento\* - Brasil 2003-2007 (GWh)

Classe	2003	2004	2005	2006	2007
Residencial	76.162	78.470	82.650	85.784	90.940
Industrial	136.221	146.065	149.040	157.423	136.323
Comercial	47.531	49.686	52.939	55.224	58.874
Outras Classes	47.073	46.551	49.936	51.796	54.141
<b>Total</b>	<b>306.987</b>	<b>320.772</b>	<b>334.565</b>	<b>350.227</b>	<b>367.278</b>

\*Fonte: EPE - Consumo Cativo + Consumo Livre



*Furnas – Subestação Bateias –  
Manutenção Preventiva  
(Arquivo Furnas/  
Clayton Duarte)*



[Tabela 2]

Taxas de Crescimento - Mercado de fornecimento(\*)  
Classes de Consumo e Subsistema 2006/2007 (%)

Subsistema	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	Total
Sistemas Isolados	5,6	5,2	6,0	7,9	6,1
Norte Interligado	9,7	4,0	8,1	7,6	5,3
Nordeste Interligado	7,4	6,2	6,5	4,6	6,3
Sudeste/C. Oeste	5,2	2,9	6,1	5,1	4,3
Sul	6,9	4,6	8,4	1,8	5,2
Brasil	6,0	3,7	6,6	4,5	4,9

\*Fonte: EPE /Consumo Cativo + Consumo Livre

## 1.6 Evolução dos Dados Operacionais das Controladas

Informações gerais	Consolidado – Sistema Eletrobrás				
	2003	2004	2005	2006	2007
Capacidade Instalada (MW)*	35.398	36.282	37.056	37.941	39.735
Linhas de Transmissão (km)	55.512	55.869	56.443	56.544	56.789
Geração Própria (GWh)**	207.842	212.266	218.955	241.162	233.112
Energia Vendida (GWh)**	233.615	218.718	221.087	243.105	239.998
Empregados*	21.685	22.332	23.076	24.998	26.177

\*Inclui 50% de Itaipu e as subsidiárias da Eletronorte Manaus e Boa Vista Energia.

*Cepel - Laboratório  
de Alta Tensão  
(Arquivo Cepel/  
Milton Maurenre)*



Em sintonia com a política de consolidar e ampliar sua atuação no setor energético internacional, a Eletrobrás participou, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), de entendimentos com entidades de países da América Latina, visando atender a três projetos de cooperação técnica, que deverão ser assinados em 2008.

Dois deles surgiram por solicitação do Instituto Costarricense de Eletricidade (ICE) e foram direcionados a Furnas e Cepel, dados os temas de interesse: manutenção de centrais elétricas e acreditação de laboratórios, respectivamente. O terceiro, resultante de solicitação da venezuelana CVG Edelca ao Cepel, envolve basicamente cooperação em capacitação técnica e laboratorial.

Além disso, foi dado prosseguimento à prospecção de oportunidades de negócios de mútuo interesse na África - Angola e Namíbia, em conjunto com Furnas. Em apoio ao Ministério de Minas e Energia, a Eletrobrás também participou das negociações relativas à realização de estudos de inventário de trecho do rio Uruguai, na fronteira do Brasil com a Argentina. Esses estudos estão amparados pelo Tratado Internacional, firmado em 1982 entre os governos desses dois países.

Visando fomentar a integração regional, a Eletrobrás, que exerce a Presidência e a Gestão da Secretaria Executiva do Comitê Brasileiro (Bracier) da Comissão de Integração Energética Regional (Cier), participou de duas reuniões internacionais promovidas pela Comissão, no Uruguai e na Colômbia.

Em 2007, o Bracier concluiu o projeto “Diagnóstico da situação da eficiência energética nos países da América do Sul”, cujo objetivo é realizar um diagnóstico da situação da eficiência energética e buscar fornecer subsídios para que os 10 países membros da América do Sul tenham a oportunidade de elaborar políticas nacionais de incentivo ao desenvolvimento deste tema. Os resultados apontaram a existência de muitas necessidades, oportunidades e grandes potenciais nesta região, mas também concluiu que a expertise desenvolvida em alguns países, através de suas experiências e competências, habilita a proposição de soluções em busca da integração e sustentabilidade energética dessa região.

Fora do âmbito regional, em 2007 a Eletrobrás participou do acordo para fornecimento de serviços de consultoria internacional para a Usina Três Gargantas, solicitados pela China Three Gorges Project Corporation – CTGPC à Itaipu. Recebeu, ainda, a visita de delegações estrangeiras da Costa Rica, China, Equador, França, Rússia, Polônia, Inglaterra, Coreia, Zimbábue, El Salvador, Índia e Nigéria.

## 1.8 Planejamento Estratégico

Dando seqüência ao trabalho desenvolvido em 2006, parte dos Grupos de Trabalho constituídos para o desenvolvimento de Planos de Ação - indispensáveis para o alcance e desdobramento dos Objetivos Estratégicos -, concluiu seus trabalhos, resultando em Resoluções aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme segue:

### Estratégia Corporativa Nº 2 – Investimentos/ Novos Negócios

- **Plano de Ação 1:** Estabelecimento de Acordos de Metas Físicas e Financeiras da Eletrobrás com a União e com suas empresas controladas e de Diretrizes de Negócios e de Responsabilidade Social e Ambiental para as controladas.
- **Plano de Ação 2:** Aprofundamento dos estudos para elaboração de uma proposta dos tipos de negócios de interesse potencial para a **Eletrobrás**. Desenvolvimento de um processo de trabalho voltado para a prospecção regular de informações, de forma a permitir que a criação de oportunidades de negócios adquira um viés proativo na **empresa**. Desenvolvimento de modelagens institucionais e financeiras para cada tipo de negócio potencial, objetivando a atração de novos investimentos e novos investidores.
- **Plano de Ação 3:** Proposição das seguintes diretrizes para o novo modelo de parcerias no âmbito do Sistema **Eletrobrás** e com seus parceiros privados:
  - o Coordenação, pela **Eletrobrás**, da participação das Empresas Controladas em todas as parcerias, permitindo a obtenção da sinergia de resultados do Sistema Eletrobrás;
  - o Participação societária direta da **Eletrobrás**, em conjunto com as Empresas Controladas, nas parcerias para o Sistema;
  - o Participação da **Eletrobrás**, através de ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, permitindo a permanência no empreendimento até o final da concessão;
  - o Limitação da participação do Sistema **Eletrobrás** em 49% do capital social, no caso de parceria, com participação, preferencialmente, da *holding* **Eletrobrás**;
  - o Sedimentação da categoria de parceiro estratégico do Sistema **Eletrobrás**, e não apenas da Empresa Controlada, que será selecionado através de critérios tais como perfil de risco x retorno e visão de longo prazo;
  - o Constituição dos Comitês de Investimento nas Empresas Controladas, com representação da **Eletrobrás**.

*Eletronuclear –  
Piscina do Reator da Usina  
Nuclear Angra 2  
(Arquivo Eletronuclear)*

#### **Estratégia Corporativa Nº 4 - Carteira de Ações**

- **Plano de Ação 1:** Implantação da Política de Gestão da Carteira de Ações da Eletrobrás, com estruturação de metodologia própria e adoção de indicadores qualitativos e quantitativos.

#### **Estratégia Corporativa Nº 10 – Imagem da Empresa**

- **Plano de Ação 1:** Estruturação de uma política integrada de comunicação que envolva as dimensões de Marketing, Responsabilidade Social e Meio Ambiente.
- **Plano de Ação 2:** Definição de critérios para a concessão de patrocínios.
- **Plano de Ação 3:** Desenvolvimento de um programa de *endomarketing* para a Eletrobrás.



## 2. Análise Empresarial e Financeira

Σ' ΨΥΓΙΙ26 ΕΛΒΙ629ΙΙ9Ι 6 ΕΙΙ9ΙΙ6ΙΙ9

*Torres de Transmissão  
(Arquivo Eletrobrás)*

## 2.1 Desempenho Econômico e Financeiro

A Eletrobrás encerrou o exercício de 2007 com lucro de R\$ 1.547,9 milhão, equivalente a R\$ 1,37 por lote de mil ações. No exercício de 2006, a empresa registrou lucro de R\$ 1.161,3 milhão, equivalente a R\$ 1,03 por lote de mil ações, registrando uma elevação de 33%.

O comportamento do real frente a diversas moedas estrangeiras e o fato de a Eletrobrás deter relevante parcela de seus recebíveis (líquidos de obrigações) – R\$ 15.197,0 milhões (US\$ 8,579.6 milhões) - indexados a moedas externas, com destaque para o dólar norte-americano, criaram um cenário de perda para a companhia no exercício de 2007, que conteve a sua evolução.

Nos 12 meses de 2007, a Eletrobrás registrou perdas cambiais de R\$ 3.001,7 milhões. No mesmo período do ano anterior, a companhia sofreu perdas cambiais de R\$ 1.599,3 milhão, decorrentes de sua carteira de financiamentos e empréstimos. No que se refere às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, neste exercício de 2007, a empresa verificou um ganho de R\$ 529,2 milhões, 60% maior do que o verificado em 2006, quando foram reconhecidos ganhos de R\$ 330,6 milhões.

Apesar da forte redução do resultado, motivada por questões cambiais, no entanto, a influência do resultado financeiro decorrente, em grande parte, de sua carteira de financiamentos e empréstimos, possibilitou à Eletrobrás obter expressivo ganho líquido, de R\$ 3.741,7 milhões, fruto de seu programa de investimentos ao longo dos anos e do baixíssimo nível de endividamento. Em 2006, a carteira de financiamentos e empréstimos concedidos, gerou ganho líquido de R\$ 3.499,4 milhões.

O reconhecimento dos resultados obtidos pelas 21 empresas nas quais a Eletrobrás possui investimentos, que foram avaliadas por equivalência patrimonial, impactou de forma positiva e determinante o resultado da companhia neste exercício, quando a empresa registrou ganhos de R\$ 1.883,3 milhões. Este resultado sofreu influência do reconhecimento do superávit verificado nas Fundações de Previdência Complementar, patrocinadas pelas empresas do Sistema Eletrobrás, no montante de R\$ 1.224,4 milhão, com destaque para a Fundação Real Grandeza, que, isoladamente, contribuiu com um superávit de R\$ 1.138,0 milhão.

A atividade de comercialização de energia elétrica, apesar de significar um expressivo faturamento da ordem de R\$ 7.555,6 milhões, correspondente à venda da energia gerada pela Itaipu Binacional e pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), não representou ganhos para a companhia, nos termos da Lei nº. 10.438/02.

Com relação à energia de Itaipu, a Eletrobrás arrecadou o equivalente a R\$ 96 milhões, decorrente do desenvolvimento da atividade de comercialização de energia elétrica, no período de janeiro a dezembro de 2007, correspondente ao superávit produzido pela atividade, nestes 12 meses, a ser repassado aos consumidores em exercícios futuros, via tarifa. O déficit acumulado e recuperável, decorrente das operações de comercialização de energia elétrica de Itaipu, em 31 de dezembro de 2007 corresponde a R\$ 179,5 milhões e não representa risco para os investidores da companhia, dada a modelagem da atividade estabelecida em legislação aplicável.

O Proinfa, que assegura à Eletrobrás o direito a comercialização da energia produzida pelos próximos 20 anos, gerou em 2007 o superávit de R\$ 250,4 milhões, realizado nos limites do próprio programa, sem impactar a rentabilidade do acionista.

A Eletrobrás também busca alternativas de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a incrementar sua participação no setor, aumentando sua capacidade de geração de recursos, com foco na ampliação de sua rentabilidade e maior remuneração de seus acionistas. A empresa encontra-se inserida no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), o que significa que é reconhecida pelo mercado por sua transparência e boas práticas de governança corporativa. Hoje, encontra-se no Nível 1 da Bovespa – e de política socioambiental.

O conceito de avaliação da sustentabilidade empresarial tem como base o princípio do *triple bottom line*, que confere o mesmo peso a indicadores ambientais, sociais e financeiros. O princípio pressupõe que um projeto pode vir a ser inviabilizado por um grande passivo ambiental ou por práticas trabalhistas não aceitáveis internacionalmente. Por este motivo, as grandes instituições financeiras internacionais atribuem menor risco às empresas que apresentam estas práticas de sustentabilidade inseridas em sua estratégia de negócios. E ter o Índice de Sustentabilidade significa para as empresas signatárias um menor custo de captação internacional, seja no mercado de *equity*, seja no de *debt*. Os grandes fundos de pensão manifestam grande interesse em ações de empresas que são sustentáveis.

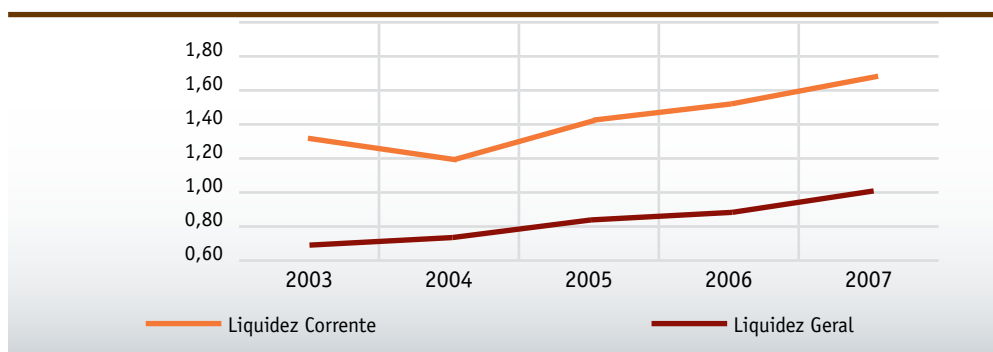
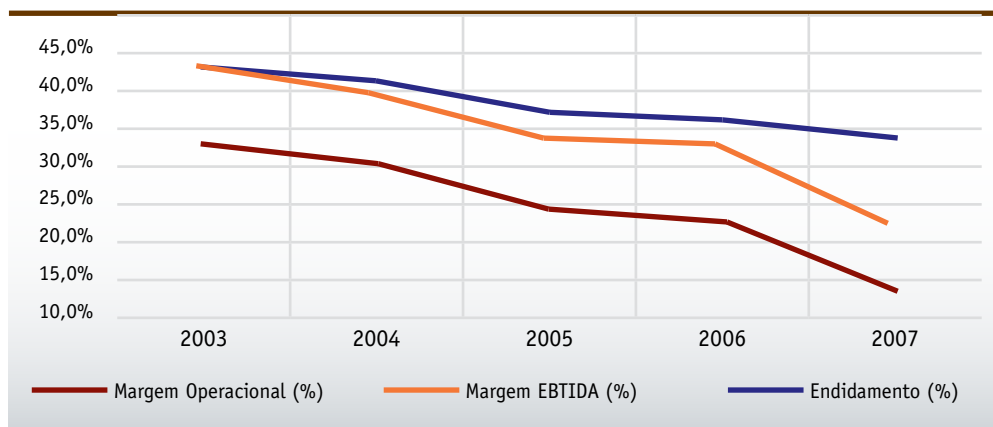
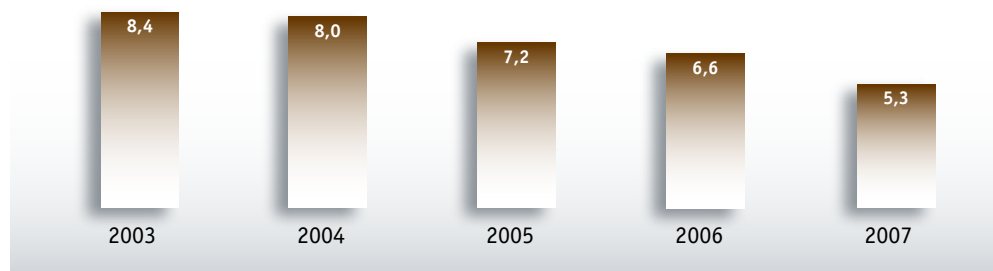
Dessa forma, a Eletrobrás também aderiu ao Pacto Global posicionando-se estrategicamente ao lado das maiores corporações mundiais, alinhadas pela ONU em relação à Responsabilidade Social Empresarial. Em busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva, o Pacto advoga dez princípios universais, envolvendo direitos humanos, direito do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção. O Pacto Global está ligado aos grandes movimentos de Investimento Socialmente Responsável (ISR) que tratam do conceito de sustentabilidade empresarial em nível mundial. Assim, Eletrobrás trabalha seriamente visando demonstrar aos investidores suas ações socioambientais consideradas politicamente corretas. Em conjunto com estas medidas, a companhia está em vias de obter seu registro da *Securities and Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos, e para atender à Lei *Sarbanes-Oxley*.

	01/01/06 a 31/12/06	01/01/07 a 31/12/07
Varição do IGPM	3,85%	7,75%
Varição do US\$	-8,66%	-17,15%

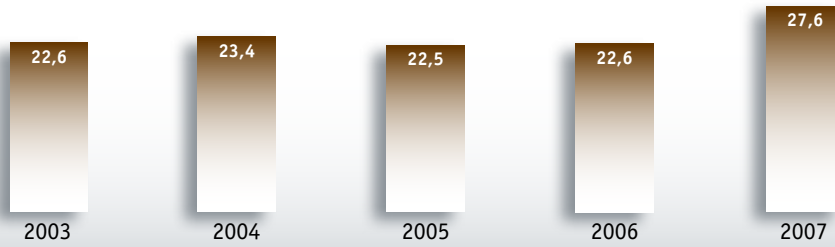


## 2.2 Indicadores Financeiros

### RECEITA TOTAL (R\$ BILHÕES)

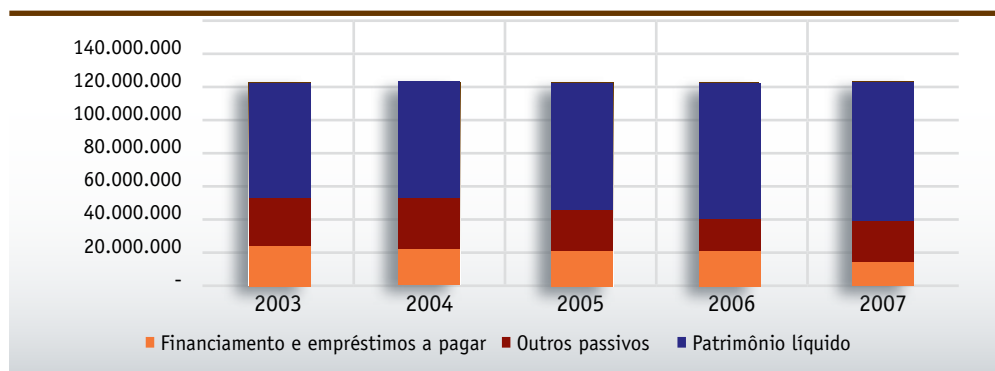
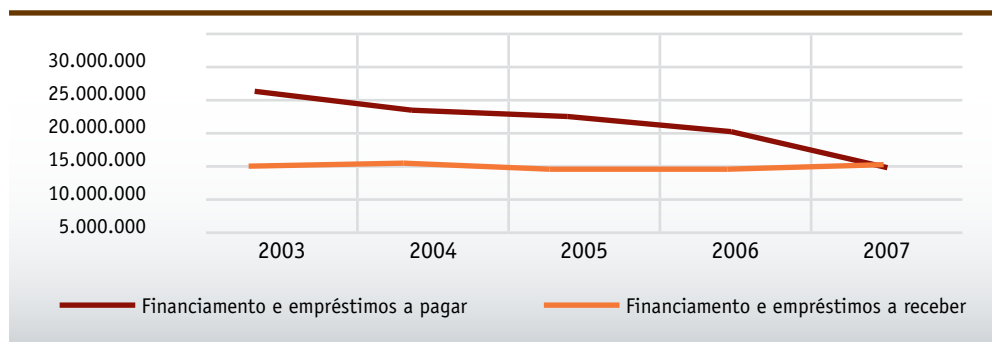


RECEITA TOTAL (R\$ BILHÕES)



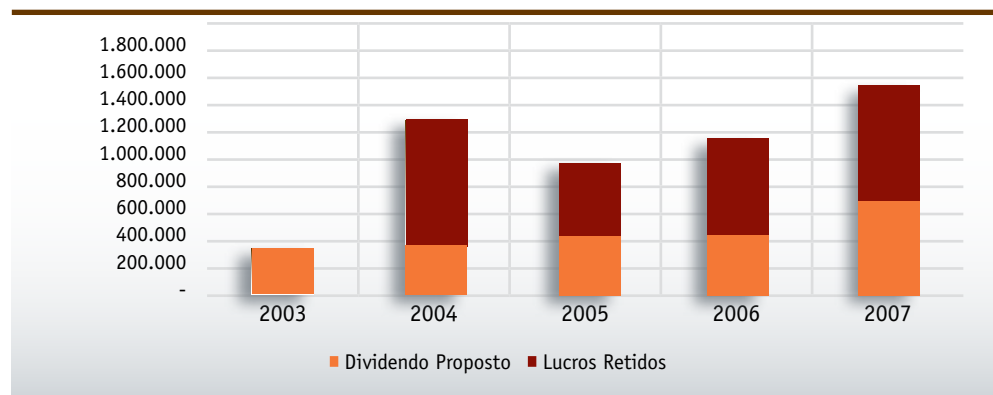
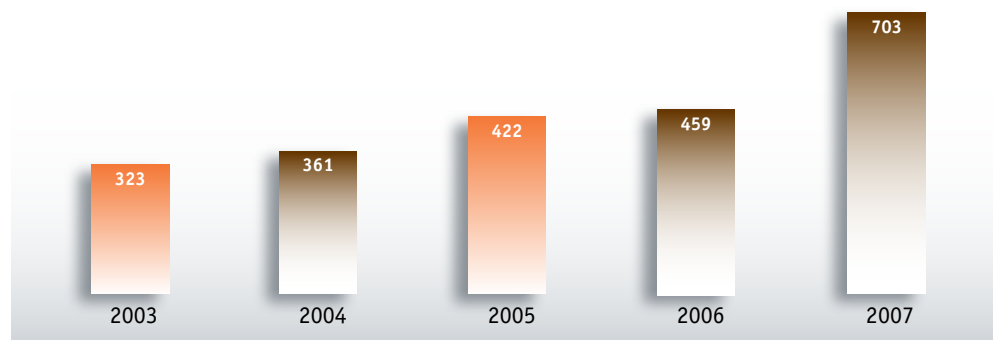
*Cepel - Laboratório de Ensaios  
sob Poluição  
(Arquivo Cepel/  
Milton Maurenre)*

## 2.3 Estrutura de Capital e Endividamento



## 2.4 Remuneração aos Acionistas

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS - R\$ milhões



## 2.5 Resultado Primário

A meta do Resultado Primário do Sistema Eletrobrás, para o ano de 2007, foi de R\$ 1.380 milhão, conforme Decreto nº. 5.939, de 19 de outubro de 2006.

Anos	Resultado	R\$ milhão
2007	Superávit	2.789,0
2006	Superávit	2.137,2
2005	Superávit	2.864,8
2004	Superávit	1.650,5
2003	Superávit	1.211,0



*Centro de Operações do Sistema  
Eletrosul (Cose)  
(Arquivo Eletrosul/Anísio Borges)*

## 2.6 Análise do Risco Empresarial

A partir da criação da Divisão de Análise de Riscos e de Rentabilidade foram dados os primeiros passos, no sentido de dotar a Eletrobrás de práticas e ferramentas para o tratamento sistemático de riscos. Com isso, procura-se atender às premissas fundamentais de governança corporativa e de sustentabilidade empresarial, melhorando a imagem da empresa diante dos diversos *stakeholders* e agregando valor às suas operações.

Durante o ano de 2007, dois grandes projetos foram iniciados. O primeiro, diz respeito ao programa de *hedge*, com instrumentos derivativos para mitigação do risco cambial da Eletrobrás, a partir de estudos que se estenderam de maio a julho e de reuniões com instituições financeiras. No segundo semestre foram aprovadas quatro Resoluções de Diretoria Executiva e três Deliberações do Conselho de Administração sobre o assunto, definindo a base regulamentar para a estruturação das operações. O início das negociações está previsto para o primeiro trimestre de 2008. O programa procurará reduzir, de forma substancial, a volatilidade observada nos resultados da empresa, tornando-os mais previsíveis e alinhados ao seu desempenho operacional.

O segundo projeto de destaque foi a implantação da gestão de riscos corporativos, inicialmente focada na Diretoria Financeira. O objetivo foi desenvolver uma metodologia de análise e mensuração qualitativa, de modo a consolidar a cultura de risco, permeando todos os processos de decisão dentro da empresa. Foram mapeadas diversas áreas estratégicas, com ênfase no impacto das atividades sobre o nível de volatilidade do fluxo de caixa projetado.

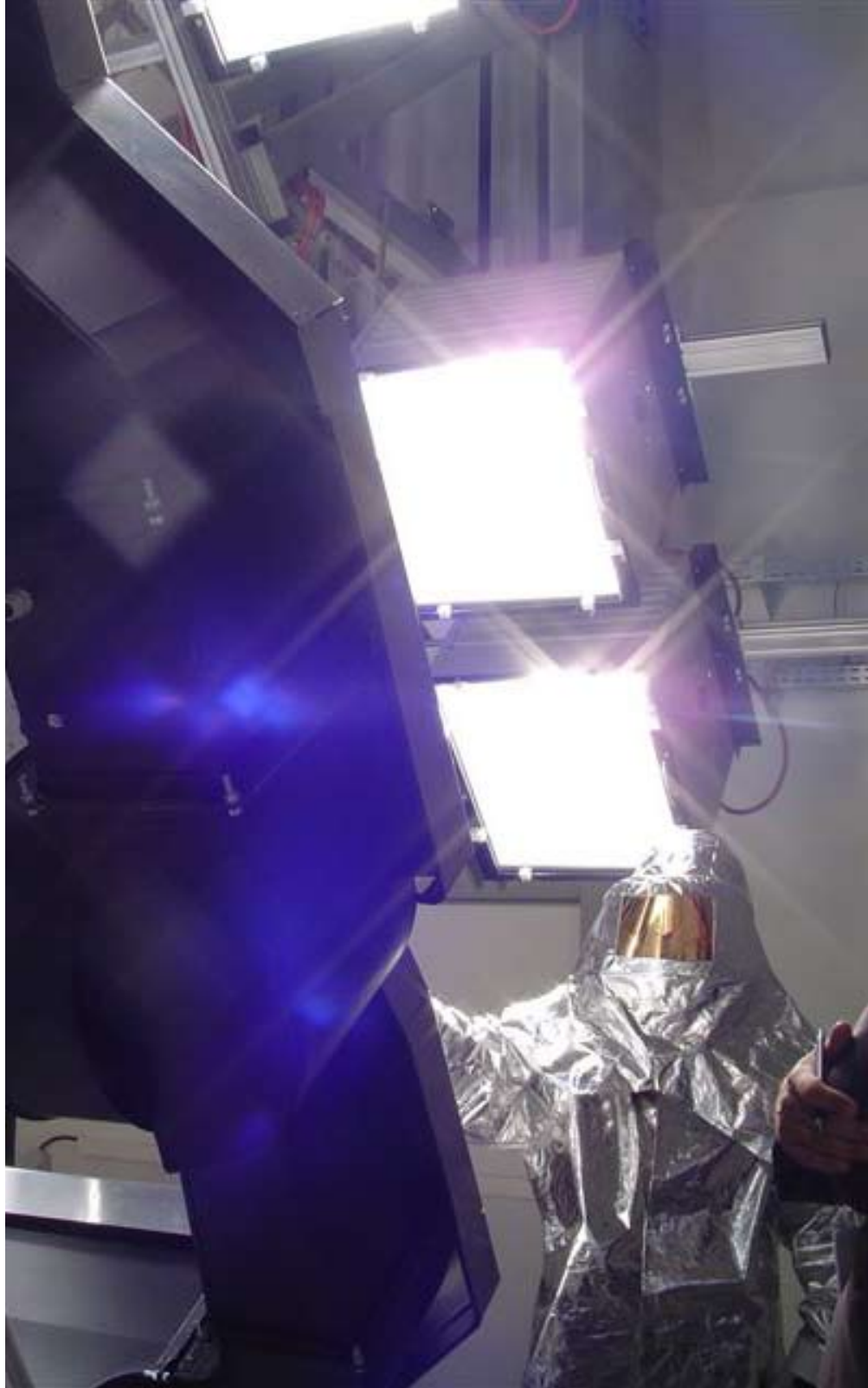
O processo resultou na contratação da consultoria *Ernst & Young*, já responsável pelos trabalhos de adequação à Lei *Sarbanes-Oxley*. O trabalho da consultoria se estenderá por todo o primeiro semestre de 2008 e dotará a empresa de um modelo de gestão integrada de riscos que permita identificar, gerir e monitorar as exposições e as oportunidades relevantes com foco nos objetivos estratégicos da Eletrobrás. Esse modelo permitirá, também, a integração de práticas isoladas já existentes na empresa, como o tratamento dos riscos ambientais, patrimoniais, operacionais e de TI.

## 2.7. Débitos Vencidos – Renegociação

### ΣΥΝ ΔΕΒΗΤΟΣ ΛΕΓΕΙΟΣ – ΚΑΙΝΟΤΟΜΙΕΣ

No exercício de 2007, as principais negociações realizadas foram com as empresas controladas e federais de distribuição, visando equacionar o quadro de inadimplência apresentado e, dessa forma, possibilitar a continuidade do recebimento de empréstimos e financiamentos, assim como suas participações em leilões de energia e os reajustes tarifários autorizados. Objetivou-se ainda, a redução das frustrações de receita da Eletrobrás e uma melhor previsibilidade no ingresso destes recebíveis, com reflexos positivos nos seus demonstrativos econômicos e financeiros, tendo sido renegociados R\$ 7.398,2 milhões, conforme quadro a seguir:

Companhia	Repactuado R\$ milhão	Condições
Ceal	44,0	Suspensão de principal no período de 01.01.2007 a 31.12.2007 dos contratos vigentes.
Ceron	55,0	Suspensão de principal e incorporação de juros no período de 01.01.2007 a 30.12.2007 do contrato ECF-1861/99, com modificações nas taxas de juros e administração.
Ceam	37,0	Suspensão de principal e incorporação de juros no período de 01.01.2007 a 31.12.2007 dos contratos vigentes.
Cepisa	73,2	Suspensão de principal e incorporação de juros no período de 01.01.2007 a 31.12.2007 dos contratos vigentes, exceto para o contrato ECF-2582/06.
Manaus Energia	68,0	Suspensão de principal e incorporação de juros no período de 01.02.2007 a 31.12.2007 dos contratos vigentes, com exceção aos contratos ECF-2301/03 e RES-0391/03, que terão incorporação de juros, e o contrato ECR-0237/86.
Manaus Energia	61,2	Parcelamento da dívida vencida referente ao pagamento efetuado pela Eletrobrás, como garantidora junto a El Paso.
Chesf	52,8	Incorporação da taxa de administração entre 01/01/07 e 30/11/07 e alongamento do prazo de amortização em mais três parcelas para o contrato ECF-1197/95. Resolução 043/07.
Chesf	38,0	Incorporação da taxa de administração entre 01/01/07 e 30/11/07 e alongamento do prazo de amortização em mais três parcelas para o contrato ECF-1197/95. Resolução 196/07.
Lightpar	15,3	Liquidação da dívida vencida do contrato RES-734/99, em espécie e através de encontro de contas.
Itaipu	2.965,2	Retirada da inflação americana dos contratos de financiamento e adequação dos saldos devedores entre Eletrobrás e o Tesouro Nacional.
Furnas	105,3	Prorrogação do prazo de carência do contrato ECF-2614/2007, transferindo a amortização única para 30/01/2008.
Eletronuclear	74,5	Suspensão da exigibilidade de principal das parcelas dos contratos de repasse com vencimento em 21/06/2007, transferindo o pagamento para 21/12/2007.
Eletronuclear	156,5	Refinanciamento das parcelas de principal dos contratos de repasse com vencimento em 21/12/2007.
Eletronorte	3.577,2	Quitação integral de valores vencidos de contratos RGR. Transferência de valores vencidos e a vencer de contratos para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Refinanciamento de valores vencidos do contrato Res-929/98.
CEEE	75,0	Refinanciamento de valores vencidos dos contratos financiados com RO e suspensão da exigibilidade de principal do contrato ECF-1714/98.
<b>TOTAL</b>	<b>7.398,2</b>	



*Eletróbrás / Procel – Simulador Solar - PUC/MG (Arquivo Eletróbrás)*





*CGTEE – Candiota III  
 (Arquivo CGTEE)*

Dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, em 2007, a Eletrobrás implantou no sistema escritural do Banco Bradesco S.A., 13.016.222 ações preferenciais da classe “B”. Enviou às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R\$ 15.713.762,78, referentes aos juros da correção dos créditos do empréstimo compulsório.



*Cepel - Detalhe dos isoladores  
 (Arquivo Cepel/  
 Milton Maurente)*

### 3. Relações com Investidores e o Mercado Financeiro



*Eletrobrás – Reunião do Departamento de Administração do Capital Social (Arquivo Eletrobrás / Jorge Coelho)*

A classificação de risco dos papéis de dívida da Eletrobrás está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo país, por ser a União o seu acionista majoritário. Segundo a agência Standard & Poor's, o *rating* soberano, na escala global, fechou o ano com nível BBB para negócios em moeda nacional e BB+ para moeda estrangeira, tendo atingido o *investment grade* para os negócios em moeda nacional. Na prática, observa-se o reflexo dessa classificação por meio do risco-país (diferença entre a taxa de juros paga pelos títulos dos tesouros brasileiro e americano).

O maior valor alcançado ocorreu em 26 de novembro (252 pontos), enquanto que o menor, 137, foi registrado em 18 de junho. O risco-país fechou o ano de 2007 em 222 pontos, estando a trajetória ao longo de 2007 ilustrada pelo gráfico abaixo:

EMBI + (2007)



O bônus da Eletrobrás com vencimento para 2015 encerrou o ano com *rating* BB+ para negócios em moeda estrangeira, segundo a agência de classificação *Standard & Poor's*.

Houve uma redução do *yield* dos papéis de dívida de emissão da Eletrobrás, de 1,9% ao longo de 2007. O maior valor registrado ocorreu em 23 de agosto, 7,1%, enquanto o menor, 5,8%, verificado em 24 de abril.

#### "YIELD" DO BÔNUS COM VENCIMENTO PARA 2015



*Vista noturna  
de Itaipu  
(Arquivo Itaipu  
Binacional)*

Acionistas	Nº. de Ações em 31/12/2006	*Nº. de Ações em 31/12/2007
União	261.923.621.935	523.847.243
BNDESPAR	66.878.975.753	133.757.950
FND	22.810.749.898	45.621.589
FGP	20.000.000.000	40.000.000
Outros	193.135.858.339	386.271.720
<b>TOTAL</b>	<b>564.749.250.925</b>	<b>1.129.498.502</b>

(\*) Houve grupamento de ação na proporção de 500/1 em agosto/07.

#### Quantidade de acionistas – sistema escritural:

Tipo	31/12/2006	31/12/2007	Variação %
Ordinária	3.721	3.992	7,28
Preferenciais	16.384	16.444	0,36
<b>TOTAL</b>	<b>20.105</b>	<b>20.436</b>	<b>1,64</b>

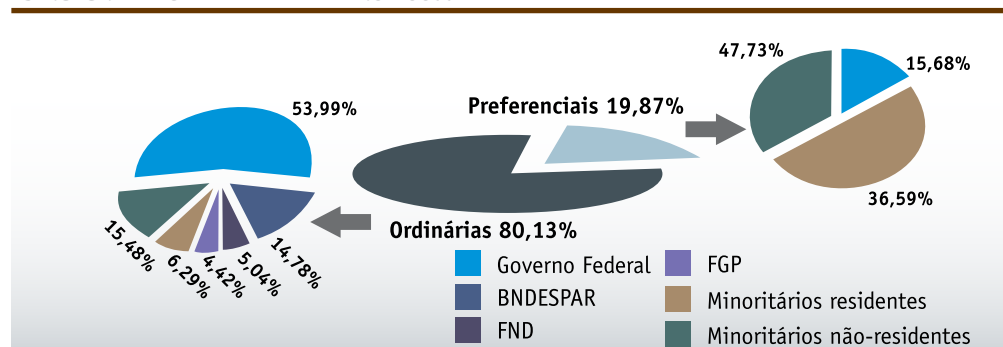
#### Quantidade de acionistas não – residentes:

Tipo	31/12/2006	31/12/2007	Variação %
Ordinaristas	264	288	9,09
Preferencialistas	257	283	10,11
<b>TOTAL</b>	<b>521</b>	<b>571</b>	<b>9,59</b>

#### Quantidade de acionistas residentes:

Tipo	31/12/2006	31/12/2007	Variação %
Ordinaristas	3.457	3.704	7,14
Preferencialistas	15.235	16.161	6,07
<b>TOTAL</b>	<b>18.692</b>	<b>19.865</b>	<b>6,27</b>

#### ESTRUTURA DE CAPITAL – DEZEMBRO 2007:



### 3.3. Indicadores de Governança Corporativa

**Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE):** A Eletrobrás teve suas ações listadas no referido índice em dezembro de 2007, fazendo parte das empresas que possuem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, baseadas no conceito do *Triple Bottom Line*. Atualmente, 43 ações emitidas por 34 empresas de 14 setores da economia estão listadas no ISE Bovespa.

**Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa:** A Eletrobrás continua atuando no sentido de aumentar sua transparência. Em 29 de setembro de 2006, aderiu ao Nível 1 de governança corporativa. Essa adesão é voluntária e a companhia, seus controladores e administradores assumem o compromisso de seguir as regras do regulamento de listagem da Bovespa. Os objetivos principais são a melhoria na prestação de informações ao mercado (maior *disclosure*) e a dispersão acionária.

**American Depositary Receipts (ADRs) Nível 2:** são certificados emitidos por bancos estrangeiros que correspondem a ações de empresas brasileiras, visto que essas não podem ser negociadas no exterior. Os ADRs possuem três níveis diferenciados de emissão, sendo o nível 3 aquele que permite o lançamento de novas ações. Atualmente, os ADRs negociados pela Eletrobrás encontram-se no nível 1 e são negociados no mercado de balcão, ou seja, não são negociados em bolsa, não sendo possível, assim, a captação de recursos com esses papéis. O objetivo é a apresentação da empresa para o investidor, preparando-se para futuras captações. A Eletrobrás vem realizando a adaptação da contabilidade ao padrão USGAAP, o levantamento de ajustes da parte atuarial, o levantamento legal para realização do formulário 20-F e também está iniciando o mapeamento de controle da Lei Sarbanes & Oxley (SOX), com o objetivo de ascender ao Nível 2. Com isso, suas ações passarão a ser negociadas em bolsa, como por exemplo a NYSE (Bolsa de Valores de Nova Iorque).

*Eletronuclear – Sala de Controle da Usina Nuclear Angra 2 (Arquivo Eletronuclear)*

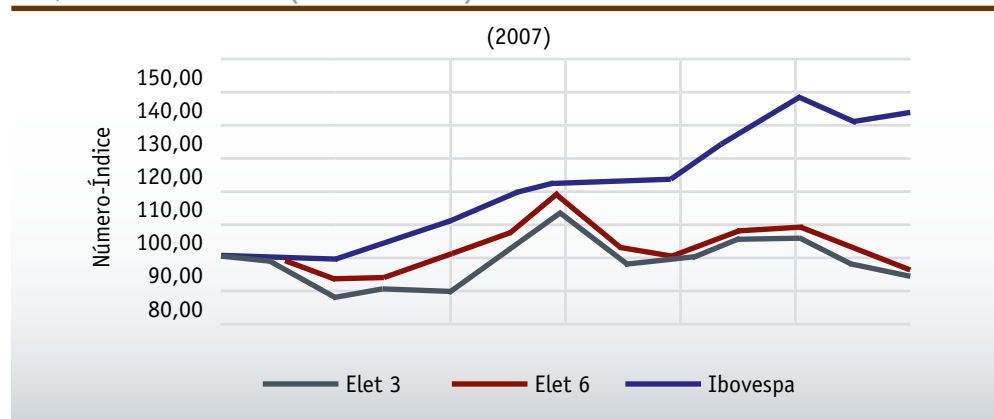


### 3.4. Análise das Ações da Eletrobrás e do Ibovespa

3.4. Análise das Ações da Eletrobrás e do Ibovespa

Entre dezembro de 2006 e dezembro de 2007, a valorização do Ibovespa foi de 43,65%, enquanto que as ações ordinárias (Elet3) e as preferenciais (Elet6) desvalorizaram 6,32% e 4,18%, respectivamente.

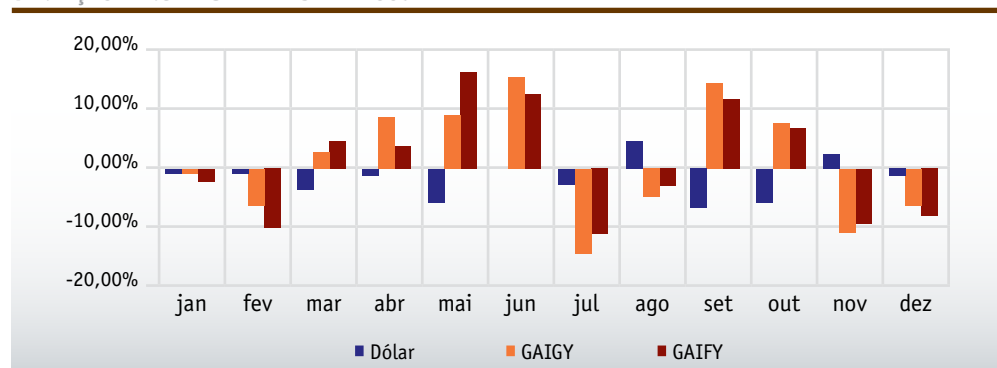
**ELET, 3 ELET 6 E IBOVESPA (DEZ 2006 = 100)**



### 3.5. Programas do *American Depositary Receipt* (ADR) 3.5. Programas do *American Depositary Receipt* (ADR)

**ADR Nível I:** As ações da Eletrobrás negociadas no mercado de balcão de Nova Iorque, tanto as ordinárias (CAIFY) quanto as preferenciais (CAIGY), obtiveram uma valorização de 9,28% e 13,66%, respectivamente, em 2007. Enquanto o real apreciou-se em relação ao dólar 17,15%, as ações ordinárias valorizaram-se 9,28% e as preferenciais 13,66%.

#### VARIAÇÃO PERCENTUAL MENSAL - 2007



**CAIGY — Ações preferenciais da Eletrobrás (Lote de 500 ações):** Os ADRs de ações preferenciais da Eletrobrás apresentaram o valor mais alto no dia 06 de novembro de 2007, fechando a US\$ 15,30. O valor mínimo dessas ações registrado no ano ocorreu no dia 5 de março, quando a cotação atingiu US\$ 9,65. Em 2007, esse papel encerrou o ano cotado a US\$ 12,90, com uma valorização de 13,66% em relação ao fechamento de dezembro de 2006, quando foi de US\$ 11,35.

**CAIFY — Ações ordinárias da Eletrobrás (Lote de 500 ações):** No ano de 2007, os ADRs de ações ordinárias da Eletrobrás registraram uma cotação máxima de US\$ 15,85, no dia 6 de novembro. O valor mínimo registrado foi de US\$ 9,90 no dia 5 de março. Em 2007 essa ação encerrou o ano cotada a US\$ 12,95, obtendo uma apreciação de 9,28% em relação a 2006, quando fechou o ano cotada a US\$ 11,85.



## 3.6 Latibex

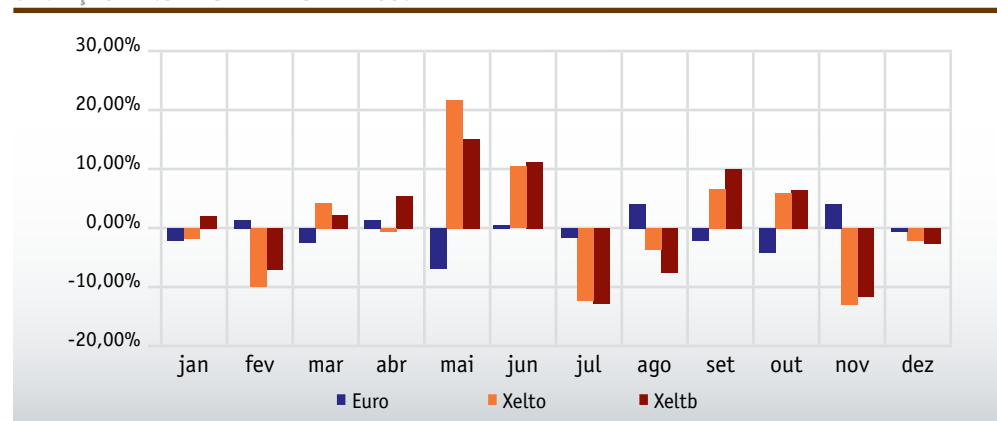
(Mercado de Ações Latino-Americanas existente na Bolsa de Madri):

(Mercado de Ações Latino-Americanas existente na Bolsa de Madri):

3.6 LATIBEX

O euro sofreu uma desvalorização, frente ao real, de -7,50%, no ano de 2007. As ações ordinárias (Xelto) valorizaram-se, no mesmo período, 1,66%, enquanto que as preferenciais (Xeltb) valorizaram-se 8,25%.

## VARIÇÃO PERCENTUAL MENSAL - 2007



**Xeltb:** As ações preferenciais do programa Latibex fecharam, no final do ano de 2007, em € 9,05. Já em 2006 este ativo fechou em € 8,36, o que reflete uma valorização de 8,25%. Durante o ano de 2007, a cotação mais alta foi atingida no dia 02 de julho, quando chegou a € 11,29. Já a mais baixa foi observada no dia 16 de agosto, quando foi de € 7,24.

**Xelto:** Este ativo, que representa as ações ordinárias do programa Latibex, obteve no ano de 2007 uma valorização de 1,66%, visto que no ano de 2006 fechou a € 9,06 e, no ano de 2007, fechou a € 9,21. Ao longo do ano de 2007, a cotação mais alta foi atingida no dia 21 de junho (€ 11,30). Já a mais baixa foi observada no dia 17 de agosto (€ 6,50).

### 3.7. Carteira de Ações da Eletrobrás

A Eletrobrás possui ações de empresas abertas do setor elétrico, englobando empresas de geração, transmissão e distribuição, cotadas no valor de R\$ 6.576,1 bilhões, em 31 de dezembro de 2007. Deste montante, R\$ 4.626,1 bilhões foram oferecidos como garantia de diversas ações judiciais, em sua maior parte em questionamentos relativos a empréstimos compulsórios e obrigações.

Companhia	Tipo	Cotação – R\$	Valor Total – R\$ milhão	Valor Bloqueado – R\$ milhão
CTEEP - PN	PN	38,70	1.800,5	1.543,8
CTEEP - ON	ON	35,36	217,8	130,8
Cesp - ON	ON	35,30	1,3	0,0
Cesp - PNA	PNA	33,01	220,0	212,0
CEB - PNA	PNA	41,97	8,2	8,2
CEB - PNB	PNB	39,39	4,2	4,2
AES Tietê - ON	ON	79,00	3,0	1,0
AES Tietê - PN	PN	66,50	500,5	474,2
Copel - ON	ON	29,50	45,2	0,0
Celg - ON	ON	26,20	0,6	0,0
Celpe - PNA	PNA	29,00	33,0	23,8
Celpe - PNB	PNB	29,23	0,2	0,0
Celpe - ON	ON	24,59	0,5	0,0
Celpa - PNA	PNA	16,50	2,0	1,4
Celpa - PNB	PNB	14,61	15,7	15,7
Celpa - ON	ON	14,89	307,7	0,0
CEEE D - ON	ON	7,49	918,9	799,6
CEEE D - PNB	PNB	16,00	56,1	56,1
CEEE GT - ON	ON	5,70	699,3	608,6
CEEE GT - PNB	PNB	5,70	20,0	20,0
Emae - PN	PN	12,34	177,9	177,9
Cemat - ON	ON	10,00	21,1	9,4
Cemat - PN	PN	9,30	383,2	383,2
Coelce - PNA	PNA	21,50	85,3	85,3
Coelce - PNB	PNB	21,69	33,2	33,2
Cemar - PNA	PNA	0,00	0,0	0,0
Cemar - PNB	PNB	0,28	17,0	0,0
Cemar - ON	ON	0,15	810,2	0,0
CGEEP - PN	PN	39,00	17,2	10,8
Celesc - PNB	PNB	42,50	176,1	26,9
Celesc - ON	ON	53,78	0,2	0,0
<b>Total</b>	---	---	<b>6.576,1</b>	<b>4.626,1</b>

**Varição anual da carteira da Eletrobrás**

R\$ milhão em 31/12/2006	R\$ milhão em 31.12.2007	% 2006-2007
4.731,5	6.576.1	138,98%

**VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES DA ELETROBRÁS**

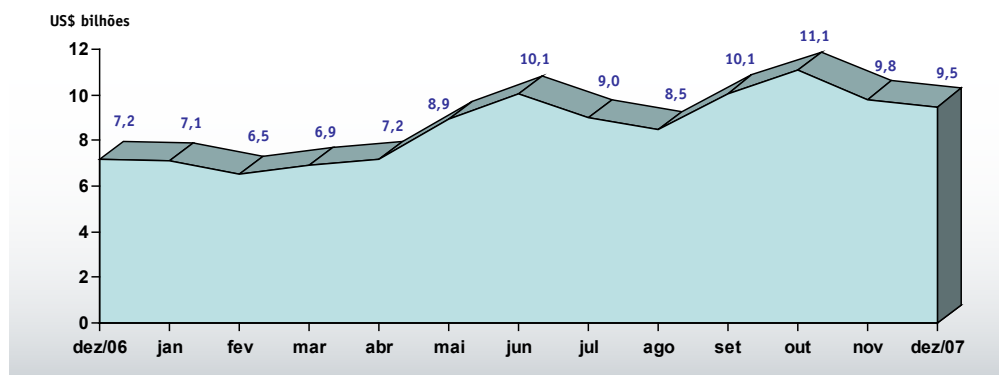


Gráfico da carteira de ações

### 3.8. Captação de Recursos no Mercado Internacional

Após negociações iniciadas nos anos anteriores, em abril de 2007 foram assinados contratos de financiamento entre a Eletrobrás e os bancos China Development Bank – CDB e BNP Paribas no valor de US\$ 430 milhões. Os recursos foram destinados à CGTEE, mediante a efetivação de contrato de repasse com a Eletrobrás e aplicados no projeto de construção da Fase C da Usina Térmica de Candiota II.

O financiamento nasceu da celebração, em 5 de junho de 2006, do Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-estrutura de Construção, assinado em Pequim, entre os governos do Brasil e da China, e corroborado pelo Decreto Legislativo nº. 409. A operação de financiamento recebeu aprovação do Senado Federal, de acordo com os termos da Resolução nº. 34, de 03/08/2006, que abonou a contratação, pela Eletrobrás, de financiamento junto aos bancos CDB e BNP *Paribas*.

A operação foi realizada em duas partes: Parte I, no valor de US\$ 281 milhões, prazo de 15 anos e juros de *Libor* acrescida de 0,75% a.a.; e Parte II, no valor de US\$ 149 milhões, com prazo de 8 anos e juros de *Libor* acrescida de 1,30% a.a.

Durante o ano, foram realizadas negociações para obtenção de empréstimo junto ao banco alemão KfW, no valor de € 37,5 milhões, para repasse à Eletrosul, cujos recursos serão destinados à construção do projeto de Pequenas Centrais Hidrelétricas Complexo São Bernardo. Para a realização de tal operação, aguardam-se, ainda, as autorizações governamentais.

O ano de 2007 foi marcado pela agitação no mercado financeiro norte-americano e pelo conseqüente aperto de crédito nos mercados financeiros internacionais, enquanto que no mercado de capitais houve redução no número de emissões de países emergentes. Diante desse cenário, a Eletrobrás não efetuou operação de captação de recursos ao longo de 2007.

Neste ano, foram iniciadas as tratativas para obtenção das autorizações pertinentes, com vistas à realização de um programa de captação de US\$ 600 milhões para o próximo exercício, a fim de financiar os projetos listados no PAC e também os ganhos pelas empresas do Sistema Eletrobrás nos leilões.

## 3.9 Auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobrás informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratados pelo prazo de três anos, contados a partir de 1º de agosto de 2005, para execução de auditoria das Demonstrações Contábeis da controladora e das informações consolidadas do Sistema Eletrobrás. Ressalte-se, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria.

Segue abaixo, a relação dos auditores independentes das empresas do Sistema Eletrobrás que, individualmente, também prestaram em 2007 serviços exclusivos de auditoria independente:

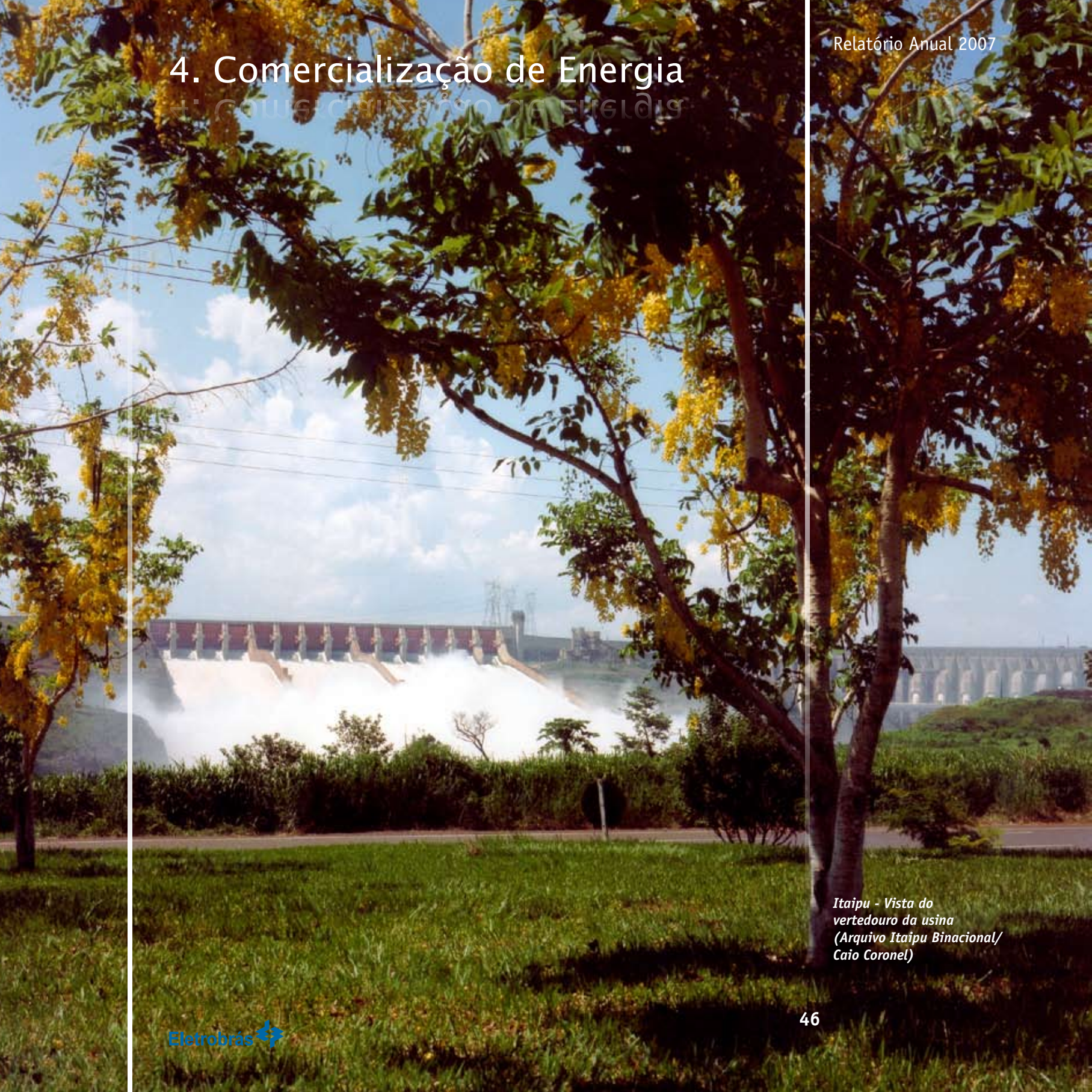
Companhias	Investida
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
Chesf	Boucinhas & Campos + SOTECONTI
Eletronorte	BDO Trevisan Auditores Independentes
Eletronuclear	HLB Audilink e CIA.
Eletrosul	Horwath Tufani, Reis & Soares
Furnas	HLB Audilink e CIA.
Itaipu	BDO Trevisan Auditores Independentes
Lightpar	Russell Bedford Brasil

*Linhas de Transmissão  
da Chesf  
(Arquivo Chesf)*



## 4. Comercialização de Energia

4.1. Comercialização de Energia



*Itaipu - Vista do vertedouro da usina  
(Arquivo Itaipu Binacional/  
Caio Coronel)*

A Lei nº. 10.438, de 26/04/02, determinou que a Eletrobrás fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2007, repassou para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 71.711.655 MWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US\$ 3.3 bilhões. A energia suprida acima daquela vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletrobrás foi de 11.040.795 MWh, correspondente a um faturamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de R\$ 210 milhões. Cabe destacar a entrada em operação comercial da unidade geradora 18A que acresceu 700 MW à Usina, elevando a sua capacidade total para 14.000 MW.

*Itaipu Binacional – Eixo da Turbina de uma das unidades geradoras (Arquivo Itaipu Binacional/ Caio Coronel)*



## 4.2 Proinfa

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) tem por objetivo principal aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN). Dessa forma, o Proinfa contribui para a diversificação da matriz energética do país, por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais e da criação de oportunidades de emprego, o que lhe permite estar em absoluta consonância com os programas de desenvolvimento do governo federal.

Como agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, a Eletrobrás certificou, em 2007, a entrada em operação comercial de **dez** empreendimentos, sendo um eólico, seis PCHs e três de biomassa, acrescentando 231,10 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional.

### Total de empreendimentos do Proinfa em operação comercial até 31/12/2007:

Fontes	Empreendimentos em operação	Potência em operação (MW)
PCH	6	136,00
Eólica	1	10,20
Biomassa	3	84,90
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>231,10</b>

### Montantes de Energia e Custeio do Proinfa – 2007

A Eletrobrás elabora, periodicamente, o Plano Anual do Proinfa (PAP), documento que sintetiza os valores de energia e custeio do programa para cada ano e, no mês de setembro, encaminha à Aneel para aprovação. Em setembro de 2007 foram apurados e informados os valores realizados no período de janeiro a agosto, bem como feitas as previsões para os meses subsequentes até o término do ano. A tabela a seguir apresenta os valores referentes a 2007 e constantes do PAP-2008. Os valores de energia e custeio expressos na tabela referem-se à parcela de energia contratada dos empreendimentos.

Fonte	Nº. de Empreendimentos	PAP	
		Energia (MWh)	Custo Anual (R\$ milhão)
Biomassa	20	1.367.780	149.031,0
Eólica	06	625.491	145.189,3
PCH	23	1.209.183	164.225,3
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>3.202.454</b>	<b>458.445,6</b>





## 4.3 Interligações Fronteiriças

### **Interligação com o Uruguai através da Estação Conversora de Freqüência de Rivera:**

A Eletrobrás, por meio da autorização concedida pela resolução Aneel nº. 043, de 1º de fevereiro de 2001, detém, pelo lado brasileiro, a exclusividade do direito de uso das instalações da Conversora de Freqüência de Rivera para importação ou exportação de energia. A conversora, cuja potência é de 70 MW, interliga Rivera, no Uruguai, à subestação de Santana do Livramento, localizada no Rio Grande do Sul, no Brasil.

Durante 2007, a Eletrobrás, por meio de acordo com a empresa estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas (UTE), cedeu o direito de uso das instalações da conversora mediante ressarcimento. O resultado da comercialização da conversora de Rivera na CCEE, no ano de 2007, foi positivo em R\$ 6,5 milhões.

### **Interligação com a Argentina por meio da Estação Conversora de Freqüência de Uruguiana:**

A Eletrobrás, por meio da resolução Aneel nº 266, de 13 de julho de 2001, foi autorizada a importar e exportar energia elétrica através da Estação Conversora de Freqüência de Uruguiana, com capacidade de 50 MW, que liga *Paso de Los Libres*, na Argentina, à Subestação de Uruguiana 5, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil.

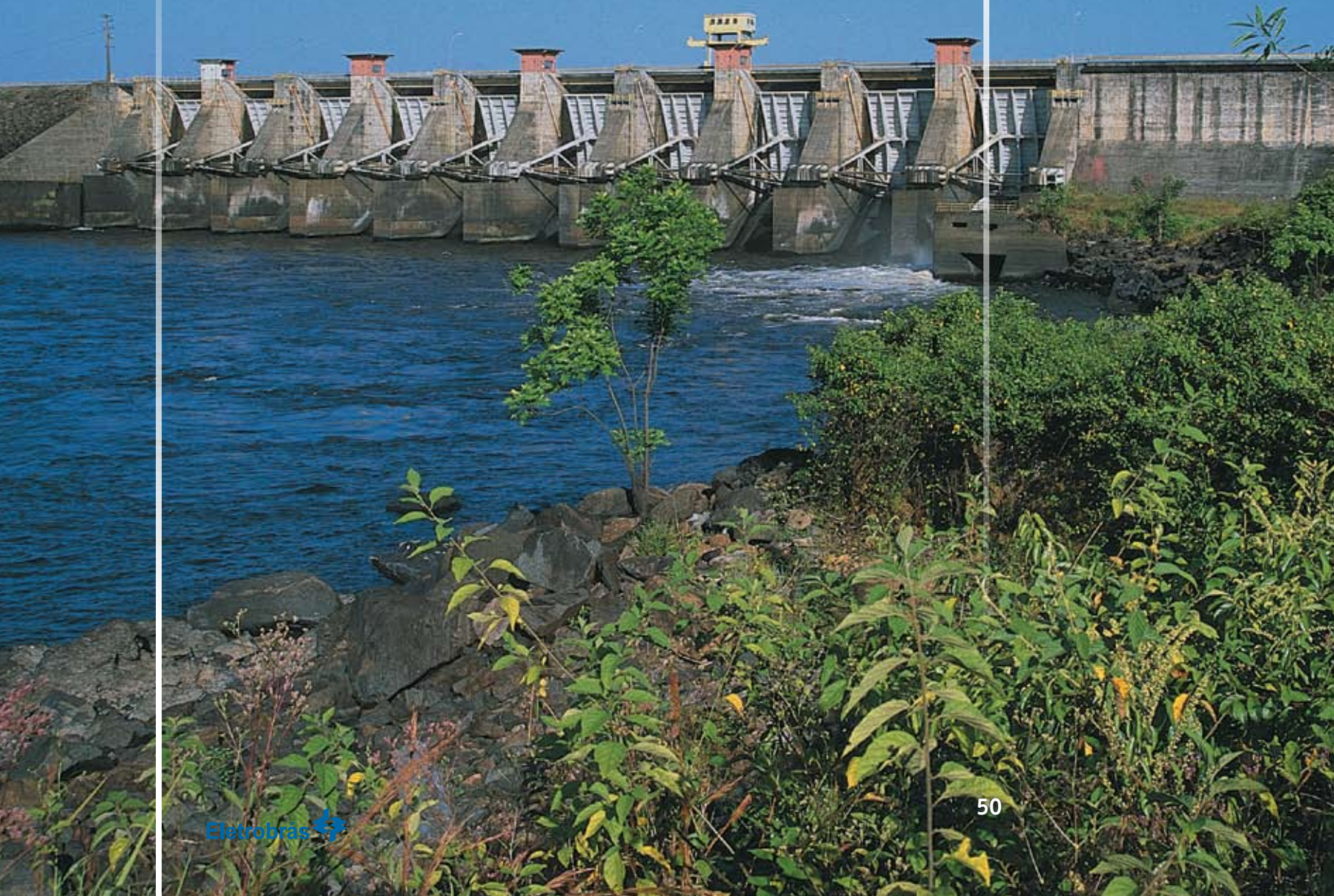
Em 2007, reuniões envolvendo a Eletrobrás foram realizadas com o objetivo de equacionar a dívida da empresa argentina Ebisa com a Eletrosul e, assim, viabilizar a retomada das operações de intercâmbio através da conversora.

*Aerogeradores de usina  
inscrita no Proinfa  
(Arquivo Eletrobrás/José  
Roberto Pinto Almeida)*

# 5. Investimentos

Relatório Anual 2007

*Eletronorte – Vista da  
Hidrelétrica  
(Arquivo Eletronorte)*



O orçamento do Sistema Eletrobrás executado em 2007 para investimento foi de R\$ 3,1 bilhões nos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, pelas empresas controladas e federais de distribuição, correspondendo a 56,8% do limite anual aprovado de R\$ 5,5 bilhões, fixado pela Lei nº. 11.625, de 26 de dezembro de 2007.

## Investimento do Sistema Eletrobrás em 2007 (Em R\$ milhão)

Companhias	Limite Aprovado Lei 11.625/07 (A)	Realizado no Ano (B)	% (B/A)
Eletrobrás	130.015,7	8.113,6	6,2
Furnas	1.200.000,0	822.539,4	68,5
Eletronuclear	504.579,2	307.586,4	61,0
Chesf	802.642,9	524.603,2	65,4
Eletronorte	720.000,0	572.919,2	79,6
Eletrosul	507.471,7	298.464,9	58,8
CGTEE	560.243,2	142.763,4	25,5
Lightpar	30,0	4,6	15,3
Cepel	20.600,0	18.043,6	87,6
<b>Total das Controladas</b>	<b>4.445.582,7</b>	<b>2.695.038,4</b>	<b>60,6</b>
Manaus	325.500,0	59.530,2	18,3
Boa Vista	17.973,2	9.895,3	55,1
Ceron	186.651,5	63.387,5	34,0
Eletoacre	70.000,0	67.112,8	95,9
Ceam	101.000,0	49.902,3	49,4
Cepisa	190.000,0	70.418,8	37,1
Ceal	128.450,0	88.993,0	69,3
<b>Total das Federais de Distribuição</b>	<b>1.019.574,6</b>	<b>409.239,8</b>	<b>40,1</b>
<b>Total</b>	<b>5.465.157,3</b>	<b>3.104.278,2</b>	<b>56,8</b>

Natureza dos Investimentos	Aprovado Lei nº. 11.625/07	Realização	
		Acumulado R\$ milhão	Em %
Geração	2.541.598,8	1.284.272,7	49,0
Transmissão	1.872.063,7	1.287.926,1	68,6
Distribuição	582.048,1	331.847,3	58,0
Qualidade Ambiental	104.538,7	20.211,3	74,2
Pesquisa	20.600,0	18.043,6	87,6
Infra-estrutura	344.308,0	161.977,2	47,1
<b>Total Geral</b>	<b>5.465.157,3</b>	<b>3.104.278,2</b>	<b>56,8</b>

Algumas empresas apresentaram baixos resultados em seus investimentos explicados pelos seguintes fatores:

#### **Holding Eletrobrás:**

- Atrasos nas licitações para aquisição de ativos de informática, informação e tele processamento. Postergados para 2008 os gastos com manutenção e adequação de imóveis, móveis, veículos, máquinas e equipamentos.
- Não foram concluídos acordos com as controladas e/ou parceiros para realização de estudos de viabilidade, com o objetivo de participação societária em empreendimentos de geração de energia elétrica.
- Ações judiciais vêm impedindo a conclusão dos Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na Região Amazônica.

#### **Controladas e Federais de Distribuição:**

- Atraso na assinatura do convênio ECV - 205/2006 e no processo licitatório para construção e montagem da rede de ramais termelétricos (gasoduto) para atendimento aos Produtores Independentes de Energia Elétrica, em Manaus (AM).
- Dificuldades enfrentadas pelas empresas nos processos de licitação.
- Problemas relacionados a questões ambientais.
- Atraso no cronograma de obras, entrega de equipamentos e execução de serviços.
- Inadimplência junto à Eletrobrás, impedindo o recebimento de recursos.
- No tocante ao Programa Luz para Todos, que representa a maior parte do orçamento de investimento das empresas federalizadas, fatores como: difícil acesso a certas localidades no período de chuvas, o embargo de obras por órgãos ambientais, e as dificuldades nos processos licitatórios afetaram o cumprimento do programa.
- Atraso na instalação de canteiros de obras para construção de usinas e linhas de transmissão das controladas Furnas, Eletrosul e Chesf, motivado por licenças ambientais.
- Adiamiento da construção de Angra 3 para 2008 - Eletronuclear.
- Atraso na contratação de obras civis para ampliação da Usina de Candiota III – CGTEE.

Em 2007, as empresas do Sistema Eletrobrás atuaram, isoladamente ou em parcerias com empresas privadas, para realização dos seguintes empreendimentos:

- **UTE Santa Cruz:** Prosseguimento das obras de ampliação da usina, envolvendo uma unidade de 200 MW em ciclo aberto (Unidade 6), com data de geração prorrogada para fevereiro de 2008.
- **UHE Retiro Baixo:** Prosseguimento das obras civis, iniciadas em fevereiro de 2007, sendo previsto o início da operação comercial da primeira unidade geradora em abril de 2009. Destaca-se a participação acionária de 49% de Furnas Centrais Elétricas S.A. nesse empreendimento.
- **UHE Simplício:** Prosseguimento das obras civis, iniciadas em janeiro de 2007, com previsão de início da operação comercial da primeira unidade geradora em junho de 2010. Participação acionária de 100% de Furnas.
- **UHE Baguari:** Prosseguimento das obras civis, iniciadas em maio de 2007, sendo previsto o início da operação comercial da primeira unidade geradora em setembro de 2009. Destaca-se a participação acionária de 15% Furnas Centrais Elétricas S.A. nesse empreendimento.
- **UTN Angra 3:** Foi concedida a autorização para a retomada da construção da usina, através da resolução CNPE nº. 003 de 25 de junho de 2007, tendo como desafio a obtenção da Licença de Instalação (LI) até abril de 2008, visando o início da operação comercial da unidade geradora de 1.350 MW em maio de 2014.
- **UHE Serra do Facão:** Obra iniciada em maio de 2007, com previsão de início da operação da primeira unidade geradora em outubro de 2010. Destaca-se a participação acionária de 49,5% Furnas Centrais Elétricas S/A nesse empreendimento.
- **UHE Dardanelos:** Obra iniciada em setembro de 2007, com previsão de início da operação da primeira unidade geradora em dezembro de 2010. Destaca-se a participação acionária das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), com 24,5%, e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), com 24,5%.
- **UHE Itaipu:** Obras de ampliação da usina concluídas, estando as duas unidades (9A e 18A) em operação comercial.
- **UHE Foz do Chapecó:** Obra iniciada em janeiro de 2007, com previsão de início da operação comercial da primeira unidade geradora em agosto de 2010. Destaca-se a participação acionária de 40% de Furnas Centrais Elétricas S.A. no empreendimento.
- **UHE Mauá:** Obra com empreiteiro das obras civis contratado, com início previsto para janeiro de 2008, tendo como meta o início da operação comercial da primeira unidade geradora em dezembro de 2010. Destaca-se a participação acionária de 49% da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) no empreendimento.
- **UHE Passo de São João:** Obra iniciada em novembro de 2007, tendo como meta o início da operação comercial da primeira unidade geradora em dezembro de 2009. A Eletrosul possui 100% de participação acionária.
- **UTE Candiota III (Pres. Médici – Fase C):** Obras civis em andamento, tendo como meta o início da operação comercial da primeira unidade geradora em dezembro de 2009.

## 5.3 Em Transmissão

Em 2007, 68,8% dos recursos investidos foram destinados para transmissão (R\$ 1.287,8 milhões), boa parte canalizada para obras de construção e ampliação de subestações. Entre as ações, destacam-se:

- Expansão do Sistema Acre/Rondônia
  - o Prosseguimento das obras das LTs 230 kV Ji-Paraná/Pimenta Bueno Circuito 1 e Pimenta Bueno/Vilhena;
  - o LT 138 kV Rio Branco/Epitaciolândia, LT 69 kV Rio Branco I/Sena Madureira Circuito 1.
- Ampliação do Sistema de Transmissão do Sul
  - o Conclusão das novas subestações Atlântida e Gravataí e a ampliação das subestações Campos Novos e Itajaí;
  - o Construção da LT 230 kV Atlântida 2/Osório 2 – CD;
  - o Construção LT 230 kV Biguaçu/Palhoça – CD;
  - o Construção LT 230 kV J. Lacerda A - Blumenau/Biguaçu;
  - o Prosseguimento da construção da LT 230 kV Desterro/Palhoça.
- Ampliação do Sistema de Transmissão Nordeste
  - o Ampliações das subestações Cauípe, Cotegipe, Irecê, Piripiri, Barreiras, Santo Antônio de Jesus, Picos e Juazeiro II;
  - o Construção da LT 230 kV Milagres/Tauá.
- Reforços e melhorias nos Sistemas de Transmissão das Regiões Norte e Nordeste, destacando-se as subestações Marabá e São Luís.
- Reforços nos Sistemas de Transmissão RJ, ES, SP, MG, GO, MT e DF.

É importante frisar que o desempenho das empresas na implementação dos projetos de transmissão foi fortemente afetado pelo atraso na concessão das licenças pelos órgãos ambientais, ocasionando reprogramação de vários empreendimentos para 2008. Nesse rol, destacam-se: LT 230 kV Milagres/Coremas - C2; LT 345 kV Macaé/Campos – C3; LT 345 kV Tijuco Preto/Itapeti; LT 345 kV Itapeti/Nordeste; LT 230 kV Ibicoara – Brumado; LT 230 kV Funil – Itapebi; LT 230 kV Picos – Tauá, e LT 230 kV Paraíso - Açu.

## 5.4 Nos Sistemas Isolados

A Eletrobrás, por meio do Grupo Técnico-Operacional da Região Norte (GTON), apóia as atividades de planejamento, operação e manutenção dos cerca de 300 Sistemas Isolados. As ações compreendem o acompanhamento da geração, do parque térmico e do consumo de combustível, além de atuação junto às concessionárias controladas com o objetivo de investir em melhorias no atendimento à Região Norte.

As empresas do Sistema Eletrobrás que atuam na região (Sistema Isolado), investiram em 2007, R\$ 304,7 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Sistema isolado (Em R\$ milhão)			
Projetos	Previsto	Realizado	Relação %
Geração	273,8	48,6	9,29
Transmissão	297,6	191,1	64,23
Distribuição	125,3	65,0	51,86
Qualidade Ambiental	0,1	0,0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>696,8</b>	<b>304,7</b>	<b>43,73</b>

*Eletrobrás – Programa Luz para Todos em Santa Cruz / Ceroc (Arquivo Eletrobrás)*



## 5.5 Expansão da Oferta de Energia Elétrica do Sistema Eletrobrás

Os estudos da expansão do setor elétrico são de fundamental importância para o planejamento estratégico da Eletrobrás e servem como subsídio às tomadas de decisão quanto aos investimentos, para fins de concessão de financiamento ou participação societária em empreendimentos de geração.

No Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE) 2007-2016, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Sistema Eletrobrás destaca-se com uma forte presença nos estudos dos grandes empreendimentos hidrelétricos, tais como Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, usinas do Rio Teles Pires, entre outras. Assim como, na participação nos estudos da usina nuclear Angra 3 e das usinas térmicas à carvão no Sul do país, que demonstram a crescente relevância dessas fontes de energia e a importância que o Sistema Eletrobrás certamente terá na viabilização de empreendimentos dessa natureza.

Como referências iniciais para a análise da expansão do Sistema Eletrobrás, são apresentados o histórico da sua participação no país nos últimos cinco anos e a atual capacidade instalada do país, por tipo de geração:

**Evolução da Participação do Sistema Eletrobrás X Brasil**

<b>Brasil</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Capacidade Instalada (MW)*	83.807	90.679	92.866	96.295	100.352
<b>Sistema Eletrobrás</b>					
Capacidade Instalada (MW)*	35.398	36.282	37.056	37.941	39.735
Capacidade Instalada (% Brasil)	42,2%	40,0%	39,9%	39,4%	39,6%
Usinas em Operação**	47	47	46	46	46

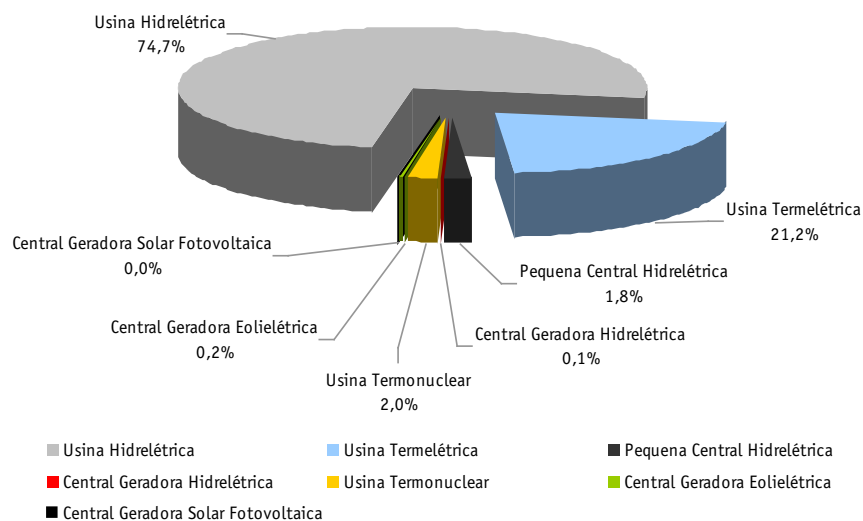
\*Fonte: Relatório SFG da Aneel - 15/01/2008. Obs.: A capacidade instalada do Sistema Eletrobrás considera 50% da UHE Itaipu.



## Brasil - Capacidade Instalada/2007

Tipo	Potência (MW) *	%
Usina Hidrelétrica - UHE**	74.937	74,7
Usina Termelétrica - UTE	21.229	21,2
Pequena Central Hidrelétrica - PCH	1.820	1,8
Central Geradora Hidrelétrica - CGH	112	0,1
Usina Termonuclear - UTN	2.007	2,0
Central Geradora Eolielétrica - EOL	247	0,2
Central Geradora Solar Fotovoltaica - SOL	0,02	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100.353</b>	<b>100,0</b>

\*Fonte: Aneel – SFG – 15/01/2008/\*\* Com Itaipu Nacional (7.000 MW)



O cenário de referência de médio prazo do PDEE apresenta uma taxa de crescimento do PIB de 4,2% ao ano no período de 2007 a 2016, o que resulta numa taxa de crescimento da carga própria de energia de 5,0% ao ano para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Visando atender a essa demanda, está prevista pelo lado da oferta uma expansão na capacidade instalada de 69% (13 GW) em termelétricas e 41% (32 GW) em hidrelétricas para o mesmo período. Na tabela a seguir são apresentadas as usinas planejadas que possuem investimentos diretos do Sistema. É importante ressaltar que a expansão do Sistema também ocorre de forma indireta através de investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), envolvendo 5.514 MW de capacidade instalada em usinas já licenciadas.

## Sistema Eletrobrás - Usinas Previstas para Entrar em Operação\*

Companhia	Hidrelétrica	Capacidade (MW)	Data Prevista
Eletrosul	Passo São João	77	09/2009
	Barra do Chapéu **	15	11/2008
	Itararé **	9	11/2008
	João Borges **	19	12/2008
	Pinheiro**	10	12/2008
	São Domingos***	48	Sem previsão
Furnas	Simplício	334	09/2009
	Batalha**	53	06/2010
CGTEE	Presidente Médici (Candiota III)	350	01/2010

\* Fonte: Site Aneel em 21/01/2008/\*\* Obras atrasadas. Fonte: Relatório SFG da Aneel - 15/01/2008/\*\*\* Obras muito atrasadas. Fonte: Relatório SFG da Aneel - 15/01/2008.

O cenário de referência de longo prazo do Plano Nacional de Energia (PNE) 2030, elaborado pela EPE, indica um crescimento populacional de 53 milhões de pessoas, o que significará um total de 239 milhões de brasileiros em 2030. Considerando este cenário, foi adotada uma taxa média de crescimento da economia de 4,1%. Assim, o PNE 2030 assumiu premissas favoráveis à expansão da oferta de energia hidrelétrica, demonstrando uma clara posição de apoio do governo a este tipo de geração. Em termos estratégicos, isso abriria espaço para uma forte atuação do Sistema Eletrobrás na defesa da vocação natural do país para a hidroeletricidade.

*Furnas – Linha de Transmissão  
Vitória / Ouro Preto 2  
(Arquivo Furnas /  
Alexandre Guzanche)*



## 5.6 Novos Empreendimentos e Parcerias

Em 2007, as empresas do Sistema Eletrobrás participaram em parceria com empresas privadas nos seguintes empreendimentos:

Principais Participações em SPEs *				
Companhia	Empreendimento	Capacidade (MW)	Participação %	Previsão
Chesf	UHE Dardanelos	261	24,5	Jan/2011
Eletronorte	UHE Dardanelos	---	24,5	Jan/2011
Eletrósul	UHE Mauá	361	49,0	Jan/2011
	UHE Santo Antônio**	3.150	39,0	Jan/2012
	UHE Peixe Angical***	452	40,0	---
Furnas	UHE Foz do Chapecó	855	40,0	Ago/2010
	UHE Baguari	140	15,0	Set/2009
	UHE Retiro Baixo	82	49,0	Abr/2009
	UHE Serra do Facão	213	49,0	Out/2010
Eletronorte	LT Juba/Jauru - 402 km	230 kV	45,0	---

\* Sociedade de Propósito Específico (SPE) - Fonte: Banco de Dados de Geração - BIG da Aneel - 22/01/08/\*\* Fonte: EPE/\*\* Única em operação comercial.



## 5.7 Recursos Ordinários

Os recursos aplicados em 2007 nas empresas federais de distribuição, nas controladas e nas participações societárias, foram realizados conforme o quadro a seguir, destacando-se:

Os destinados à Eletronorte: para quitação integral de valores vencidos de contratos RGR, transferência de valores vencidos e a vencer de contratos RO para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e refinanciamento de valores vencidos do contrato Res-929/98.

Os destinados à Furnas: empréstimo de curto prazo para o programa de investimento da implantação das UHEs Simplício e Batalha e modernização das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto, Mascarenhas de Moraes, Porto Colômbia e Funil.

Os destinados à Eletronuclear: cobertura da parada não programada da Usina Nuclear Angra 1.

Os destinados à Ceam: empréstimo de longo prazo para cobertura de déficit operacional.

Aplicações	Liberação Econômica*	Liberação Financeira	Total
	R\$ milhão	R\$ milhão	R\$ milhão
<b>Para futuro aumento de capital:</b>			
Eletronorte	1.213.232,7	---	1.213.232,7
<b>Empréstimos/Financiamentos:</b>			
<b>Federalizadas:</b>			
Ceam	---	247.458,9	247.458,9
Cepisa	---	12.000,0	12.000,0
Manaus Energia	62.170,0	---	62.170,0
<b>Controladas:</b>			
Eletronuclear	177.538,6	---	177.538,6
Eletronorte	1.980.178,5	---	1.980.178,5
Eletrosul	83.730,4	18.638,1	102.368,5
Furnas	99.802,1	300.197,9	400.000,0
Itaipu	17.609,2	21.917,0	39.526,2
<b>Participações Societárias</b>			
CEEE-GT	35.832,1	---	35.832,1
<b>TOTAL</b>	<b>3.670.093,6</b>	<b>600.211,9</b>	<b>4.270.305,5</b>

\*Liberação Econômica - É a liberação sem transferência de numerário, que ocorre por meio de compensação entre débitos e créditos.

## 5.8 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

### Liberação Financeira (R\$ mil)

Companhia	Previsto para 2007	Realizado em 2007
Eletrobrás	9.450	173
Furnas	955.015	745.083
Eletronuclear	50	0
Chesf	54.207	80.875
Eletronorte	570.717	746.864
Eletrosul	332.610	160.751
CGTEE	413.237	88.615
Boa vista	5.770	710
Ceron	83.205	49.568
Eletoacre	45.695	53.844
Cepisa	110.087	31.630
Ceal	80.064	61.918
<b>TOTAL</b>	<b>2.660.107</b>	<b>2.020.032</b>

### Investimentos em geração:

#### Estudos e inventários

Referem-se, principalmente, à participação das empresas do Sistema Eletrobrás em estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de bacias hidrográficas, destinados à construção de novos empreendimentos de geração. Destacando-se os seguintes empreendimentos: UHE Belo Monte (11.181,3 MW); UHE Jirau (3.300 MW); UHE Mirador (80 MW); UHE Maranhão Baixo (125 MW); UHE Buriti Queimado (320 MW); UHE Água Limpa (142 MW); UHE Castelhana (64 MW); UHE Estreito Parnaíba (56 MW); UHE Uruçuí (134 MW); UHE Ribeiro Gonçalves (113 MW); UHE Cachoeira (63 MW); UHE Pedra Branca (320 MW); UHE Riacho Seco (240 MW); UHE Novo Acordo (160 MW); UHE Jurema (46 MW); UHE Cachoeirão (64 MW); UHE Toricoejo (76 MW); UHE Torixoréu (408 MW); UHE Marabá (2.160 MW); UHE Tabajara (350 MW).

#### Obras com contrato de concessão

UHE Batalha (53,6 MW), UHE Simplício (305,7 MW), UHE Passo São João (71,1 MW), UTE Candiota III – Fase C (350 MW), Usina Nuclear Angra 3 (1.350 MW).

Destaca-se como fato relevante em 2007, a realização do leilão para concessão da UHE Santo Antônio 3.150 MW, em 10 de dezembro de 2007, tendo como vencedor o consórcio Madeira Energia, liderado por Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 39%, composto pelo Fundo Amazônia Energia (Banco Banif e Santander com 20%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Construtora Andrade Gutierrez (12,4%), Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (10%) e pela Construtora Norberto Odebrecht (1%), com previsão de início das obras em 2008.

## 6. Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento do Cepel

6. DESenvolvimento do Cepel



*Cepel - Laboratório de Alta Corrente, em Adrianópolis (Arquivo Cepel/ Milton Maurenre)*

Os beneficiários da atuação do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) não se encontram apenas no Sistema Eletrobrás. Entre eles, estão os Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, entidades setoriais como a EPE, o ONS, a CCEE e a Aneel, além de concessionárias e fabricantes.

O Cepel desenvolve estudos e pesquisas que geram tecnologias para transmissão, permitindo, por exemplo, aumento da capacidade, redução das faixas de passagem e melhores traçados para instalação de linhas; monitoramento e diagnóstico de equipamentos, visando otimização de investimentos e segurança na operação; conservação e uso eficiente de energia; e metalurgia e materiais, como supercondutores. Dá, ainda, apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, como o Luz para Todos, Proinfa, Procel e ReLuz, colaborando também na elaboração dos Planos de Expansão de Energia.

Possuindo um complexo de 30 laboratórios – 20 dos quais instalados em sua sede, na Cidade Universitária, no Rio de Janeiro, e os outros dez, na Unidade do Cepel localizada em Adrianópolis, no município de Nova Iguaçu (RJ) -, o Cepel realiza ensaios para a condução de projetos de pesquisa; ensaios de tipo, análises periciais e de conformidade para certificação. Vários destes laboratórios são pioneiros no Brasil e outros não têm similares na América do Sul.

Em parceria com a Eletrobrás e o Procel, o Centro tem equipado seus laboratórios de eficiência energética, capacitando-os a atuarem na concessão do Selo Procel, além de fornecer informações técnicas para a certificação de equipamentos, como parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro. Ao longo dos anos, os ensaios e os serviços tecnológicos realizados pelo Cepel vêm contribuindo para a melhoria da qualidade dos equipamentos elétricos da indústria brasileira e o desenvolvimento tecnológico no setor, propiciando maior confiabilidade a sistemas de transmissão e distribuição e gerando economia para o consumidor de energia elétrica.

O Cepel, em 2007, desenvolveu 102 projetos corporativos de P&D para as empresas do Sistema Eletrobrás, sendo: Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações (16); Conservação e Uso Eficiente de Energia (13); Tecnologia de Transmissão (10); Planejamento; Operação e Análise de Redes (9); Tecnologias Scada/EMS - Sage (8); Metalurgia e Materiais (7); Geração Distribuída (7); Planejamento da Operação (5); Planejamento da Expansão da Geração (4); Meio Ambiente (4); Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos (3); Medidas Elétricas e Combate a Perdas (3); Energias Renováveis (3); Técnicas e Metodologias Computacionais (3); Planejamento da Expansão de Sistemas de Transmissão (2); Automação Local e Análise de perturbações (2); Análise Financeira de Projetos e Tarifas (1); Confiabilidade (1); Qualidade de Energia (1). A Eletrobrás preside o Conselho de Administração do Cepel, assegurando a necessária orientação estratégica para a atuação do Centro de Pesquisas.

Na garantia do financiamento dos projetos de pesquisa do Centro, a Eletrobrás e suas controladas (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), disponibilizaram, através de contribuição anual, recursos para o orçamento do exercício na ordem de R\$ 109,9 milhões, com crescimento real de 3,4%, se comparado ao exercício de 2006. Outros recursos, advindos de projetos e serviços tecnológicos do próprio Centro, participaram com mais R\$ 22,3 milhões, totalizando em R\$ 132,2 milhões, investidos diretamente no ano de 2007.





### **Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

A Eletrobrás, além das inversões e contribuições legais, destina anualmente 0,5% de seu capital social ao Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FDT), cuja parcela mais importante (de 60% a 70%) beneficia o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Também as suas empresas controladas contratam no Centro os chamados Projetos Institucionais, dirigidos basicamente para P&D.

Do ano 2000 até 2007, o Sistema Eletrobrás investiu R\$ 1.276,5 milhão, dos quais R\$ 288,2 milhões somente em 2007, estando previsto o montante de R\$ 353,5 milhões para o ano de 2008. Adicionalmente a esses montantes, foram recolhidos, em 2007, R\$ 50 milhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e R\$ 19,2 milhões para Ministério das Minas Energia (MME/EPE).

As Empresas Federais de Distribuição contrataram R\$ 25 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento no período 2006-2007. Os projetos e os estudos desenvolvidos, com as inovações tecnológicas, buscaram principalmente: o combate ao desperdício de energia elétrica; a redução de custos operacionais; o aumento da confiabilidade e segurança dos sistemas e instalações; o controle ambiental e o desenvolvimento de alternativas energéticas. Tais ações exercidas no âmbito do Sistema Eletrobrás são coordenadas pelo Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento (Cicop), ligado ao Conselho Superior do Sistema Eletrobrás (Consise) e coordenado pelo diretor de Tecnologia da Eletrobrás.

### **Capacitação da Indústria Nacional e Programas de Política de Suprimento e Logística**

Na área de logística, em 2007, foram desenvolvidas as principais atividades:

- Manutenção do Sistema Eletrobrás de Classificação de Material (Seclam), responsável pela padronização dos descritivos de materiais utilizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- Manutenção do Centro de Catalogação do Setor Elétrico (Cecase), responsável pela catalogação de pedidos de materiais, equipamentos e serviços do setor público empregados em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- Apoio logístico às políticas de planejamento de compras das empresas do Sistema Eletrobrás, visando à programação setorial das aquisições de bens e serviços junto aos fornecedores.

### **Normas e Qualidade:**

As principais atividades na área da qualidade foram o desenvolvimento de melhorias no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), visando à manutenção da certificação concedida pela BRTÜV, certificadora credenciada pelo Inmetro, e o processo de implantação em outra área da empresa. No que se refere ao Projeto NBR 19000, sobre a qualificação de fornecedores, vale ressaltar a realização de levantamento sobre a ocorrência de falhas em equipamentos fornecidos às empresas controladas, que subsidiou o desenvolvimento do programa de auditorias da qualidade em fornecedores de chaves seccionadoras.

Na área de Normas Técnicas, foram atendidas demandas específicas do setor, como a elaboração na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por grupo secretariado pela Eletrobrás, de Normas Brasileiras sobre Turbinas para Geração Eólica, com base em normas internacionais IEC. Ainda no que se refere à normatização, foram desenvolvidas atividades inerentes à coordenação, exercida pela Eletrobrás, de Subcomitê do Comitê Técnico TC 176- Quality, da International Organization for Standardization (ISO), incluindo a participação em reunião internacional realizada no Cairo.

## 8. Fundos Setoriais

8. FUNDOS SETORIAIS

Relatório Anual 2007

*Eletrobrás – Programa Luz  
para Todos no Rio Grande  
do Norte  
(Arquivo Eletrobrás)*



## 8.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobrás aplicou no exercício financeiro de 2007, o montante de R\$ 847,5 milhões. A movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos está apresentada a seguir:

### Ingressos e aplicações em 2007:

Movimentação	R\$ milhão
<b>Ingressos:</b>	
Arrecadação de Quotas	1.845,2
Outros	472,1
<b>Aplicações:</b>	
Financiamentos	847,5
Outras	47,0

Região	Financiamento Liberado - R\$ milhão	%
Norte	89.838,1	10,6
Nordeste	266.074,0	31,4
Centro-Oeste	130.025,1	15,3
Sul	64.004,0	7,6
Sudeste	297.521,1	35,1
<b>TOTAL</b>	<b>847.462,3</b>	<b>100,0</b>

### Linhas de crédito

Programa	Liberações – R\$ milhão	%
Luz Para Todos	491.980,1	58,1
Reluz / Conservação	33.522,0	4,0
Geração	38.174,0	4,5
Transmissão	245.164,1	28,8
Distribuição	26.797,1	3,2
Revitalização de Parques Térmicos	11.825,0	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>847.462,3</b>	<b>100,0</b>

## 8.2 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

8.2 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi criada a subvenção econômica, a princípio com recursos da RGR, e depois, em 2004, da CDE. Em 2007, foi liberado, a título dessa fonte de recursos, um montante de R\$ 3.366 milhões, sendo R\$ 1.030 milhão para Baixa Renda, atendendo a 51 concessionárias de distribuição de energia elétrica, e cerca de R\$ 1.417 milhão para o Programa Luz para Todos, conforme movimentação apresentada a seguir:

### Ingressos e Aplicações em 2007:

Movimentação	Em R\$ milhão
<b>Ingressos: CDE+UBP+Multas Aneel</b>	
Arrecadação de quotas	2.537,1
Outros	161,1
<b>Aplicações:</b>	
Subvenção Luz para Todos	1.416,8
Subvenção Baixa Renda	1.030,3
Outras	655,4

Com um orçamento destinado pela Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia da ordem de R\$ 503 milhões, a Eletrobrás efetivou os repasses para os Agentes Geradores proprietários de termelétricas participantes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que utilizam o carvão mineral de origem nacional.

*A Eletrobrás financia e instala Centros Comunitários de Produção (CCP) para geração de renda em comunidades atendidas pelo programa Luz para Todos  
(Arquivo Eletrobrás / Jorge Coelho)*

*Eletrobrás – Programa Reluz - Iluminação da Praça Cruz Vermelha – RJ  
(Arquivo Eletrobrás/ Ivson Alves)*



## 8.3 Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados (CCC-Isol) é um fundo gerido pela Eletrobrás que visa à cobertura de parte das despesas com aquisição de combustíveis utilizados na geração de energia elétrica nas termelétricas que não estão integradas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Essas usinas estão localizadas em sua quase totalidade na Região Norte do Brasil.

Fazem também parte da CCC-Isol os pagamentos para os empreendedores que obtiveram a sub-rogação dos benefícios da Conta, que cobre parte dos custos investidos em ações que visem a sua economicidade atual ou futura, bem como a substituição de derivados de petróleo por outras fontes de geração de energia elétrica.

A cobertura dos custos se dá por meio de reembolso das despesas, sendo a receita que suporta a referida cobertura oriunda dos recolhimentos mensais efetivados pelas empresas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica de todo o país.

No ano de 2007, foi prevista no Plano Anual de Combustíveis uma quota anual de R\$ 2,871 bilhões para fazer frente a uma despesa de R\$ 3,352 bilhões. A diferença entre receita e despesa de R\$ 481 milhões será coberta com o saldo positivo trazido do exercício anterior. Da despesa referida, 96% foram destinados para a cobertura dos combustíveis e 4% para os repasses para os empreendedores sub-rogados. A geração indicada pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte (GTON) para ser atendida em 2007 foi da ordem de 8.736.149 MWh, com o consumo de 717 mil toneladas de óleo combustível, 224 mil toneladas de óleo PGE, 831 milhões de litros de óleo diesel e 537 milhões de litros de óleo leve PTE.



## 8.4 Luz para Todos

No período de 2004 a 2007, mais de 7 milhões de pessoas foram beneficiadas no meio rural brasileiro com a chegada da luz elétrica, através da realização de 1.435.935 ligações no âmbito do programa. Deste montante, 397.877 ligações foram efetuadas somente no ano de 2007. Durante o ano, foram liberados R\$ 1,91 bilhão, sendo R\$ 1,42 bilhão originado de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e R\$ 0,49 bilhão da Reserva Global de Reversão (RGR).

Foram registrados 76.493 projetos no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos, totalizando, desde 2004, 192.821 propostas cadastradas que compreenderam: a realização de ligações no meio rural de 5.055 municípios brasileiros; a construção de 246.596km de redes elétricas de alta e baixa tensão; a implantação de 2.551.329 postes; a instalação de 389.149 transformadores e a implementação de 1.943 sistemas fotovoltaicos.

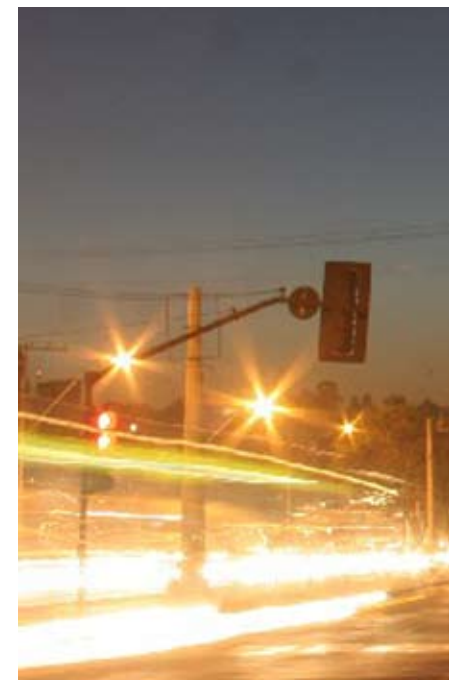
Com relação às metas assumidas para 2007, foram realizadas 88,4% da meta global de 450.000 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobrás e os governos estaduais. Até 31 de dezembro, foram cadastradas 1.058.874 ligações, o que corresponde a 68,8 % do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobrás. Até a mesma data, foi liberado para os citados Agentes, um montante de R\$ 4,80 bilhões (recursos da CDE e da RGR) de um total contratado de R\$ 7,03 bilhões, ou seja, 68,2 % do total de recursos contratados.

A seguir são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados até 31 de dezembro de 2007, distribuídos por região.

Região	Montantes acumulados até 31.12.2007 (R\$ milhão)					
	Recursos contratados			Recursos liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	1.056,9	119,1	1.176,0	795,4	92,6	888,0
Nordeste	3.022,3	521,1	3.543,4	1.953,4	354,5	2.307,9
Centro-Oeste	381,3	312,2	693,5	260,3	219,1	479,4
Sudeste	488,1	731,2	1.219,3	395,3	473,2	868,5
Sul	262,5	140,0	402,5	161,2	93,4	254,6
<b>Brasil</b>	<b>5.211,1</b>	<b>1.823,6</b>	<b>7.034,7</b>	<b>3.565,6</b>	<b>1.232,8</b>	<b>4.798,4</b>

Região	Nº. de Ligações Contratadas até 31.12.2007 entre os Agentes Executores e a Eletrobrás
Centro-Oeste	112.442
Norte	213.100
Nordeste	824.903
Sul	97.552
Sudeste	290.563
<b>Total</b>	<b>1.538.560</b>

*O Programa Reluz beneficia municípios em todo o país (Arquivo Eletrobrás)*



O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) beneficiou 131 municípios em 2007, tornando eficientes mais de 166 mil pontos de iluminação pública, o que resultou em uma economia de energia de 66,7 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 15,2 mil kW. Além disso, instalou outros 1.065 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram em 2007, R\$ 50,2 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 37,6 milhões originados da RGR.

A locação dos recursos investidos e os resultados efetivos alcançados, por região, foram os seguintes:

Região	C.-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Recursos – R\$ milhão	---	0,4	1,0	---	48,8	50,2
Número de pontos	---	425	5.387	---	162.239	168.051
Redução demanda (kW)	---	---*	644	---	14.594	15.238

\*Quantidade de pontos referente à implementação de projeto de expansão da iluminação pública eficiente e, portanto, sem redução de demanda.



## 8.6 Procel

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. A Eletrobrás, à frente da Secretaria Executiva do Procel, é a responsável pelo planejamento e execução das ações do Programa, fornecendo o suporte técnico e financeiro para seu funcionamento.

Os benefícios gerados pelo programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia elétrica quanto pela redução da necessidade de investimentos na expansão do setor. Ambos se revertem diretamente em benefícios para a sociedade.

Em 2007, com investimentos de aproximadamente R\$ 52,6 milhões, incluindo recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), o Procel desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada em cerca de 3 mil GWh. Este resultado é equivalente ao consumo anual de energia elétrica de quase 1,7 milhão de residências, representando um investimento postergado no setor elétrico de R\$ 2,35 bilhões, recursos passíveis de serem alocados em outros projetos, como na área social ou de infra-estrutura.

**Gráfico com a economia de energia elétrica estimada no período de 2001 a 2007.**

PROCEL - ENERGIA ECONOMIZADA - GWh/ano



Instituído em 1993, o Selo Procel de Economia de Energia destina-se a orientar anualmente o consumidor, quais os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do Selo é fruto do trabalho conjunto da Eletrobrás/Procel com o Inmetro/PBE (Programa Brasileiro de Etiquetagem).

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do Selo Procel em 2007 destaca-se a sua concessão a 2.341 modelos, distribuídos em 21 categorias de equipamentos e eletrodomésticos, representando um acréscimo de 49% em relação a 2006. 2007 foi também o primeiro ano de concessão do Selo Procel para televisores em modo espera (*stand-by*), categoria que contemplou 38 equipamentos.

*O Prêmio Procel contempla trabalhos acadêmicos e soluções práticas voltadas para a economia de energia (Arquivo Eletrobrás/Jorge Coelho)*





O Procel atua em todo Brasil através de programas setoriais nas áreas de prédios públicos, saneamento ambiental, gestão energética municipal, indústria e edificações. Os resultados de 2003 a 2007 são expressivos: 718 grandes e médias indústrias participantes; 4.200 técnicos treinados na indústria e 446 na área de saneamento; 120 companhias de água e esgoto participantes; 249 municípios com a gestão energética implantada; 37 laboratórios instalados com 210 bolsas de estudos distribuídas, além de 25 unidades hospitalares operando com mais eficiência energética.



## 9. Gestão Empresarial



*O engenheiro Henrique Mello, um dos pilares da excelência técnica da empresa, dá nome ao auditório da Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás (Unise), inaugurado em 2007. (Arquivo Eletrobrás/Jorge Coelho)*

## 9.1 Comunicação Empresarial

### 9.1 COMMUNICATIONS EMPRESARIAL

#### Imprensa e Comunicação Interna

A Eletrobrás lançou em 2007 o segundo Relatório de Imagem na Mídia. No período de um ano, a média de leitores expostos ao nome da empresa foi de 44 milhões, com base em dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). O índice de favorabilidade da exposição (relação percentual entre as exposições favoráveis e total de exposições medidas em centímetros por coluna) alcançou a média de 70,94% em 2007.

O *clipping* – acompanhamento de matérias divulgadas na mídia – reuniu 15.283 matérias que mencionam diretamente a Eletrobrás em 2007. Deste total, 2.828 matérias são de veículos impressos (jornais e revistas), 943 matérias de sites de notícias, 626 de rádio e 46 de TV.

No que se refere à Comunicação Interna, a empresa produziu e divulgou, em 2007, o informativo eletrônico Notícias da Eletrobrás, a Revista e o Jornal da Eletrobrás, além da produção e edição dos programas da Rádio Eletrobrás.

#### Publicidade

Em dezembro de 2007, a Eletrobrás e a Agência 3 firmaram contrato para a prestação de serviços de publicidade. Dessa forma, iniciou-se o desenvolvimento de uma primeira campanha publicitária institucional a ser exibida em 2008. O principal objetivo é divulgar amplamente o Sistema Eletrobrás e a sua participação no desenvolvimento do Brasil, assim como a importância da energia na vida da população.

#### Patrocínios

De acordo com os objetivos do planejamento estratégico da Eletrobrás, uma política de patrocínios foi aprovada pela Diretoria Executiva, considerando a oportunidade de promover e divulgar a imagem transparente da empresa. Os critérios da política a ser traçada pela Eletrobrás conciliam interesses institucionais e mercadológicos, na condição de empresa de economia mista, com os objetivos do governo federal, ao dar ênfase na valorização da cultura, dos esportes e na difusão da produção técnica do setor de energia elétrica.

A Eletrobrás apóia projetos de patrocínio nos seguintes segmentos:

- **Cultura** – projetos enquadrados pelo Ministério da Cultura, na Lei de Incentivo à Cultura.
- **Desportos e Paradesportos** – projetos que independem da utilização de benefícios fiscais, desde que alinhados às políticas difundidas pelo Ministério do Esporte, e em conformidade com os critérios técnicos e administrativos de avaliação e de seleção definidos pela empresa.
- **Projetos Socioambientais** – projetos desenvolvidos por meio de ações orientadas para a promoção e a recuperação de ambientes e espécies ameaçados e a promoção do desenvolvimento sustentável, visando à obtenção de melhorias nas condições de vida das pessoas e comunidades.

- **Demais segmentos** – projetos com foco nas áreas de interesse de atuação da Eletrobrás, desde que em conformidade com os critérios técnicos e administrativos de avaliação e de seleção definidos pela empresa.

Na área cultural, em 2007, a Eletrobrás patrocinou o Teatro Municipal do Rio de Janeiro para a apresentação do corpo de baile no espetáculo *O Quebra Nozes*, de Tchaikovsky. No esporte, a empresa foi patrocinadora das seleções brasileiras de basquete masculino e feminino, além do projeto Cuidando do Presente com a Energia Necessária para ter Futuro, que consistiu na realização das etapas de preparação dos selecionados brasileiros, feminino e masculino, de basquetebol em cadeiras de rodas para participação nos Jogos Parapan-americanos Rio 2007.



*Na área cultural, em 2007, a Eletrobrás patrocinou o Balé O Quebra Nozes, de Tchaikovsky, no Teatro Municipal. (Arquivo Eletrobrás/ Jorge Coelho)*

A Eletrobrás integrou aos seus quadros, em 2007, 124 novos empregados que prestaram concurso público no ano de 2005. Para preenchimento de outras vagas e formação de cadastro, a empresa abriu novo concurso público para diversos cargos de níveis superior e médio. As primeiras convocações, em continuidade ao processo seletivo, estão previstas para 2008.

Em 2007, da mesma forma que no ano anterior, foram realizados programas de Avaliação e Desenvolvimento, de Reeducação Alimentar, Ergonomia, de Atenção ao Tabagismo, Saúde da Mulher, do Coração, Medicina de Viagem e Energia & Movimento, bem como a realização de campanhas de vacinação de empregados contra a gripe (521 vacinas aplicadas), contra o tétano (160 vacinas aplicadas), contra a hepatite B (100 vacinas aplicadas) e contra a hepatite C (28 vacinas aplicadas).

A holding Eletrobrás, dentro das ações do Programa Jovem Aprendiz, firmou acordo de cooperação técnica com o Ministério de Trabalho e Emprego e o Senai para a contratação de 42 jovens em atendimento à Lei do Jovem Aprendiz. A Eletrobrás recebeu o prêmio “Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego” em reconhecimento as suas ações no atendimento às demandas da população por oportunidades no mercado de trabalho.

#### **Treinamento e Desenvolvimento**

Em 2007 foram realizados 406 eventos voltados à capacitação dos quadros técnicos e gerenciais da empresa, além da atuação em seus principais negócios. Do total de 3.951 empregados participantes, 3.739 realizaram treinamento de curta duração (cursos, seminários, congressos, palestras), 212 participaram do treinamento de longa duração (MBA, mestrado, doutorado), e 150 do Programa de Idiomas Estrangeiros.

O total dos investimentos nesses programas de capacitação e desenvolvimento de pessoal foi de R\$ 4.648,0 mil e o reembolso de despesas para empregados que cursam nível superior foi de R\$ 153,1 mil. Para maior integração e conhecimento de seus empregados, a Eletrobrás promoveu 20 visitas técnicas às instalações do setor elétrico, no ano passado, resultando na participação efetiva de 387 empregados.

Para estimular a aprendizagem contínua e a retenção de conhecimentos dos colaboradores foi ampliada a Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás – Unise, com a implantação da TV Eletrobrás, do Canal Unise e do Auditório Henrique Mello que permitem o desenvolvimento e a transmissão de conteúdos educacionais e informativos, além da divulgação de eventos e realizações do Sistema Eletrobrás.

## 9.3 Ações Administrativas

### 9.3 Ações Administrativas

Entre as principais atividades desenvolvidas em 2007 estão: a criação da Área de Licitação e Contratos e da Área de Recebimento Físico e Fiscal; desenvolvimento do projeto Escola de Contratações da Eletrobrás; consolidação do uso da modalidade Pregão Eletrônico nas contratações; Encontro de Gestores da Eletrobrás; Workshop de Licitação e Contratos; Terceirização Parcial da Frota de Veículos; e Implantação do Sistema de Gerenciamento Automático e Acompanhamento do Abastecimento da Frota de Veículos, com redução de 51,43% das despesas com combustíveis e de 16,67% no custo operacional da frota no Rio de Janeiro, em relação a 2006.

Em 2007, foram também concluídos processos licitatórios nas seguintes modalidades: 13 contratos em carta-convite, no valor de R\$ 612,4 mil; 23 pregões, sendo dez presenciais, totalizando R\$ 2,7 milhões e 13 pregões eletrônicos que somaram R\$ 1,1 milhão, além de um contrato na modalidade Tomada de Preços no valor de R\$ 58 mil.

Além disso, em 2007, foi criado o Portal Corporativo da Eletrobrás com a modernização e maior facilidade de acesso às informações da empresa na internet. O Data Center foi reorganizado com o objetivo de elevar o nível de segurança das instalações de tecnologia da informação. O Help-desk foi terceirizado para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários. Também adotou-se a plataforma de software livre Linux no ambiente Adabas para redução de custos.



*A Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás (Unise) promove parcerias com diversas áreas da empresa para capacitação dos empregados. (Arquivo Eletrobrás/Jorge Coelho)*

Dentre as ações propostas no Plano de Auditoria Interna, contemplam-se as auditorias em todos os segmentos administrativos da empresa, a auditoria de gestão das empresas federais de distribuição (Ceal, Cepisa, Eletoacre, Ceron e Ceam), a auditoria geral na Lightpar e a auditoria geral na Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros.

Para atendimento às exigências da Seção 404 da Lei Sabanes-Oxley, a Auditoria Interna ficou responsável pelos trabalhos de mapeamento e avaliação-identificação e mitigação dos riscos associados aos controles internos, em nível de entidade (*Entity-Level*), e dos processos administrativos, financeiros e orçamentários das empresas que compõem o Sistema Eletrobrás, tendo como foco principal a execução dos testes de efetividade dos controles.

Também cabe à área de Auditoria Interna coordenar a Comissão Permanente de Ética da Eletrobrás (CEE) e a atuação ativa no nivelamento dos procedimentos com as demais auditorias internas das empresas do Sistema Eletrobrás.

(Arquivo Eletrobrás/  
Jorge Coelho)



## 9.5 Ouvidoria-Geral

A Ouvidoria-Geral foi criada em maio de 2005, com a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação, ágil e eficiente, entre a alta administração da Eletrobrás, seus empregados e a sociedade em geral. Diversas atividades foram realizadas em 2007, tais como: Seminário Interno de Gestão da Ouvidoria e a Reunião dos Ouvidores das Empresas do Sistema Eletrobrás.

Entre as realizações há ainda o Canal de Gênero, em parceria com a área de Responsabilidade Social, que tem a finalidade de receber confidencialmente comentários, sugestões e/ou denúncias no que se refere às questões que envolvem a igualdade de direitos entre os sexos, assim como o Assédio Moral e Sexual, e o Canal Denúncia, com o objetivo de receber denúncias e informações sobre possíveis irregularidades ou impropriedades nos registros contábeis, entre outras. Em 2007, a Ouvidoria recebeu 2.444 solicitações, com 72% das demandas solucionadas.

*As áreas de Ouvidoria do Sistema Eletrobrás estão integradas com o objetivo de garantir o melhor atendimento aos públicos internos e externos das empresas.  
(Arquivo Eletrobrás/Jorge Coelho)*







## 10. Responsabilidade Social

10. Responsabilidade Social



*A Eletrobrás apóia projetos para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das comunidades Quilombolas.  
(Arquivo Eletrobrás/Jorge Coelho)*

A Responsabilidade Social Empresarial na Eletrobrás está inserida na gestão da empresa e tem como base um conjunto de valores que norteiam sua missão, visão, modelo de liderança, políticas de gestão e principalmente seu Código de Ética. As responsabilidades da empresa com seus públicos e comunidades onde atua estão contidas nas Diretrizes da RS da Eletrobrás.

Em junho de 2006, a Eletrobrás juntou-se a um grupo de cerca de mil empresas de diversos países oficializando sua adesão aos princípios do Pacto Global. O compromisso tem como objetivo mobilizar as lideranças da comunidade empresarial internacional para apoiarem as Nações Unidas na promoção de valores fundamentais nas áreas do meio ambiente, dos direitos humanos e trabalhistas.

Confirmando o seu compromisso com as questões de gênero e cidadania, a Eletrobrás foi certificada com o Selo Pró-Eqüidade de Gênero (2006/2007), pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, em função das práticas assumidas na promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no âmbito da empresa. Entre essas ações, que são implementadas em parceria com diversas áreas da empresa e monitoradas pelo Comitê Permanente para Questões de Gênero, vale destacar a criação do Canal de Gênero, em parceria com a Ouvidoria (PRO), que é um canal de comunicação confidencial colocado à disposição de todos os empregados para comentários e/ou denúncias sobre questões como assédio moral e sexual e discriminação de qualquer espécie, além da inclusão dos companheiros do mesmo sexo nos benefícios assistenciais concedidos pela empresa.

Em relação à sociedade em geral, o exercício da responsabilidade social da Eletrobrás pode ser identificado por meio de investimentos, apoios e estabelecimento de convênios, com prioridade para as áreas de educação e qualificação profissional de jovens e adultos; a geração de emprego e renda e o atendimento às comunidades atingidas por empreendimentos da empresa. Em 2007, o Departamento de Responsabilidade Social (DAS), desenvolveu e aplicou em conjunto com o Departamento de Organização e Organização (DAO), a Norma de Convênio para Projeto de Responsabilidade Social (EAE-04), sistematizando e estabelecendo critérios para análise e seleção de projetos passíveis de apoio por parte da empresa, o que dá transparência ao processo de investimento social.

É importante destacar em 2007, o fortalecimento da parceria com o Departamento de Gestão do Programa de Universalização (DEP), para atuação conjunta no programa do uso produtivo da energia, projeto complementar ao Programa Luz para Todos, possibilitando a criação de novos Centros Comunitários de Produção (CCPs), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social das áreas atendidas pelo programa de eletrificação rural do governo federal.

# 11. As Empresas Federais de Distribuição

de Distribuição  
11. As Empresas Federais de Distribuição

*A Eletroacre e a Boa Vista Energia destacaram-se como as empresas de melhor desempenho no controle às perdas de energia elétrica.  
(Arquivo Eletrobrás/  
Jorge Coelho)*

### Resultados das Empresas Federais de Distribuição:

As empresas continuaram a ser monitoradas pelo Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial (Siage). Em 2007, não obstante os esforços empreendidos pela Ceal, Cepisa, Ceron e Manaus Energia, essas empresas não conseguiram atingir os níveis de perdas de energia elétrica reconhecidos pela Aneel, bem como as metas pactuadas com a Eletrobrás. No caso da Ceam, embora apresente uma curva descendente das perdas de energia elétrica, também não atingiu a meta estabelecida pela Eletrobrás. A Eletroacre e a Boa Vista Energia, que atingiram os níveis reconhecidos pela Aneel, destacam-se como as empresas de melhor desempenho no combate às perdas de energia elétrica.

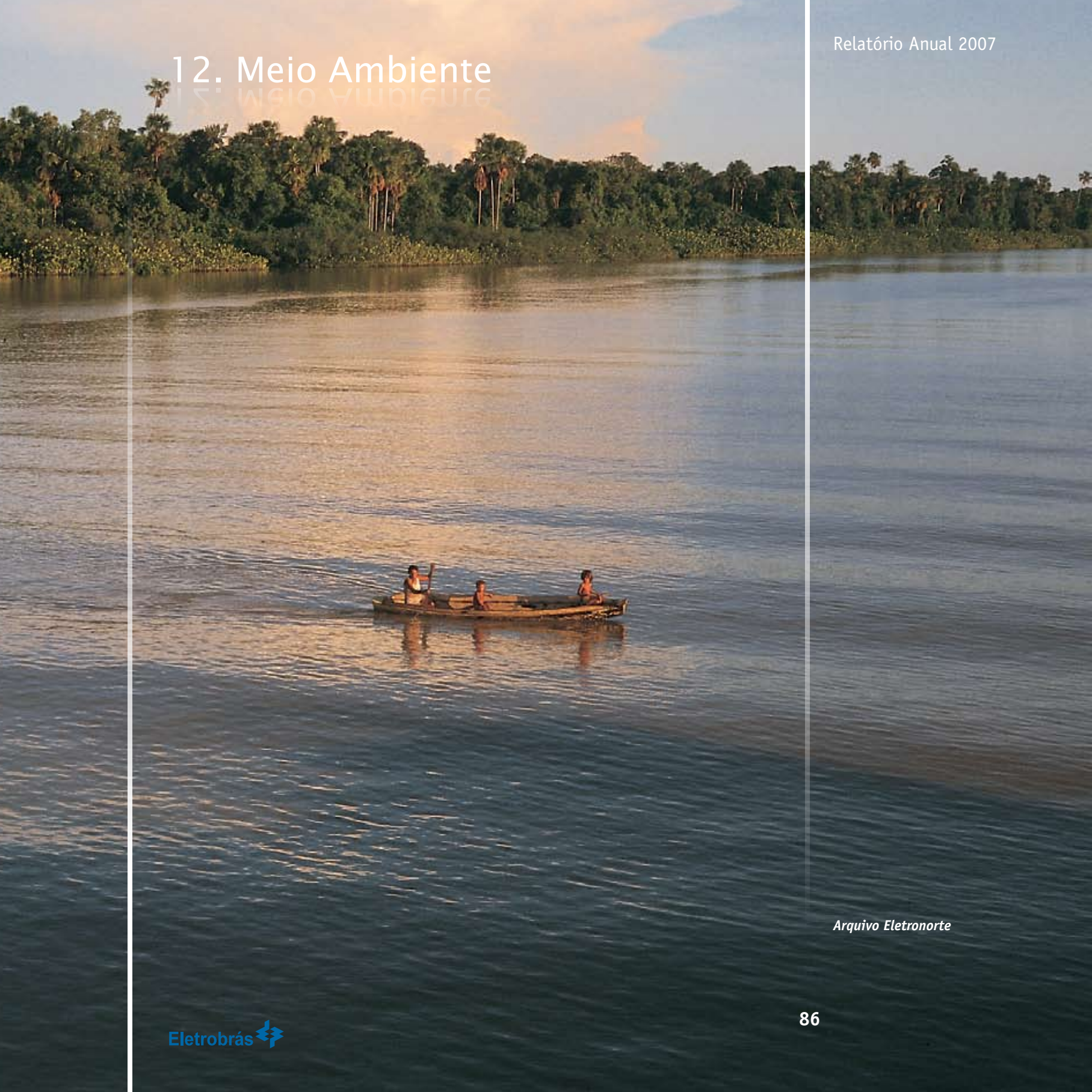
Com relação à inadimplência, a Eletroacre foi a única empresa a atingir a meta estabelecida pela Eletrobrás para a relação arrecadação x faturamento em 2007.

Os trabalhos para o processo de reestruturação societária da Companhia Energética do Amazonas (Ceam) e da Manaus Energia S.A., para a integração das atividades de distribuição de energia elétrica das duas concessionárias no Estado do Amazonas, foram executados e estão em fase final de conclusão.

Em 2007, a Eletrobrás continuou com os estudos para uma proposta de mudança no modelo de governança que vem adotando nas empresas federais de distribuição, com vistas ao seu saneamento econômico-financeiro, conforme previsto na própria Lei que autorizou a participação da Eletrobrás em tais empresas e que as colocou no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Exercício	2003	2004	2005	2006	2007
Total de Consumidores	2.376.727	2.465.889	2.574.481	2.724.847	2.868.792
Consumidores por Empregado	4.091	4.009	3.893	3.767	3.594
Municípios e Localidades	564	568	571	575	579
Ligações Realizadas - Urbanas	264.751	252.423	270.821	272.817	300.403
Ligações Realizadas - Rurais	28.171	30.393	44.165	55.055	50.803
Perdas Técnicas/Comerc. (MWh)	4.184.498	4.536.466	4.911.157	5.295.800	5.890.317
<b>Mercado/MWh</b>					
Energia Requerida	12.920.541	13.750.228	14.812.196	15.677.112	16.868.794
Energia Adquirida	13.049.676	13.995.821	15.012.012	15.829.582	16.907.959
Energia Vendida	8.734.020	9.151.253	9.885.817	10.363.848	10.976.100
Geração Própria	2.390.790	2.284.871	2.634.849	2.583.651	2.459.186
Geração de PIEs	3.027.938	3.513.281	3.655.726	4.071.591	4.818.924
<b>Operacionais</b>					
Usinas em operação	136	137	133	139	144
Subestações	225	227	232	235	249
Redes de Distribuição (km)	86.125	88.010	92.059	105.396	113.562
<b>EBTIDA</b>					
Ceal	15,20	51,53	84,81	42,28	48,55
Ceam	(76,70)	(71,18)	(67,57)	(190,84)	(348,77)
Cepisa	(33,30)	(41,18)	(25,91)	4,40	22,82
Ceron	0,60	19,97	10,18	15,25	15,07
Eletroacre	(3,50)	0,92	25,87	18,93	23,46
Boa Vista Energia	(70,40)	(24,06)	(19,57)	(11,12)	(13,75)
Manaus Energia	(58,60)	(48,10)	73,06	(134,05)	(408,22)

# 12. Meio Ambiente



*Arquivo Eletronorte*

A dimensão ambiental está inserida nas atividades empresariais e de governo exercidas pela Eletrobrás como subsídio aos processos decisórios. A Política Ambiental do Sistema Eletrobrás, formalizada em 2006, estabelece princípios para o tratamento das questões socioambientais associadas aos empreendimentos de energia elétrica das empresas que o integram.

As premissas fundamentais de sua formulação têm por base as diretrizes das políticas públicas relativas a meio ambiente, recursos hídricos e bem estar social, bem como os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, dentre os quais a Convenção do Clima, a Agenda 21, o Protocolo de Quioto, e a própria experiência da holding como emissora e gestora de princípios de qualificação socioambiental de suas atividades.

Sendo assim, as empresas do Sistema Eletrobrás buscam a contínua internalização da dimensão ambiental e o seu aprimoramento, tanto na execução de projetos próprios como nas parcerias ou em apoio a terceiros.

As ações de gestão ambiental estão relacionadas às atividades-fim da empresa, destacando-se, em 2007, o licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte, a implantação do Proinfa, a gestão dos sistemas isolados, as operações de financiamento a empresas do Sistema, a captação de recursos externos e o relacionamento com os mercados de capitais.

Ao conceder empréstimos para a realização de projetos, a Eletrobrás realiza a avaliação ambiental prévia dos mesmos e acompanha a sua execução, no que diz respeito às questões ambientais. Em 2007, destaca-se a coordenação da análise técnica do projeto de gestão ambiental financiado para a Itaipu Binacional. O projeto tem como objetivo a aplicação dos princípios de gestão ambiental praticados na margem brasileira à margem paraguaia do reservatório, assegurando que sejam respeitados os padrões mínimos de proteção aos mananciais exigidos pela legislação, tanto brasileira quanto paraguaia.

Na vertente de gestão de projetos e programas de governo, a Eletrobrás é a responsável legal pelo licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte e coordena a execução dos Estudos de Impacto Ambiental do empreendimento. Em 2007, foram retomados os trabalhos de revisão e complementação dos estudos ambientais que se encontravam interrompidos por decisão judicial. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento junto ao Ibama foi retomado, tendo sido emitido o Termo de Referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental.

A Eletrobrás, como gestora dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do Proinfa, executa também, em caráter permanente, as atividades de acompanhamento ambiental dos 144 empreendimentos integrantes do Programa, compreendendo a aferição da conformidade dos processos de licenciamento e da implantação dos programas ambientais.

Com relação à gestão do Programa de Operação de Sistemas Isolados, foram realizadas atividades de identificação e avaliação das principais questões ambientais relacionadas aos parques térmicos e seus entornos, através de visitas técnicas.

No âmbito do fomento de estudos sobre temas ambientais críticos, em parceria com univer-

sidades e centros de pesquisa, tiveram continuidade os projetos: Avaliação Ambiental Estratégica para o Planejamento da Expansão da Geração e Incorporação da Dimensão Ambiental ao Planejamento da Transmissão, em desenvolvimento no Cepel; e Uso de Microalgas na Gestão de Emissões em Usinas Térmicas a Carvão, em desenvolvimento na FURG. Também tiveram continuidade as tratativas com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) visando estimar a contribuição dos reservatórios das hidroelétricas para elaboração do Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa.

Foi ainda contratado um projeto junto ao Cepel para subsidiar um sistema de gestão ambiental corporativo. O Projeto IGS – Indicadores Socioambientais para a Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobrás tem como objetivos estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental e implementar um banco de dados para as informações com eles relacionadas, como subsídio à avaliação e à comunicação da melhoria do desempenho socioambiental das empresas do Sistema.

Adicionalmente, a Eletrobrás desenvolve, junto às empresas do Sistema, atividades na área ambiental que possibilitam uma ação coerente, continuamente aprimorada, ajustada à legislação vigente e às diretrizes estabelecidas de comum acordo. Estas ações visam assegurar o cumprimento dos princípios da Política Ambiental do Sistema Eletrobrás e implementar uma agenda de trabalhos envolvendo questões de interesse comum, definidas em um fórum específico das áreas de Meio Ambiente das empresas do Sistema, o Subcomitê de Meio Ambiente (SCMA), coordenado pela Eletrobrás. O SCMA é organicamente vinculado ao Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente (Copem) que, por seu turno, é vinculado ao Conselho Superior do Sistema Eletrobrás (Consize).

O SCMA atua como um espaço técnico e institucional que proporciona uma maior interação entre as empresas e viabiliza a definição de diretrizes comuns para o tratamento das questões socioambientais e a realização de procedimentos articulados nos necessários relacionamentos interinstitucionais. Em 2007, os destaques nas atividades do SCMA incluem a finalização do Relatório sobre Aspectos Técnicos no Desenvolvimento da Aqüicultura em Reservatórios, de grande importância para a compatibilização dessa atividade com a geração de energia elétrica, e o Inventário de Gases de Efeito Estufa do Sistema Eletrobrás – ano base 2005, que será anualmente atualizado e aperfeiçoado. Além disso, manteve o acompanhamento dos Projetos de Lei de interesse do setor, como salvaguarda e orientação técnica às assessorias parlamentares das empresas e ao MME. O SCMA dispõe de um serviço de documentos no sítio eletrônico da Eletrobrás e disponibiliza um canal dedicado às demandas de Meio Ambiente através do endereço eletrônico [scma.secretariaexecutiva@eletrobras.com](mailto:scma.secretariaexecutiva@eletrobras.com).

No Comitê de Sustentabilidade do Sistema, a Eletrobrás vem coordenando ações integradas e sistematizadas que incluem o diagnóstico da gestão ambiental das empresas e a implementação de melhorias, de modo a atingir seus objetivos estratégicos.

**Investimentos e gastos com outros projetos ambientais: 146,312**





*Furnas – Detalhe do plantio  
de mudas nativas no horto da  
Usina de Marimbondo  
(Arquivo Furnas)*

*Faixa de Proteção Ambiental,  
do Reservatório de Itaipu  
(Arquivo Itaipu Binacional/  
Caio Coronel)*



### 13. Informações de Natureza Social e Ambiental



*A equipe do Departamento de Responsabilidade Social da Eletrobrás também promove ações de valorização dos empregados, como a Comemoração do Dia Internacional da Mulher (Arquivo Eletrobrás/Jorge Coelho)*

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
<b>I - RECURSOS HUMANOS</b>				
<b>1.1 - Remuneração</b>				
Folha de pagamento bruta (FPB)	86.869	41.971	2.156.580	1.829.833
- Empregados	85.232	40.283	2.141.200	1.814.096
- Administradores	1.637	1.688	15.380	15.737
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	16.05	14.07	-	-
- Administradores	1.00	1.00	-	-
<b>1.2 - Benefícios Concedidos</b>				
Encargos Sociais	27.663	24.671	551.791	494.939
Alimentação	7.850	5.760	127.708	123.268
Transporte	525	562	13.278	13.839
Previdência Privada	10.331	11.933	175.828	175.696
Saúde	10.988	7.351	184.048	160.744
Segurança e medicina do trabalho	2.106	1.383	14.239	14.214
Educação / Creches ou Aux. Creche	684	487	22.187	15.471
Cultura	-	-	3.075	2.060
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.729	2.602	54.464	49.145
Participações nos lucros ou resultados	18.000	17.000	224.013	204.502
<b>TOTAL</b>	<b>81.876</b>	<b>71.749</b>	<b>1.370.631</b>	<b>1.253.878</b>
<b>1.3 - Composição do corpo funcional</b>				
Nº de empregados no final do exercício	934	975	20.351	19.098
Nº de admissões	25	138	1.667	1.279
Nº de demissões	67	68	415	580
Nº de estagiários no final do exercício	272	258	2.104	2.030
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	4	4	368	350
Nº de prestadores de serviços tercerizados no final do exercício	-	-	1.878	2.081
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	638	671	16.591	15.637
- Feminino	296	304	3.760	3.461
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	-	-	-	-
- De 18 a 35 anos	224	243	4.573	3.846
- De 36 a 60 anos	678	703	15.049	14.772
- Acima de 60 anos	32	29	729	480
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	-	-	-	21
- Com ensino fundamental	22	26	2.334	2.269
- Com ensino médio	177	189	3.331	2.941
- Com ensino técnico	0	0	6.060	6.511
- Com ensino superior	402	440	6.347	5.216
- Pós-graduados	333	320	2.279	2.140
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,76	0,76	-	-
- Feminino	0,24	0,24	-	-

# Demonstrações Contábeis de 2007

D6W0U2L9C062 C0U19P612 06 500\

*Eletronuclear – Vista da  
Central Nuclear Almirante  
Álvaro Alberto  
(Arquivo Eletronuclear)*





# Índice

## INDICE

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO .....	96
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO.....	98
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS.....	100
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	102
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS .....	104
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	106
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	108
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	110
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL .....	112
NOTA 2 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO.....	113
NOTA 3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	114
NOTA 4 – RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES .....	114
NOTA 5 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	115
NOTA 6 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	116
NOTA 7 – PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	121
NOTA 8 - DISPONIBILIDADES .....	125
NOTA 9 – CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA.....	125
NOTA 10 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS.....	127
NOTA 11 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS .....	130
NOTA 12 – CRÉDITOS RENEGOCIADOS.....	131
NOTA 13 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	135
NOTA 14 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS .....	138
NOTA 15 – ATIVO REGULATÓRIO .....	140
NOTA 16 – ESTUDOS E PROJETOS .....	143
NOTA 17 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR.....	144
NOTA 18 – ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁR .....	145
NOTA 19 – INVESTIMENTOS .....	146
NOTA 20 – IMOBILIZADO.....	152
NOTA 21 – INTANGÍVEL.....	154
NOTA 22 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS .....	154
NOTA 23 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS .....	156
NOTA 24 – FORNECEDORES.....	157
NOTA 25 – TAXAS REGULAMENTARES .....	158
NOTA 26 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	158
NOTA 27 – ADIANTAMENTO DE CLIENTE.....	161
NOTA 28 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO.....	163
NOTA 29 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	164
NOTA 30 – CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL.....	166
NOTA 31 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	166
NOTA 32 – PASSIVOS CONTINGENTES .....	171

NOTA 33 – OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS .....	178
NOTA 34 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	180
NOTA 35 – OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA.....	183
NOTA 36 – DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA .....	184
NOTA 37 – PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	184
NOTA 38 – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS.....	185
NOTA 39 – ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA .....	185
NOTA 40 – PROVISÕES OPERACIONAIS .....	185
NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO .....	186
NOTA 42 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA .....	186
NOTA 43 – SEGMENTOS DE NEGÓCIOS.....	186
NOTA 44 – SEGUROS.....	187
NOTA 45 – LEILÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E LINHAS DE TRANSMISSÃO .....	188
NOTA 46 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	189
NOTA 47 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES .....	192
NOTA 48 – PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.....	192
NOTA 49 – GESTÃO DE RECURSOS SETORIAIS.....	193
NOTA 50 – ESCLARECIMENTO DE assuntos relevantes.....	195
NOTA 51 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	196
Anexo I – CONSUMIDORES E REVENDEDORES .....	202
Anexo II – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS .....	204
Anexo III – INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS .....	206
Anexo IV – ATIVO IMOBILIZADO - 2007.....	208
Anexo IV-A – ATIVO IMOBILIZADO - 2006.....	210
Anexo V – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A PAGAR.....	212
Anexo VI – RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO .....	214
Anexo VII – RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	216
Anexo VIII – Siglas Utilizadas .....	218
Diretoria Executiva .....	220
Parecer Auditores Independentes.....	222
Decisão do Conselho de Administração.....	229
Parecer do Conselho Fiscal.....	230

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**  
(em milhares de Reais)



ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>					
Disponibilidades	8	5.585.519	2.877.879	8.094.907	5.459.139
Consumidores e revendedores	9	1.349.259	1.180.392	3.622.343	3.994.924
Financiamentos e empréstimos	10	3.034.328	5.985.076	1.506.511	1.414.788
Conta de Consumo de Combustível - CCC		549.467	860.023	541.087	833.555
Remuneração dos investimentos	11	<b>635.357</b>	543.731	152.468	174.455
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-
Créditos renegociados	12	112.803	106.935	526.275	352.158
Ativos fiscais diferidos	14	1.773.215	1.213.421	2.443.072	1.842.337
Direito de ressarcimento		179.460	275.468	179.460	275.468
Devedores diversos		290.840	2.278	427.358	128.224
Almoxarifado		2.519	2.427	603.177	519.816
Despesas pagas antecipadamente		21	-	66.728	46.299
Outros		74.002	65.632	446.573	374.279
		<u>13.586.790</u>	<u>13.113.262</u>	<u>18.609.959</u>	<u>15.415.442</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Financiamentos e empréstimos	10	33.488.103	31.334.465	13.405.369	13.052.790
Créditos renegociados	12	203.959	3.022.767	1.920.766	4.735.269
Títulos e valores mobiliários	13	1.491.900	1.411.661	1.495.242	1.414.136
Estoque de combustível nuclear	17	-	-	657.188	594.169
Estudos e projetos	16	292.579	292.330	312.122	308.011
Consumidores e revendedores		-	-	26.178	589.223
Ativos fiscais diferidos	14	1.351.862	790.359	2.515.443	1.959.457
Cauções e depósitos vinculados		177.336	140.034	397.113	367.179
Conta de Consumo de Combustível - CCC		500.512	474.052	500.512	474.052
Direito de ressarcimento		590.025	-	590.025	-
Outros		66.426	46.527	287.840	376.636
		<u>38.162.702</u>	<u>37.512.195</u>	<u>22.107.798</u>	<u>23.870.922</u>
Adiantamentos para participação societária	18	1.824.255	700.085	4.027	80.383
		<u>39.986.957</u>	<u>38.212.280</u>	<u>22.111.825</u>	<u>23.951.305</u>
INVESTIMENTOS	19	43.062.138	42.304.993	5.183.898	4.565.745
IMOBILIZADO	20	28.807	30.822	74.157.189	77.695.285
INTANGÍVEL	21	55.558	57.410	469.810	412.538
DIFERIDO		5.891	1.242	45.995	45.136
		<u>43.152.394</u>	<u>42.394.467</u>	<u>79.856.892</u>	<u>82.718.704</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>96.726.141</b></u>	<u><b>93.720.009</b></u>	<u><b>120.578.676</b></u>	<u><b>122.085.451</b></u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**  
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e empréstimos	22	139.430	169.968	1.429.199	1.990.178
Empréstimo compulsório	28	96.709	111.106	96.709	111.106
Fornecedores	24	1.269.365	1.159.921	2.291.929	1.976.903
Adiantamento de clientes	27	202.250	102.387	237.441	134.909
Tributos e contribuições sociais	26	1.092.560	918.483	1.823.838	1.448.655
Conta de Consumo de Combustível - CCC		515.418	836.878	515.418	836.878
Remuneração aos acionistas	29	881.002	566.043	902.915	590.756
Créditos do Tesouro Nacional	30	58.150	51.123	58.150	51.123
Obrigações estimadas		78.274	7.282	426.267	294.877
Obrigações de ressarcimento		444.225	193.811	444.225	193.810
Previdência complementar	31	-	-	183.512	338.355
Provisões para contingências	32	-	-	1.029.109	893.299
Pesquisa e desenvolvimento		-	-	343.010	287.460
Taxas regulamentares	25	-	-	514.897	591.290
Outros		33.648	273.208	706.088	455.724
		<u>4.811.031</u>	<u>4.390.210</u>	<u>11.002.707</u>	<u>10.195.323</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e empréstimos	22	1.576.872	2.007.461	12.981.322	17.819.926
Créditos do Tesouro Nacional	30	726.989	459.808	726.989	459.808
Fornecedores		-	-	-	268.332
Reserva Global de Reversão - RGR		6.769.011	6.171.300	6.769.011	6.171.300
Empréstimo compulsório	28	202.375	23.870	202.375	23.870
Tributos e contribuições sociais	26	-	647.844	1.625.530	2.150.748
Obrigações para desmobilização de ativos	33	-	-	451.017	356.604
Adiantamento de clientes	27	-	-	1.056.761	942.330
Conta de Consumo de Combustível - CCC		500.512	474.052	1.143.258	1.036.531
Provisões para contingências	32	1.214.528	1.298.389	2.042.787	2.147.921
Previdência complementar	31	-	-	798.623	1.992.061
Provisão para passivo a descoberto em investidas		875.777	342.996	875.777	342.996
Obrigações de ressarcimento		0	-	0	-
Outros		85.810	68.291	553.669	97.372
		<u>11.951.874</u>	<u>11.494.011</u>	<u>29.227.119</u>	<u>33.809.799</u>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>					
		-	-	385.614	244.541
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	34				
Capital social		24.235.829	24.235.829	24.235.829	24.235.829
Reservas de capital		25.907.304	25.907.304	25.907.304	25.907.304
Reservas de reavaliação		208.109	230.538	208.109	230.538
Reservas de lucros		25.800.369	24.054.259	25.800.369	24.054.259
		<u>76.151.611</u>	<u>74.427.930</u>	<u>76.151.611</u>	<u>74.427.930</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital		3.811.625	3.407.858	3.811.625	3.407.858
		<u>79.963.236</u>	<u>77.835.788</u>	<u>79.963.236</u>	<u>77.835.788</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>96.726.141</u>	<u>93.720.009</u>	<u>120.578.676</u>	<u>122.085.451</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**  
(em milhares de Reais )

	Nota	Controladora	
		2007	2006 Reclassificado
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Operações com energia elétrica	35	7.555.634	6.297.277
Subvenções de energia elétrica		-	-
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	36	-	-
(-) Encargos setoriais	36	-	-
(-) ICMS		-	-
Participações societárias	37	1.883.289	988.561
Ganhos na desoneração de passivos	15	-	-
Outras receitas		-	-
		<u>9.438.923</u>	<u>7.285.838</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal, Material e Serviços	38	318.370	287.024
Energia comprada para revenda	39	7.152.195	6.256.845
Combustível para produção de energia elétrica		-	-
PASEP e COFINS		86.947	62.925
Uso da rede elétrica		-	-
Compensação Financeira de Recursos Hídricos		-	-
Depreciação e amortização		7.016	5.947
Provisões operacionais	40	586.483	114.934
		-	-
Perdas em ativos	15	-	-
Resultado a compensar de Itaipu		-	-
Doações e contribuições		126.400	140.743
Outras		356.336	182.588
		<u>8.633.747</u>	<u>7.051.006</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<u>805.176</u>	<u>234.832</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	41	<u>595.844</u>	<u>1.235.774</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<u>1.401.020</u>	<u>1.470.606</u>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, DO IMPOSTO DE RENDA, DAS PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>		<u>1.401.020</u>	<u>1.470.606</u>
Imposto de renda		146.976	(210.603)
Contribuição social sobre o lucro líquido		17.861	(81.685)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>		<u>1.565.857</u>	<u>1.178.318</u>
Participação nos lucros	42	(18.000)	(17.000)
Participação minoritária		-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PERÍODO</b>		<u>1.547.857</u>	<u>1.161.318</u>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO</b>		<u>R\$1,37</u>	<u>R\$1,03</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSOLIDADO				
Trimestres				
4T/07	até 3T/07	4T/06	2007	2006 Reclassificado
6.610.382	17.096.219	5.700.192	23.706.601	21.011.354
-	0	-	-	-
-	-	-	-	-
(312.134)	(802.342)	(252.750)	(1.114.476)	(1.292.529)
(128.645)	(310.065)	85.599	(438.710)	(465.555)
303.717	449.575	(41.196)	753.292	361.667
300.136	-	-	300.136	-
27.209	74.434	431.621	101.643	431.621
6.800.665	16.507.821	5.923.466	23.308.486	20.046.558
1.277.465	3.077.802	1.170.609	4.355.267	3.977.700
1.805.545	4.320.087	1.479.321	6.125.632	4.895.225
160.106	320.428	41.921	480.534	442.724
314.007	611.307	348.301	925.314	750.756
222.352	729.247	146.924	951.599	891.337
655.476	439.758	323.626	1.095.234	1.152.447
481.346	1.552.570	507.644	2.033.916	2.006.805
(84.273)	1.364.949	(73.345)	1.280.676	957.613
-	-	-	-	-
599.822	-	-	599.822	-
319.968	374.120	102.288	694.088	(390.916)
55.501	143.489	45.115	198.990	196.904
445.271	861.278	333.328	1.306.549	594.035
6.252.586	13.795.035	4.425.732	20.047.621	15.474.630
548.079	2.712.786	1.497.734	3.260.865	4.571.928
1.744.426	(2.671.095)	(1.058.606)	(926.669)	(2.706.039)
2.292.505	41.691	439.128	2.334.196	1.865.889
(18.032)	(18.847)	5.819	(36.879)	(17.964)
2.274.473	22.844	444.947	2.297.317	1.847.925
(354.303)	(59.006)	8.473	(413.309)	(411.620)
(116.972)	(55.020)	7.032	(171.992)	(151.373)
1.803.198	(91.182)	460.452	1.712.016	1.284.932
(159.926)	-	(138.469)	(159.926)	(138.468)
(4.098)	(135)	13.869	(4.233)	14.854
1.639.174	(91.317)	335.852	1.547.857	1.161.318
R\$1,45	(R\$0,08)	R\$0,30	R\$1,37	R\$1,03

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**  
(em milhares de Reais)

	<b>CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO</b>	<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>RESERVAS DE REAVALIAÇÃO</b>
Em 31 de dezembro de 2005	24.235.829	25.907.304	247.855
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	-	-	-
Realização de reservas de reavaliação	-	-	(17.317)
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Destinação do resultado:			
Constituição de reservas	-	-	-
Remuneração aos acionistas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2006	24.235.829	25.907.304	230.538
Aumento de capital - A.G.E. de 28.04.2005			
Reavaliação - Coligadas	-	-	-
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	-	-	-
Realização de reservas de reavaliação	-	-	(22.429)
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Destinação do resultado:			
Constituição de reservas	-	-	-
Remuneração aos acionistas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2007	24.235.829	25.907.304	208.109

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

RESERVAS DE LUCROS				LUCROS ACUMULADOS	ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	T O T A L DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LEGAL	ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS			
1.595.578	14.318.074	6.448.973	-	-	2.961.277	75.714.889
-	-	972.548	-	-	446.581	1.419.129
-	-	-	-	17.317	-	-
-	-	-	-	1.161.317	-	1.161.317
58.066	592.272	-	68.748	(719.086)	-	-
-	-	-	-	(459.548)	-	(459.548)
1.653.644	14.910.346	7.421.521	68.748	-	3.407.858	77.835.788
-	-	-	-	-	-	-
-	-	879.311	-	-	403.767	1.283.078
-	-	-	-	22.429	-	-
-	-	-	-	1.547.857	-	1.547.857
77.394	789.405	-	-	(866.799)	-	-
-	-	-	-	(703.487)	-	(703.487)
1.731.038	15.699.751	8.300.832	68.748	-	3.811.625	79.963.236

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**  
(em milhares de Reais)



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/31/2007	12/31/2006	12/31/2007	12/31/2006
<b>ORIGENS</b>				
Das operações - lucro líquido do exercício	1.547.857	1.161.318	1.547.857	1.161.318
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	7.016	5.947	2.033.916	2.006.805
Variações monetárias líquidas de longo prazo	2.536.733	529.148	3.066.185	1.870.503
Ajuste dos investimentos	(1.455.947)	(575.696)	(306.002)	(73.467)
Ativo Regulatório	(287.746)	-	(287.746)	-
Provisões de longo prazo	(938.109)	(663.429)	(412.433)	337.200
Participação minoritária no resultado	-	-	4.233	(14.854)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.283.075	1.419.127	1.283.075	1.419.131
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	(694.088)	(390.917)
Outras	416.887	433.880	121.636	178.290
	<u>3.109.766</u>	<u>2.310.295</u>	<u>6.356.633</u>	<u>6.494.009</u>
De Acionistas	-	-	-	-
De Terceiros				
Financiamentos obtidos	-	-	904.022	648.794
Reserva Global de Reversão e Empréstimo Compulsório	875.571	1.105.965	875.571	1.105.965
Transferência do passivo circulante para passivo não circulante	28.010	149.742	57.136	270.459
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	3.309.303	2.666.759	3.980.084	2.481.870
Realização e alienação de investimentos	742.787	607.051	901.515	687.507
	<u>4.955.671</u>	<u>4.529.517</u>	<u>6.718.328</u>	<u>5.194.595</u>
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<u>8.065.437</u>	<u>6.839.812</u>	<u>13.074.961</u>	<u>11.688.604</u>
<b>APLICAÇÕES</b>				
Na aquisição de direitos e bens do imobilizado e em gastos diferidos	8.013	17.877	3.194.193	3.153.722
Em financiamentos e empréstimos concedidos	3.413.978	1.007.681	1.295.055	1.380.006
Em participação em empresas de energia elétrica	-	-	-	-
Em participação em empresas	1.213.233	21.235	-	64.333
Transferência do não circulante para o circulante	772.109	911.634	2.411.657	3.198.336
Remuneração aos acionistas	703.486	459.548	753.010	555.622
Transferência do circulante para o realizável a longo prazo	1.850.465	2.227.931	2.206.848	1.608.900
Outras	51.449	23.171	827.065	275.549
	<u>8.012.733</u>	<u>4.669.077</u>	<u>10.687.828</u>	<u>10.236.468</u>
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<u>8.012.733</u>	<u>4.669.077</u>	<u>10.687.828</u>	<u>10.236.468</u>
<b>Variação do capital circulante líquido</b>	<u>52.704</u>	<u>2.170.735</u>	<u>2.387.133</u>	<u>1.452.136</u>
<b>Demonstração da variação do capital circulante líquido:</b>				
Ativo circulante:				
No início do exercício	13.113.262	10.236.414	15.415.442	12.697.332
No fim do exercício	13.586.788	13.113.264	18.609.959	15.415.441
Variação	<u>473.526</u>	<u>2.876.850</u>	<u>3.194.517</u>	<u>2.718.109</u>
Passivo circulante:				
No início do exercício	4.390.209	3.684.093	10.195.323	8.929.351
No fim do exercício	4.811.030	4.390.209	11.002.707	10.195.324
Variação	<u>420.821</u>	<u>706.116</u>	<u>807.384</u>	<u>1.265.973</u>
<b>Variação do capital circulante líquido</b>	<u>52.704</u>	<u>2.170.734</u>	<u>2.387.133</u>	<u>1.452.136</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS**  
**INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/31/2007	12/31/2006	12/31/2007	12/31/2006
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido do exercício	1.547.857	1.161.318	1.547.857	1.161.318
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	7.016	5.947	2.033.916	2.006.805
Variações monetárias líquidas de longo prazo	2.536.733	529.148	3.066.185	1.870.503
Ajuste dos investimentos	(1.455.947)	(575.696)	(306.002)	(73.467)
Ativo Regulatório	(287.746)	-	(287.746)	-
Provisões de longo prazo	(938.109)	(663.429)	(412.433)	337.200
Participação minoritária no resultado	-	-	4.233	(14.854)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.283.075	1.419.127	1.283.075	1.419.131
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	(694.088)	(390.917)
Outras	416.887	433.880	121.636	178.290
Sub total	3.109.766	2.310.295	6.356.633	6.494.009
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais				
Consumidores e revendedores	(168.865)	184.724	372.582	127.507
Financiamentos e empréstimos - principal	183.695	(616.416)	(106.616)	(251.283)
Financiamentos e empréstimos - encargos	2.767.053	(944.339)	14.892	(293.667)
Conta de consumo de combustível - CCC	310.556	(681.082)	292.468	(670.728)
Remuneração dos investimentos	(91.626)	154.518	21.987	(103.664)
Títulos e valores mobiliários	-	237.010	-	237.349
Créditos renegociados	(5.868)	(35.100)	(174.117)	43.257
Créditos tributários	(559.794)	19.847	(600.735)	(377.712)
Direito de ressarcimento	96.008	188.481	96.008	188.481
Devedores diversos	(288.562)	(212)	(299.134)	264.379
Almoxarifado	(92)	79	(83.361)	(70.251)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(20.429)	9.975
Outros	(8.391)	126.047	(72.294)	13.359
	2.234.114	(1.366.443)	(558.748)	(882.998)
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais				
Financiamentos e empréstimos	(26.902)	(28.841)	(578.539)	390.445
Financiamentos e empréstimos - encargos	(3.636)	(2.046)	17.559	(51.382)
Empréstimo compulsório	(14.397)	(55.168)	(14.397)	(55.168)
Fornecedores	109.444	(236.518)	315.026	(275.988)
Tributos e contribuições sociais	174.077	(150.961)	375.183	(159.487)
Conta de consumo de combustível - CCC	(321.460)	693.834	(321.460)	693.834
Remuneração aos acionistas	314.505	93.926	312.159	87.234
Créditos do Tesouro Nacional	7.027	4.884	7.027	4.884
Obrigações estimadas	70.992	(26.439)	131.390	72.405
Obrigações de ressarcimento	250.415	-	250.415	-
Adiantamento de clientes	99.863	-	102.532	74.729
Previdência complementar	-	-	(154.843)	(52.643)
Provisões para contingências	-	-	135.810	27.151
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	55.550	-
Taxas regulamentares	-	-	(76.393)	32.321
Outras	(239.106)	219.635	250.364	283.829
	420.822	512.306	807.382	1.072.163
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	5.764.702	1.456.157	6.605.267	6.683.174

continua...

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS**  
**INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Em milhares de reais)



...continuação

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/31/2007	12/31/2006	12/31/2007	12/31/2006
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	-	-	904.022	648.794
Financiamentos obtidos de longo prazo transferidos para o circulante	(772.109)	(911.634)	(2.411.657)	(3.198.336)
Remuneração aos acionistas	(703.486)	(459.548)	(753.010)	(555.622)
Empréstimos e financiamentos concedidos - liberações	(3.413.978)	(1.007.681)	(1.295.055)	(1.380.006)
Empréstimos e financiamentos concedidos - recebimento	3.309.303	2.666.759	3.980.084	2.481.870
Refinanciamentos obtidos (transf. do passivo circ. para o não circ.)	28.010	149.742	57.136	270.459
Refinanciamentos concedidos (transf. do circ. para realiz. longo prazo)	(1.850.465)	(2.227.931)	(2.206.848)	(1.608.900)
Empréstimo compulsório e RGR	875.571	1.105.965	875.571	1.105.965
Outros	16.640	(23.171)	(827.065)	(275.548)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento	(2.510.514)	(707.499)	(1.676.822)	(2.511.324)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de ativo imobilizado	(8.013)	(17.877)	(3.194.193)	(3.153.722)
Investimentos	(538.535)	585.816	901.515	623.175
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	(546.548)	567.939	(2.292.678)	(2.530.547)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.707.640	1.316.597	2.635.767	1.641.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.877.879	1.561.282	5.459.139	3.817.837
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.585.519	2.877.879	8.094.907	5.459.139
	2.707.640	1.316.597	2.635.768	1.641.302

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 E DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**  
**(em milhares de Reais)**

**1 - RECEITAS ( DESPESAS )**

Venda de mercadorias, produtos e serviços  
Provisão para devedores duvidosos  
Não operacionais

**2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**

Materiais, serviços e outros  
Encargos setoriais  
Energia comprada para revenda  
Combustível para produção de energia elétrica

**3 - VALOR ADICIONADO BRUTO**

**4 - RETENÇÕES**

Provisões operacionais  
Depreciação, amortização e exaustão

**5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE**

**6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**

Participações societárias  
Receitas financeiras

**7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR**

**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

**PESSOAL**

. Pessoal , encargos e honorários da Diretoria  
. Participação de empregados nos lucros  
. Plano de aposentadoria e pensão

**TRIBUTOS**

. Impostos, taxas e contribuições

**ENCARGOS FINANCEIROS E ALUGUEIS**

**ACIONISTAS**

. Dividendos e juros sobre capital próprio  
. Participação de acionistas não controladores  
. Lucros retidos

2007				2006			
CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO	Distribuição %	CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO	Distribuição %
7.555.634	125,47%	24.108.380	204,01%	6.297.277	120,28%	21.442.976	178,20%
-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
-	0,00%	(36.879)	-0,31%	7.450	0,14%	(25.414)	-0,21%
7.555.634	125,47%	24.071.501	203,70%	6.304.727	120,42%	21.417.562	177,99%
(540.680)	-8,98%	(6.158.147)	-52,11%	(428.697)	-8,19%	(3.106.617)	-25,82%
-	-	(1.114.476)	-9,43%	-	-	(910.266)	-7,56%
(7.152.195)	-118,77%	(6.125.632)	-51,84%	(6.256.845)	-119,51%	(4.895.225)	-40,68%
-	-	(480.534)	-4,07%	-	-	(442.724)	-3,68%
(7.692.875)	-127,75%	(13.878.789)	-117,44%	(6.685.542)	-127,69%	(9.354.832)	-77,74%
(137.240)	-2,28%	10.192.713	86,25%	(380.815)	-7,27%	12.062.729	100,25%
(586.483)	-9,74%	(1.400.928)	-11,85%	(114.934)	-2,20%	(918.134)	-7,63%
(7.016)	-0,12%	(2.033.916)	-17,21%	(5.947)	-0,11%	(2.006.805)	-16,68%
(593.499)	-9,86%	(3.434.844)	-29,07%	(120.881)	-2,31%	(2.924.939)	-24,31%
(730.739)	-12,13%	6.757.868	57,19%	(501.696)	-9,58%	9.137.790	75,94%
1.883.289	31,27%	753.292	6,37%	988.561	18,88%	361.667	3,01%
4.869.301	80,86%	4.306.208	36,44%	4.748.760	90,70%	2.533.469	21,05%
6.752.590	112,13%	5.059.500	42,81%	5.737.321	109,58%	2.895.136	24,06%
6.021.851	100,00%	11.817.368	100,00%	5.235.625	100,00%	12.032.927	100,00%
248.352	4,12%	2.702.995	22,87%	177.175	3,38%	2.249.671	18,70%
18.000	0,30%	159.925	1,35%	17.000	0,32%	138.468	1,15%
12.073	0,20%	224.388	1,90%	11.933	0,23%	312.211	2,59%
278.425	4,62%	3.087.309	26,13%	206.108	3,94%	2.700.350	22,44%
(77.890)	-1,29%	1.949.325	16,50%	511.459	9,77%	1.779.304	14,79%
4.273.459	70,97%	5.232.878	44,28%	3.512.987	67,10%	6.391.956	53,12%
703.486	11,68%	703.486	5,95%	459.548	8,78%	459.548	3,82%
-	0,00%	(64.233)	-0,54%	-	0,00%	14.854	0,12%
844.371	14,02%	908.603	7,69%	701.769	13,40%	686.915	5,71%
1.547.857	25,70%	1.547.856	13,10%	1.161.317	22,18%	1.161.317	9,65%
6.021.851	100,00%	11.817.368	100,00%	5.235.625	100,00%	12.032.927	100,00%

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)

### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eletrobrás é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF – Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 – Asa Norte. Possui ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo – Brasil e Madri - Espanha e tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras de energia elétrica, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, cooperar com o Ministério de Minas e Energia na formulação da política energética do país; conceder financiamentos, prestar garantias no país e no exterior, podendo, inclusive, adquirir debêntures de empresas que atuam no serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário; conceder financiamentos e prestar garantias, no país ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do país ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com órgãos do Ministério de Minas e Energia.

A Companhia é responsável pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão – RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Utilização de Bem Público – UBP, e pela Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financiam os programas do governo federal de Universalização de Acesso à Energia Elétrica – Luz para Todos, o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – ReLuz, o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica.

A Companhia é gestora do Proinfa, programa do governo federal que visa promover a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia elétrica, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, sendo assegurada à Eletrobrás o direito à compra da energia a ser produzida até 2026.

A Companhia é controladora das empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. A função básica dessas controladas é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia é controladora, também, da Light Participações S.A. – Lightpar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai.



A Companhia é controladora indireta das empresas Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., controladas integrais da Eletronorte, que atuam na geração e distribuição de energia elétrica nos Estados do Amazonas e Roraima.

A Companhia atua, também, como o agente responsável pela comercialização da energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional e pelo Proinfa.

## NOTA 2 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia, por intermédio de suas empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listadas a seguir (Vide Nota 20 e Anexo IV):

### I – Geração de Energia Elétrica

EM OPERAÇÃO	RIO	CAPACIDADE EM MW	VENCIMENTO
UHE Furnas	Grande	1.216	07/2015
UHE Estreito	Grande	1.050	07/2015
UHE Marimbondo	Grande	1.440	03/2017
UHE Itumbiara	Paranaíba	2.082	02/2020
UHE Serra da Mesa	Tocantins	1.275	05/2011
UHE Luiz Gonzaga	São Francisco	1.479	10/2015
UHE Xingo	São Francisco	3.162	10/2015
UHE Sobradinho	São Francisco	1.050	02/2022
UHE Tucuruí	Tocantins	8.370	07/2024
UHE Complexo Paulo Afonso	São Francisco	3.879	10/2015
UTE Santa Cruz	-	766	07/2015
Outras concessões de geração	-	2.552	Até 2035
<b>EM CONSTRUÇÃO</b>			
UHE Simplício	Paraíba do Sul	306	08/2041
UHE Baguari	Doce	140	08/2041
UHE Batalha	São Marcos	53	08/2041
		28.820	

A capacidade total instalada das usinas do Sistema Eletrobrás, considerando I Binacional e Eletronuclear é de cerca de 38.000 MW e a geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- a) existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que

ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;

- b) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva, e
- c) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado.

## II – Transmissão de Energia Elétrica

A capacidade de transmissão do Sistema Eletrobrás está demonstrada a seguir:

	LINHAS EM KM	SUBESTAÇÕES	VENCIMENTO
Furnas	19.278	46	07/2015
Eletronorte	9.840	55	07/2015
Chesf	18.468	83	06/2037
Eletrosul	9.145	36	07/2015
Outras	655	-	07/2015
	<b>57.386</b>	<b>220</b>	

### NOTA 3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em setembro de 2006 a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – nível I, da Bovespa. Em decorrência, a Companhia, que tem suas ações incluídas no índice IBOVESPA, passou a compor o Índice de Governança Corporativa – IGC. A Companhia está, também, inserida no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.

### NOTA 4 – RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobrás informa que utiliza, os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratada pelo prazo de três anos, contados de 1º de agosto de 2005 para execução de serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas do Sistema Eletrobrás, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não

possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis.

Os auditores independentes das empresas do Sistema Eletrobrás, que, individualmente, também prestam serviços exclusivos de auditoria independente das demonstrações contábeis são informados abaixo:

Controladas	Auditor Independente
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
Chesf	Boucinhas & Campos + SOTECONTI
Eletronorte	BDO Trevisan
Eletronuclear	HLB Audilink e CIA
Eletrosul	Horwath Tufani, Reis & Soares
Furnas	HLB Audilink e CIA
Itaipu	BDO Trevisan
Lightpar	Russell Bedford Brasil
Manaus	HLB Audilink e CIA
Boa Vista	HLB Audilink e CIA

## NOTA 5 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, e foram examinadas por auditores independentes.

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentados:

- Demonstração do Fluxo de Caixa, preparada de acordo com as Normas e Procedimentos contábeis – NPC 20 emitida pelo Ibracon;
- Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC 1.010, de 21 de janeiro de 2005, e
- Demonstração da segmentação de negócio, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade SFAS-131 emitida pelo *Financial Accounting Standarts Board*.

Para efeito de melhor entendimento, estão relacionadas no Anexo VIII as principais siglas adotadas nestas notas explicativas.

## NOTA 6 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas foram adotadas as práticas contábeis descritas a seguir:

### I - GERAIS

#### A) DISPONIBILIDADES

Estão demonstradas ao custo e são representadas substancialmente, por aplicações financeiras de curto prazo, acrescidas das remunerações obtidas até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis e não excedem ao seu valor de mercado (Vide Nota 8);

#### B) CONSUMIDORES E REVENDEDORES

O saldo de consumidores e revendedores (Vide Anexo I) é composto por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, além do fornecimento e suprimento não faturado, registrado com base no regime de competência.

Inclui, também, os acréscimos moratórios em função de atrasos no pagamento por parte dos consumidores, concessionários e permissionários;

#### C) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos (Vide Anexo II) e seus respectivos encargos apropriados até a data do Balanço são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial;

#### D) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

São constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa, em montante julgado suficiente pela administração da Companhia, para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas e títulos a receber (Vide Notas 9, 10, 13 e 15 e Anexos I e II às Notas Explicativas);

#### E) CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobrás administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários;

#### F) IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até

31 de dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A depreciação é calculada pelo método linear;

G) INVESTIMENTOS

As participações societárias em controladas e controlada em conjunto (Vide Anexo III), bem como os demais investimentos em coligadas com participação acionária igual ou superior a 20% do capital total das companhias investidas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos termos da legislação societária e da Instrução CVM 247/96. A contrapartida do ajuste decorrente dessa avaliação é computada no resultado do exercício. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição (Vide Nota 19);

H) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os financiamentos e empréstimos obtidos e os correspondentes encargos apropriados até a data do Balanço, estão atualizados pelos índices contratuais e demonstrados no Anexo V;

I) RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

Os saques efetuados pela Eletrobrás junto à RGR (Vide Nota 49), destinados a concessão de empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano, a partir da vigência da Lei 8.631, de 04 de março de 1993;

J) EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

É registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E e juros de 6% ao ano (Vide Nota 28);

L) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM 273, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002, estão registrados no ativo circulante e no ativo não circulante e passivo não circulante os ativos diferidos e as obrigações fiscais diferidas, calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, (Vide Notas 14 e 26);

M) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme

os procedimentos estabelecidos pela Deliberação CVM 371/2000, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada tempo de serviço como base de uma unidade de benefício, consideradas no cômputo da obrigação final. São utilizadas, também, premissas como a estimativa da evolução dos custos de assistência médica, hipóteses biométricas e econômicas, bem como, informações históricas de gastos incorridos e contribuições dos empregados (Vide Nota 31);

**N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

Os demais ativos são registrados pelos seus efetivos valores de custo, retificados, quando aplicável, por provisões de forma a refletir seus efetivos valores de realização. Incluem, também, os rendimentos e eventuais variações monetárias ou cambiais auferidos; os passivos são registrados por seus valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, conforme aplicável, dos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos, e

**O) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O resultado do exercício é apurado segundo o regime de competência.

## II – PRÁTICAS ESPECÍFICAS DO SETOR ELÉTRICO

**A) IMOBILIZADO EM SERVIÇO**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação são calculadas de acordo com a Instrução Aneel 44, de 17 de março de 1999 (Vide Nota 20 e Anexos IV e IV.a.);

**B) IMOBILIZADO EM CURSO**

De acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais), relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados como parte dos custos de construção.

Despesas administrativas gerais são alocadas ao imobilizado em andamento. A alocação

de custos diretos com pessoal e serviços de terceiros é permitida com base em critérios estabelecidos pela Agência Reguladora (Vide Nota 20 e Anexos IV e IVa);

C) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

São registrados obrigações em contrapartida de contribuições recebidas da União e de consumidores exclusivamente para o investimento na rede de distribuição de energia elétrica. A obrigação é registrada como redutora do ativo imobilizado, sendo, no término da concessão, compensada contra os ativos correspondentes, incluindo aqueles adquiridos com as contribuições recebidas da União e de consumidores. O prazo da concessão de serviço público são firmados pela Aneel (Vide Nota 20 e Anexos IV e IVa);

D) ALMOXARIFADO

Os materiais de almoxarifado, classificados no ativo circulante, são registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados à construção do ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização;

E) DECORRENTES DO ACORDO GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

De acordo com o estabelecido pela Resolução 72 da Aneel, de 07 de fevereiro de 2002, é apresentado na rubrica Consumidores e revendedores o valor referente à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, definida pela Resolução 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 (Vide Nota 15);

F) OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Conforme previsto no Manual de Contabilidade da ANEEL, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da vida útil.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício, com base em quotas anuais fixadas em quantidades de dólares norte - americanos à razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidas pela taxa de câmbio do final de cada mês de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte - americano (Vide Nota 33);

G) ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e na chamada piscina destinada a elementos utilizados - PCU são registrados pelo custo de aquisição.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia (Vide Nota 17), e

H) PARADAS PROGRAMADAS

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas são inicialmente registrados no Ativo Circulante, e após a retomada da operação da usina, os custos são apropriados ao resultado em quotas mensais, até o início da próxima parada.

### III - PRÁTICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS DE ITAIPU BINACIONAL

Para a contabilização de suas operações a Itaipu Binacional segue as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e no Paraguai, observadas as disposições específicas estabelecidas no Tratado Internacional, firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a Itaipu Binacional, sendo as principais disposições descritas abaixo:

- a) Não é registrada a depreciação de suas instalações, por ter sua receita calculada com base nos encargos do passivo e não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no Anexo "C", do Tratado Internacional Brasil-Paraguai;
- b) os resultados acumulados não integram o Patrimônio Líquido e são alocados na rubrica Resultados a Compensar, transferido para o ativo imobilizado, e
- c) a remuneração sobre capital próprio dos acionistas não leva em consideração a realização de lucros, sendo apresentado como despesa operacional no resultado.

### IV - ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, objetivando a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade - IFRS.

As principais alterações trazidas pela citada Lei, indicadas na nota 51, têm aplicação a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008, não produzindo efeitos nas presentes Demonstrações Contábeis.



**NOTA 7 – PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**

I - As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM 247, de 27 de março de 1996 e incluem a ELETROBRÁS e as seguintes empresas:

	PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS	
	2007 e 2006	
	Direta	Indireta
FURNAS	99,54%	-
CHESF	99,45%	-
ELETROSUL	99,71%	-
ELETRONORTE	98,66%	-
ELETRONUCLEAR	99,80%	-
ITAIPU BINACIONAL (*)	50,00%	-
CGTEE	99,94%	-
LIGHTPAR	81,61%	-
MANAUS ENERGIA (**)	-	100%
BOA VISTA ENERGIA (**)	-	100%

(\*) – Controlada em conjunto com a *Ande* ( Paraguai ) - (\*\*) – Participação indireta por meio da Eletronorte

II - Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 das empresas consolidadas estão demonstradas de forma resumida no Anexo VII.

III - Apresentamos abaixo as principais práticas de consolidação adotadas:

- eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- eliminação de saldos a receber e a pagar inter-companhias;
- eliminação das receitas e despesas inter-companhias, e
- destaque da participação dos demais acionistas no patrimônio líquido e no resultado das empresas investidas consolidadas.
- Face à inexistência de resultados não realizados nas operações inter-companhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

#### IV - Procedimentos de consolidação da controlada em conjunto Itaipu Binacional

- a) As Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos e foram convertidas para Reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2007 - US\$ 1.00 – R\$ 1,7713 divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2006 - US\$ 1.00 – R\$ 2,1380);
- b) O resultado a compensar de Itaipu Binacional é ajustado no ativo imobilizado consolidado;
- c) A remuneração sobre o capital paga por Itaipu Binacional é registrada como receita da controladora e eliminada no consolidado, e
- d) Todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado é eliminado na consolidação pela rubrica “Resultado a Compensar de Itaipu Binacional”.

A seguir está apresentado, simplesmente para efeito de análise, o resumo do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do exercício excluindo os efeitos da consolidação proporcional da Itaipu Binacional. A informação, de caráter meramente informativo, visa apresentar aos acionistas e analistas do mercado de capitais a influência das Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional nas demonstrações consolidadas do Sistema Eletrobrás, dada suas especificidades, não devendo o mesmo ser considerado, em nenhuma hipótese, como sendo as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Sistema Eletrobrás.

R\$ mil

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**  
(de caráter meramente informativo)

	<b>2007</b>	
	<b>SEM ITAIPU</b>	<b>COM ITAIPU</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Consumidores e revendedores	3.583.564	3.622.343
Financiamentos e empréstimos	1.529.363	1.506.511
Outros	13.398.228	13.481.105
	<u>18.511.155</u>	<u>18.609.959</u>
<b>Não Circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Financiamentos e empréstimos	20.656.088	13.405.369
Outros	8.592.882	8.706.456
	<u>29.248.970</u>	<u>22.111.825</u>
Investimentos	5.272.463	5.183.898
Imobilizado, intangível e diferido	57.105.933	74.672.994
	<u>62.378.396</u>	<u>79.856.892</u>
<b>Total do Ativo</b>	<u><u>110.138.521</u></u>	<u><u>120.578.676</u></u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Financiamentos e empréstimos	753.886	1.429.199
Fornecedores	2.853.120	2.291.929
Outros	6.842.368	7.281.579
	<u>10.449.374</u>	<u>11.002.707</u>
<b>Não Circulante</b>		
Financiamentos e empréstimos	3.761.572	12.981.322
Outros	15.578.725	16.245.797
	<u>19.340.297</u>	<u>29.227.119</u>
Participação do Acionista ANDE	385.614	385.614
Patrimônio Líquido	<u>79.963.236</u>	<u>79.963.236</u>
	80.348.850	80.348.850
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<u><u>110.138.521</u></u>	<u><u>120.578.676</u></u>

R\$ mil

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
(de caráter meramente informativo)

	2007	
	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
<b>Receitas Operacionais</b>		
Operações com energia elétrica	23.542.027	23.706.601
Deduções	(1.553.186)	(1.553.186)
Outras	401.780	401.779
	<u>22.390.621</u>	<u>22.555.194</u>
<b>Despesas Operacionais</b>		
Energia comprada para revenda	(9.144.679)	(6.125.632)
Depreciação e amortização	(2.033.916)	(2.033.916)
Resultado a compensar de ITAIPU	-	(694.088)
Outras	(9.950.100)	(11.193.985)
	<u>(21.128.695)</u>	<u>(20.047.621)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	<u>1.261.926</u>	<u>2.507.573</u>
Resultado Financeiro	<u>336.123</u>	<u>(926.669)</u>
Resultado de Participação Societária	<u>734.957</u>	<u>753.292</u>
Resultado Operacional	<u>2.333.006</u>	<u>2.334.196</u>
Resultado não Operacional	(35.689)	(36.879)
Resultado antes da CSLL e IRPJ	2.297.317	2.297.317
CSLL e IRPJ	(585.301)	(585.301)
Resultado antes das participações	1.712.016	1.712.016
Participação no lucro	(159.926)	(159.926)
Participação Minoritária	(4.233)	(4.233)
Lucro Líquido do Exercício	<u>1.547.857</u>	<u>1.547.857</u>
Lucro por ação	<u>R\$ 1,37</u>	<u>R\$ 1,37</u>

**NOTA 8 - DISPONIBILIDADES**

As disponibilidades financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que tem como meta a rentabilidade em função da Taxa Média da Selic.

O total das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2007, encontra-se abaixo demonstrado:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e Bancos	32.374	791	238.828	91.749
Aplicações Financeiras	5.553.145	2.877.088	7.856.079	5.367.390
	5.585.519	2.877.879	8.094.907	5.459.139

**NOTA 9 – CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA**

I - Os valores a receber de consumidores e revendedores de energia elétrica encontram-se detalhados no Anexo I destas Notas Explicativas e incluem o ativo regulatório descrito no item I da Nota 15.

**II - Comercialização da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional**

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Eletrobrás a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por ITAIPU, passando a ser a comercializadora no Brasil desta energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2007, o equivalente a 82.753 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra) praticada por Itaipu de US\$ 22,20/kW e a tarifa de repasse (venda) US\$ 23,75/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação (Vide item II, da Nota 15):

- a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das Classes Residencial e Rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela Aneel no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

No exercício de 2007, a atividade foi superavitária em R\$ 96.009 mil, sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica Direito de Ressarcimento.

### III – PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Proinfa geraram um resultado líquido positivo em 2007 de R\$ 250.414 mil, não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Eletrobrás. O saldo líquido da atividade é apresentado no Passivo Circulante e corresponde a R\$ 444.225 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 193.810 mil), incluído na rubrica Obrigação de Ressarcimento.

### IV – Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE estão registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

As operações realizadas no exercício de 2007 geraram, para a Eletrobrás e suas controladas, um crédito líquido de R\$ 106.830 mil.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560 mil, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a Aneel e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a Companhia mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito constituída no último trimestre de 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da Aneel e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação (Vide Nota 12 item c).

### V – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A Companhia constitui e mantém provisões com observância das normas da Aneel a partir de análise dos valores constantes do seu Contas a Receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo em 31 de

dezembro de 2007 é de R\$ 1.241.317 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 978.517 mil), sendo composto como segue:

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
RTE (Energia Livre – Perda de Receita e Parcela A)	309.732	351.988
Consumidores e Revendedores		
CEA	413.302	298.285
Outras	224.723	328.244
	638.025	626.529
CCEE – Energia de Curto Prazo	293.560	-
	1.241.317	978.517

O saldo de PCLD – RTE refere-se às provisões constituídas para cobrir eventuais perdas de realização nos ativos constituídos referentes a perda de receita, parcela A e energia livre (Vide Nota 15).

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado ao Lucro Real, para efeitos de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

## NOTA 10 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Eletrobrás, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional (Vide Anexo II).

Todos os financiamentos e empréstimos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 8,99% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 46% do total da carteira. Já os que prevêm atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil, atingem a 27% do saldo da carteira.

### I - Fator Anual de Reajuste dos Contratos com Itaipu Binacional

Conforme divulgado em nota de eventos subseqüentes nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, bem como em Fato Relevante publicado

em 19 de janeiro de 2007, as autoridades das Chancelarias e das áreas econômica e de energia do Brasil e do Paraguai delegaram ao Governo brasileiro, e este assumiu o compromisso de tomar todas as medidas necessárias, para suprimir o fator anual de reajuste dos contratos de financiamento, celebrados entre a Itaipu Binacional e a Eletrobrás, apurados com base nos índices norte-americanos *Industrial Goods* e *Consumer Price*.

A supressão do fator anual de reajuste, levado a efeito a partir do exercício de 2007, se deu por meio de mecanismos regulamentados pelo Decreto-Lei 6.265, de 22 de novembro de 2007, preservando o fluxo de recebimentos financeiros da Eletrobrás, nos termos da Lei 11.480, de 30 de maio de 2007, que autorizou a renegociação dos créditos da Eletrobrás, assim como os da União junto à Itaipu Binacional.

Tais medidas afetam contratos de financiamento concedidos à Itaipu Binacional, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 atinge a R\$ 14.671.171 mil, sendo preservado os valores correspondentes aos fatores anuais de reajuste já reconhecidos e incorporados aos saldos devedores dos contratos entre a Eletrobrás e a Itaipu Binacional.

Como decorrência, sobre os saldos devedores dos financiamentos a receber da Itaipu Binacional, não mais incidem, a partir de 2007, o chamado fator anual de reajuste (Vide Item II, da Nota 15).

## II - Reestruturação da Dívida da Eletronorte

Objetivando reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e obter condições compatíveis com a capacidade de pagamento da Eletronorte, o Conselho de Administração da Eletrobrás, conforme divulgado em nota de eventos subsequentes nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, aprovou o equacionamento da dívida daquela controlada, bem como, a conversão em capital de parte do débito total de empréstimos e financiamentos devidos pela Eletronorte.

Nesse sentido, a reestruturação dos financiamentos da Eletronorte, envolvendo créditos no montante de R\$ 7.621.909 mil, contempla as seguintes condições:

- a) quitação em espécie de R\$ 601.510 mil relativo aos contratos vencidos concedidos com recursos da RGR e repasses em moeda estrangeira;
- b) retomada, por parte da controlada, do fluxo de pagamentos a partir de 2007, com carência de 1 ano para as parcelas de principal dos contratos concedidos com recursos da RGR, e sem carência para os contratos de repasse em moeda estrangeira;
- c) conversão de parte do saldo devedor dos contratos de financiamento, vencido e a vencer, concedidos com recursos próprios da Eletrobrás, em adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 1.213.233 mil, e
- d) refinanciamento de parcelas vencidas, no montante de R\$ 1.950.476 mil, com



carência de um ano para o início da amortização do principal, mantendo-se inalteradas as demais condições financeiras originalmente pactuadas, como prazo e encargos.

O detalhamento da carteira de financiamentos e empréstimos concedidos pela Eletrobrás, incluindo juros, comissões e taxas, apresentado no Anexo II, já contempla essa negociação.

### III – Créditos junto à AES-Eletropaulo – Ação Judicial

Em 1989, a Eletrobrás ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avençados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmada o trânsito em julgado da sentença, significando dizer que a Eletropaulo não recorreu da decisão de primeiro grau. Conseqüentemente, foi proposta a execução por título judicial pela ELETROBRÁS perante a Quinta Vara cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da Eletropaulo, originando três empresas distintas - EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE – Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A Eletropaulo questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela Eletropaulo, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução, o qual foi concedido entendendo que a Eletropaulo não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela Eletrobrás discutindo o julgamento do Recurso da Eletropaulo, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da Eletropaulo deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a Eletropaulo manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da Eletropaulo. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal

de Justiça - STJ, a Eletropaulo apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal – STF, estando em vias de processamento para uma de suas turmas.

Diante deste cenário, a administração da Eletrobrás dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como praticamente certa.

Tais créditos atingem, em 31 de dezembro de 2007, o montante de R\$ 372.748 mil, considerada as condições originais dos contratos com a Eletropaulo, registrados contabilmente, os quais, se atualizados pelos índices praticados pela justiça, atingem o montante de R\$ 1.329.545 mil.

A administração da Companhia, de forma prudente e conservadora, não registra a parcela de atualização com base em critérios distintos daqueles contratualmente pactuados, optando por aguardar o processo de execução.

#### IV – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia reconhece de forma conservadora provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 80.630 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 51.629 mil) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de diversas empresas em inadimplemento.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

#### **NOTA 11 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobrás:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Furnas	164.121	92.160	-	-
Chesf	238.680	198.249	-	-
Itaipu Binacional	10.628	17.615	-	-
Eletrosul	46.842	62.956	-	-
Eletronuclear	27.893	7.103	-	-
Cemar	57.990	56.281	57.990	56.281
CTEEP	33.295	81.097	33.295	81.097
Outros	55.908	28.270	61.183	37.077
	<u>635.357</u>	<u>543.731</u>	<u>152.468</u>	<u>174.455</u>

## NOTA 12 – CRÉDITOS RENEGOCIADOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
<b>Circulante</b>				
CEB	54.347	45.289	91.834	71.479
Celg	48.217	48.499	72.392	64.513
AES-SUL	10.227	12.288	10.227	12.288
Cemat	-	844	25.034	28.864
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	188.867	155.127
Outros	12	15	137.921	19.887
	<u>112.803</u>	<u>106.935</u>	<u>526.275</u>	<u>352.158</u>
<b>Não Circulante</b>				
Cessão de créditos de Itaipu	-	2.679.043	-	2.679.043
Celg	175.636	257.899	476.199	592.032
CEB	-	53.790	181.341	256.975
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	965.006	939.621
Outros	28.323	32.035	298.220	267.598
	<u>203.959</u>	<u>3.022.767</u>	<u>1.920.766</u>	<u>4.735.269</u>
	<u>316.762</u>	<u>3.129.702</u>	<u>2.447.041</u>	<u>5.087.427</u>

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, e prevêem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CEB

A Eletrobrás é detentora de créditos junto à CEB, decorrentes da comercialização, então praticada por Furnas, da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional, que foram recebidos por sub-rogação em janeiro de 2003. Tais créditos foram, naquele mesmo exercício, renegociados para equacionamento da inadimplência da distribuidora com atuação no Distrito Federal, no montante original de R\$ 163.892 mil. A negociação estabelece, entre outras condições, o pagamento das dívidas em atraso até o final do exercício de 2008 (60 meses), atualizadas pela taxa Selic, com garantias reais, mediante a transferência diretamente da instituição financeira arrecadadora da CEB, de 4% de seu faturamento bruto mensal, em favor da Eletrobrás.

O montante a receber em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 54.347 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 99.079 mil).

A controlada Furnas também renegociou créditos detidos contra a CEB, no montante de R\$ 191.129 mil, relativos à energia própria, com amortização em 144 meses, contados de agosto de 2003, em parcelas correspondentes a 3 % do seu faturamento bruto, podendo ser automaticamente prorrogado até a liquidação final do compromisso. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% a.m. e monta em 31 de dezembro de 2007 R\$ 218.828 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 210.373 mil), sendo R\$ 162.000 mil cedidos ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - Furnas II (Vide Nota 23).

b) Oriundos de energia elétrica repassada à CEB

CEB II – Através de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, firmado em 01.6.2006, entre Furnas e a CEB Distribuição, foi firmada a repactuação do pagamento das faturas vincendas nos meses de junho a outubro/2006, cujos recebimentos ocorreriam nos dias 05, 15 e 25 dos respectivos meses, faturas essas vinculadas à aquisição de energia por meio dos Contratos CCEAR's 279 e 662/2004. A dívida será quitada conforme as seguintes cláusulas financeiras:

- 1) Prazo de amortização estimado em 24 meses;
- 2) Atualização do saldo devedor com a aplicação pro rata die da variação da taxa média anual Selic, acrescido de juros de 1,8% a.a.;
- 3) Até a liquidação do total da dívida, as partes acordam que eventuais pagamentos

que Furnas tenha de fazer à CEB Distribuição poderão ser objeto de compensação, até o limite do saldo devedor;

- 4) Em caso de inadimplência em qualquer outro compromisso assumido com Furnas, superior a 10 dias, durante a vigência deste Instrumento, implicará no vencimento das parcelas não quitadas, independentemente de prévia comunicação.
- 5) No caso de mora, sobre a parcela em atraso (que é corrigida monetariamente pela variação pro rata die do IPCA, relativo ao mês anterior ao do inadimplemento) até a data do pagamento incidirão os seguintes acréscimos:
  - 1.a) multa de 2%, e
  - 1.b) juros de mora de 1% ao Mês, calculados pro rata die.

c) Oriundos de energia elétrica repassada à Celg

A Eletrobrás renegotiou em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da Itaipu Binacional à Celg, sub-rogados por Furnas à Eletrobrás, no montante de R\$ 92.021 mil. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses contados a partir de janeiro de 2004 e é corrigido pela variação do Dólar Norte-Americano.

O saldo em 31 de dezembro de 2007 corresponde a R\$ 223.853 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 306.398 mil), sendo R\$ 175.636 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2006 - R\$ 257.899 mil).

De forma semelhante, a controlada Furnas renegotiou em dezembro de 2003 o montante de R\$ 378.938 mil, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e esta lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2007, correspondente a R\$ 324.738 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 350.147 mil), tendo sido parte do direito creditório, no montante de R\$ 258.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - Furnas II (Vide Nota 23).

d) Oriundos da comercialização no âmbito da CCEE

A controlada Furnas repactuou, em agosto de 2005, débitos da Cemig, no montante de R\$ 62.308 mil relativos à energia livre comercializada no âmbito do extinto MAE, no período do racionamento de energia elétrica, abrangendo os meses de setembro de 2000 a setembro de 2002. O crédito atualizado monta a R\$ 72.083 mil, e será realizado em 50 meses, atualizado pela Taxa Selic acrescido de juros de 1% a.a..

#### e) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada Furnas firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam a R\$ 527.027 mil em 31 de dezembro de 2007, (31 de dezembro de 2006 - R\$ 506.623 mil), sendo R\$ 438.455 mil registrado no ativo não circulante ( 31 de dezembro de 2006 - R\$ 432.617 mil ), sendo parte do direito creditório, no montante de R\$ 228.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - Furnas II (Vide Nota 23).

A controlada Eletrosul no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 626.846 mil, em 31 de dezembro de 2007 (31 de dezembro de 2006 - R\$ 588.125 mil), sendo R\$ 526.551 mil no ativo não circulante (31 de dezembro de 2006 - R\$ 507.004 mil), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos.

Esta hipótese é possível de ocorrer uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

#### f) Cessão de créditos – Tesouro Nacional

A Eletrobrás cedeu à União, em 1998, créditos em montante equivalente a US\$ 10,756,524 mil detidos contra a Itaipu Binacional, correspondendo a 65,47% do saldo total dos créditos que a Companhia detinha, naquela data, junto a controlada em conjunto, com a conseqüente liquidação de diversas dívidas em igual montante.

Como conseqüência, estabeleceu-se um fluxo de pagamentos efetuados diretamente pela Itaipu Binacional ao Tesouro Nacional, compatibilizado com os vencimentos das dívidas de médio e longo prazos – DMLP, assumidas pela União naquele mesmo ano. Em função desta adequação ao citado fluxo, as parcelas pagas pela Itaipu Binacional à União não observaram a efetiva proporção em relação ao saldo cedido, fazendo com que a União recebesse, até o exercício de 2007, parcelas mensais superiores à sua efetiva proporção na cessão de crédito, em função da liquidação substancial de parte da referida DMLP. A partir de 2008, essa relação se inverte, cabendo à União o recebimento de valores inferiores aos 65,47%, a favor da Eletrobrás. A partir de 2016 a relação torna-se equilibrada e proporcional à cessão de créditos.

Nesse sentido, a Eletrobrás registrou o diferencial entre os valores a receber apropriados por competência e o valor efetivamente recebido, como um ativo, registrado no não circulante, cujo montante atingiu a R\$ 2.965.275 mil, em 31 de dezembro de 2007 equivalentes a US\$ 1,674,068 mil .

Como decorrência da renegociação dos créditos da Eletrobrás junto à Itaipu Binacional, realizado sob a égide da Lei 11.480, de 30 de maio de 2007, tais direitos foram incorporados aos saldos devedores dos contratos de financiamento mantidos junto à Itaipu Binacional, respeitando-se o fluxo previsto de pagamento, passando os valores até então registrados na rubrica Créditos Renegociados para a rubrica Financiamento e Empréstimos do Ativo Circulante e Não Circulante.

O detalhamento da carteira de financiamentos e empréstimos concedidos pela Eletrobrás, apresentado no Anexo II, já contempla os efeitos da incorporação desses créditos.

### NOTA 13 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
NÃO CIRCULANTE				
CFT-E1	194.405	164.707	194.405	164.707
NTN-P	126.395	117.533	129.737	119.979
Rendimentos de Parcerias	313.145	298.206	313.145	298.206
Investimentos Temporários	202.228	175.308	202.228	175.308
Partes Beneficiárias	652.575	652.575	652.575	652.575
Outros	3.152	3.332	3.152	3.361
	<u>1.491.900</u>	<u>1.411.661</u>	<u>1.495.242</u>	<u>1.414.136</u>

- a) CFT- E1 – Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém uma provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 91.761 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 100.949 mil), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo. É intenção da Companhia resgatar os títulos no vencimento.
- b) NTN-P – Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos

possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial – TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012. É intenção da Companhia resgatar os títulos no vencimento.

- c) Outros – Refere-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados a projetos nas áreas do Finor/Finam, de atuação das controladas Chesf e Eletronorte, para os quais a Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 284.414 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 284.233 mil) e apresentada como redutora do respectivo ativo.
- d) Rendimentos de Parcerias – Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias (Vide Nota 19), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

R\$ mil		
CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	2007	2006
Eate	60.839	80.477
Tangará	48.181	40.829
Elejor	50.459	49.379
Itiquira	122.131	97.009
Outras	31.535	30.512
	313.145	298.206

- e) Investimentos Temporários – A Companhia detém ações ordinárias de concessionárias de energia elétrica originariamente de propriedade de diversos Estados da Federação, adquiridas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND.

Esses títulos, que estão inseridos no PND, têm como base de avaliação, para identificação e mensuração de perdas na sua realização, o valor do patrimônio líquido contábil dessas empresas, considerando a ausência de um valor de mercado efetivo.

O saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2007, substancialmente representado por adiantamentos para futuro aumento de capital, está líquido da parcela de R\$ 3.109.103 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 3.066.709 mil) correspondente ao valor acumulado das provisões para perdas constituídas, fundamentalmente, em exercícios anteriores, conforme demonstrado a seguir:



		R\$ mil	
		<b>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</b>	
		<b>2007</b>	<b>2006</b>
Ceal	Valor do Investimento	604.169	581.044
	(-) Provisão para perdas	(482.494)	(499.615)
		121.675	81.429
Cepisa	Valor do Investimento	857.680	837.629
	(-) Provisão para perdas	(857.680)	(837.629)
		-	-
Ceron	Valor do Investimento	986.818	985.024
	(-) Provisão para perdas	(986.818)	(955.059)
		-	29.965
Eletroacre	Valor do Investimento	165.514	161.403
	(-) Provisão para perdas	(84.961)	(97.490)
		80.553	63.913
Ceam	Valor do Investimento	697.150	676.916
	(-) Provisão para perdas	(697.150)	(676.916)
		-	-
TOTAL	Valor do Investimento	3.311.331	3.242.016
	(-) Provisão para perdas	(3.109.103)	(3.066.709)
		202.228	175.307

As empresas Ceam, Cepisa e Ceron apresentam patrimônio líquido negativo nos montantes de R\$ 657.508 mil, R\$ 177.819 mil e R\$ 40.450 mil, respectivamente, para as quais a Eletrobrás mantém provisão para cobertura desses passivos a descoberto no valor de R\$ 875.777 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 342.996 mil), face os compromissos de saneamento econômico-financeiro assumidos no âmbito do PND.

- f) Partes Beneficiárias – Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Eletrobrás na Investco S.A.. Estes títulos têm rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos e serão resgatados em outubro de 2032, mediante sua conversão

em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Rede Lajeado	266.798	266.798
EDP Lajeado	184.577	184.577
CEB Lajeado	151.225	151.225
	<u>652.575</u>	<u>652.575</u>

#### NOTA 14 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS				
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda retido na fonte	1.386.390	585.969	1.442.669	765.807
Antecipações de IRPJ e CSLL	383.218	615.852	396.286	695.676
Prejuízo fiscal-base negativa de CSLL	-	-	19.423	-
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	407.585	-
Pasep/Cofins compensáveis	3.607	11.600	45.672	257.652
ICMS a recuperar	-	-	63.544	9.121
Outros	-	-	67.893	114.081
	<u>1.773.215</u>	<u>1.213.421</u>	<u>2.443.072</u>	<u>1.842.337</u>

Do montante de créditos tributários apresentados acima, serão compensados, quando da apresentação da Declaração das Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ/2008, relativa ao ano-calendário de 2007, os montantes de R\$ 763.721 mil, correspondente às obrigações de IRPJ e R\$ 280.669 relativo à CSLL (Vide Nota 26).

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS				
NÃO CIRCULANTE				
ICMS a recuperar	-	-	939.193	961.679
Ativos fiscais diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	50.895	87.495
Provisão de JCP	239.185	156.246	239.185	156.246
Diferenças temporárias	-	-	83.549	-
Provisão para contingências	457.407	457.407	469.115	457.407
PCLD	67.155	45.744	69.527	45.744
Provisão para redução ao valor				
de mercado	127.899	130.962	130.049	130.962
Outros	460.216	-	533.930	119.924
	<u>1.351.862</u>	<u>790.359</u>	<u>1.576.250</u>	<u>997.778</u>
	<u>1.351.862</u>	<u>790.359</u>	<u>2.515.443</u>	<u>1.959.457</u>

Os Ativos Fiscais Diferidos correspondem as chamadas diferenças temporárias na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sendo seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem.

Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentada na capacidade de realização do ativo fiscal diferido registrado, identificada com análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, a expectativa é de que serão realizados ao longo dos próximos cinco a oito exercícios, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

Inconstitucionalidade do PIS/Pasep e Cofins - O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de

cálculo do PIS/Pasep e da Cofins e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, as empresas do Sistema Eletrobrás buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações contábeis, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobrás possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/Pasep e de Cofins, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Contábeis, vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

## NOTA 15 – ATIVO REGULATÓRIO

### I - Decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico

O setor elétrico brasileiro foi submetido ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, gerido pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica criada pelo Governo Federal para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar ações para o aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento de energia elétrica que vigorou de 1º de junho de 2001 à 28 de fevereiro de 2002.

A Lei 10.438/2002, concretizou os instrumentos legais de implementação do Acordo Geral do Setor Elétrico decorrente do programa de racionamento e autorizou a Aneel a proceder a Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, que tem por propósito recuperar os impactos financeiros a que ficaram submetidas as empresas integrantes do Sistema Elétrico Interligado Nacional submetidas ao citado Programa.

Neste cenário, as empresas Geradoras de energia elétrica reconheceram créditos relativos à energia livre, perda de receita e parcela A, realizáveis nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, via arrecadação da RTE feita junto aos consumidores finais, com prazo limite estipulado pela Aneel, prazo esse variável para cada distribuidora.

Em atendimento ao Ofício Circular Aneel 2.409, de 14 de dezembro de 2007, a Companhia reconheceu perdas decorrente de energia livre não faturada pelas distribuidoras no prazo estabelecido pela legislação, no montante de R\$ 599.822 mil, apresentado na rubrica “Perdas na recuperação de ativos”, do grupo despesas operacionais, o qual encontrava-se totalmente provisionado até o quarto trimestre de 2007.

Como consequência, foram baixadas, também, obrigações correspondentes de mesma natureza, no montante de R\$ 300.136 mil, apresentado na rubrica “Ganhos na desoneração de passivos” do grupo de receitas operacionais, de igual forma integralmente provisionado, sendo o efeito líquido da perda com energia livre, portanto, de R\$ 299.686 mil.

As provisões existentes em valores equivalentes foram revertidas, não produzindo dessa forma efeito no resultado de 2007.

Os valores residuais líquidos registrados como ativos regulatórios decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico apresentam-se na conta de Consumidores e Revendedores (Vide Anexo I) conforme apresentado abaixo:

	R\$ mil CONSOLIDADO
RTE - Parcela A, Energia Livre e Ressarcimento Gerador	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.113.667
(-) Perdas	(299.686)
(-) Realizado	(287.279)
Saldo a realizar, em 31 de dezembro de 2007	526.702
PCLD	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(351.988)
(+) Reversão	299.686
(-) Constituição	(257.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(309.732)
	216.970

Nos termos do citado Ofício Circular Aneel 2.409/2007, o saldo a realizar correspondente a energia livre, líquido das perdas já reconhecidas, é de R\$ 526.702 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 1.413.803 mil) e terá o mesmo tratamento caso não se realize nos prazos estabelecidos, cujos vencimentos se darão, em sua maioria, até o exercício de 2009.

Nos termos do mesmo Ofício circular Aneel, e amparado por estudos elaborados pela sua administração, a Companhia registrou PCLD no montante de R\$ 257.430 mil no quarto trimestre de 2007. Dessa forma, o montante de PCLD atinge R\$ 309.732 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 351.988 mil), julgado suficiente para cobertura de eventuais perdas que venham a ocorrer até o final do prazo de realização.

A controlada Furnas cedeu ao Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC) – Furnas I o valor de R\$ 126.000 mil (Vide Nota 23), relativo a RTE.

## II – Decorrente da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Em 30 de maio de 2007, foi aprovada a Lei 11.480 que autorizou a Eletrobrás a negociar a retirada do índice do fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007.

O artigo 1º da citada Lei estabelece que fica assegurado a Eletrobrás a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos decorrente da retirada do fator de ajuste dos contratos de financiamento.

Foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um Ativo Regulatório referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

O artigo 6º da citada Lei autoriza a Eletrobrás a incluir na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste cujos valores serão definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Dessa forma, na tarifa de repasse a vigorar em 2008, encontra-se incluído o montante de R\$ 65.196 mil, equivalente a US\$ 36,807 mil, homologado pela portaria MME/MF 318/2007.

Neste sentido, no exercício de 2007 foi apurado e reconhecido um Ativo Regulatório representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, no montante de R\$ 590.025 mil, equivalente a US\$ 333,103 mil, fixado pela portaria interministerial MME/MF 318/2007, de 17 de dezembro de 2007, dos quais R\$ 302.279 mil, equivalente a US\$ 170,654 mil, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

Dessa forma, a perda de receita financeira da Eletrobrás, gerada pela retirada do índice do fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, foi compensada pela sua inclusão na tarifa de repasse da potência, não gerando ao final perdas para a Companhia.

A metodologia de apuração do Ativo Regulatório foi regulamentada por Portaria Interministerial MME/MF 313/2007, de 11 de dezembro de 2007

**NOTA 16 – ESTUDOS E PROJETOS**

Referem-se, principalmente, aos custos incorridos pela companhia, com estudos de viabilidade de aproveitamentos de bacias hidrográficas e de linhas de transmissão, destinados à construção de novas usinas hidrelétricas e sistemas de transmissão.

Cabe destaque aos estudos próprios de viabilidade de aproveitamento da bacia do Rio Uruguai, desenvolvidos ao amparo de Tratado Internacional firmado entre os governos da Argentina e do Brasil, para a implantação da Usina de Garabi, cujos custos incorridos até 31 de dezembro de 2007, montam a R\$ 30.921 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 30.921 mil), recuperáveis na avaliação da administração da Companhia.

É composto, também, pelos custos incorridos com diversos outros estudos e projetos voltados para o aproveitamento de potenciais hidráulicos, com destaque para os rios Madeira e Xingu. Tais ativos, de acordo com o artigo 45, da Lei 8.987/95, serão indenizados pelo Poder Concedente, com recursos obtidos pela licitação de concessões de exploração desses potenciais.

O montante dos gastos incorridos, incluídos os valores referentes às concessões a licitar, já ajustado para refletir seu valor provável de realização, é demonstrado como segue:

EMPREENDIMENTOS	R\$ mil	
	2007	2006
Inventário bacia rioUruguai	30.921	30.921
Inventário bacia rio Madeira	26.500	26.500
Inventário bacia Baixo Araguaia – Tocantins	7.000	7.000
Inventário bacia rio Xingu	40.000	40.000
Inventário bacia rio Tapajós	7.000	7.000
Inventário complexo Trombetas – Erepecuru	7.500	7.500
Inventário bacia Médio Tocantins	20.078	20.078
UHE Barra do Peixe	9.374	9.374
UHE Belo Monte	52.256	52.256
UHE Cachoeira Porteira	17.521	17.521
UHE Serra Quebrada	27.163	27.163
UHE Ji-Paraná	10.667	10.667
Outros estudos	36.599	36.350
<b>TOTAL DA CONTROLADORA</b>	<b>292.579</b>	<b>292.330</b>
Estudo de viabilidade da Foz do rio Bezerra	14.086	14.086
Outros estudos	5.457	1.595
<b>TOTAL DO CONSOLIDADO</b>	<b>312.122</b>	<b>308.011</b>

**NOTA 17 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR**

O combustível nuclear utilizado nas usinas termonucleares Angra 1 e Angra 2 são constituídos de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível e periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

Abaixo, está apresentada a composição, em 31 de dezembro de 2007, do estoque de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
<b>CIRCULANTE</b>		
Almoarifado	42.990	47.018
Estoque de Combustível Nuclear	243.325	217.684
	286.315	264.702
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Estoque de Combustível Nuclear		
Concentrado de urânio	71.301	77.442
Elementos prontos	194.633	101.808
Material de almoarifado	242.615	226.992
Serviço em curso - combustível nuclear	148.639	187.927
	657.188	594.169
	943.503	858.871



**NOTA 18 – ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁR**

A Eletrobrás apresenta no ativo não circulante, valores correspondentes à adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Controladas:				
Furnas	31.154	31.154	-	-
Chesf	294.397	294.397	-	-
Eletrosul	94.576	114.599	-	-
Lightpar	62.285	62.285	-	-
Eletronorte	1.337.552	117.030	-	-
Eletronuclear	264	236	-	-
	<u>1.820.228</u>	<u>619.701</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	4.027	80.384	4.027	80.383
	<u>1.824.255</u>	<u>700.085</u>	<u>4.027</u>	<u>80.383</u>

Como decorrência da reestruturação da dívida da Eletronorte (Vide Nota 10), parte de suas dívidas, no montante de R\$ 1.213.233 mil, foi convertida em adiantamento para futuro aumento de capital, já considerado no saldo acima.

## NOTA 19 – INVESTIMENTOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Equivalência Patrimonial				
a) Controladas (Anexo III)	39.344.716	38.672.726	-	-
b) Coligadas Relevantes				
CEEE-D (a) (b)	18.951	3.156	18.951	3.156
CEEE-GT (a) (b)	105.234	74.348	105.234	74.348
EMAE (a) (b)	252.219	294.127	252.219	294.127
Cemat	455.384	363.157	455.384	363.157
CTEEP (a)	1.393.534	1.321.554	1.393.534	1.321.554
Cemar (a)	169.790	154.261	169.790	154.261
Celpa	379.584	438.695	379.584	438.695
Rede Lajeado	218.445	212.599	218.445	212.599
CEB Lajeado	61.233	60.513	61.233	60.513
EDP Lajeado (a)	102.957	101.738	102.957	101.738
Paulista Lajeado(a)	23.380	23.380	23.380	23.380
	<u>3.180.711</u>	<u>3.047.528</u>	<u>3.180.711</u>	<u>3.047.528</u>
Custo de aquisição				
Cesp	269.680	269.680	269.680	269.680
Celesc	28.242	28.242	28.242	28.242
AES Tietê	23.047	23.047	23.047	23.047
Coelce	15.329	15.329	15.329	15.329
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801
Saelpa	11.272	11.272	11.272	11.272
Outros investimentos	177.340	225.368	1.643.816	1.158.846
	<u>536.711</u>	<u>584.739</u>	<u>2.003.187</u>	<u>1.518.217</u>
	<u>43.062.138</u>	<u>42.304.993</u>	<u>5.183.898</u>	<u>4.565.745</u>

- a) Demonstrações Contábeis examinadas por outros auditores independentes.
- b) Parecer dos auditores independentes relativos às Demonstrações Contábeis não disponíveis até a data de encerramento das presentes Demonstrações Contábeis.

A avaliação dos investimentos em controladas e coligadas relevantes tomou por base o patrimônio líquido das investidas, em 31 de dezembro de 2007, exceto CEEE-D e CEEE-GT, para as quais foram utilizados os patrimônios líquidos de novembro de 2007.

Conforme divulgado em nota de evento subsequente às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2006, o Conselho Nacional de Desestatização aprovou a reestruturação societária das empresas Ceam e Manaus Energia, mediante a incorporação da Ceam pela Manaus Energia, sendo a Eletrobrás responsável pela execução do processo. Até o encerramento dessas Demonstrações Contábeis ainda não havia sido concluído o processo de incorporação.

A eletrobrás têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (Vide Nota 32), nas quais foram oferecidos em garantia para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 5,30% do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

Investimentos	R\$ mil		R\$ mil
	Valor do investimento	Percentual de bloqueio	
CTEEP	1.393.534	82,61%	1.151.198
EMAE	252.219	100,00%	252.219
CESP	269.680	95,82%	258.407
AES TIETE	23.047	94,43%	21.763
COELCE	15.329	100,00%	15.329
DUKE	3.344	62,48%	2.089
CEMAT	455.384	97,30%	443.089
CEB	3.528	100,00%	3.528
CELPA	379.584	5,31%	20.156
CELPE	4.689	70,32%	3.297
CELESC	28.242	15,24%	4.304
CEEE-D	18.951	87,39%	16.561
CEEE-GT	105.234	87,39%	91.964
	2.952.765		2.283.904
<b>Outros Investimentos</b>	40.109.373	-	-
	43.062.138	5,30%	2.283.904

Ao longo dos últimos anos a Eletrobrás firmou investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista minoritário, detendo ações

preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo Não Circulante - Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, em consonância com a intenção do governo federal em atrair novos capitais na forma estabelecida pela Lei 10.438/2002, as empresas controladas pela Eletrobrás participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em empresas de concessão de serviços de energia elétrica, incluídos na rubrica Outros, dos investimentos avaliados pelo Custo de Aquisição.

	R\$ mil			
	CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
Itiquira	41.339	41.339	41.339	41.339
EPTE	5.066	8.781	5.066	8.781
Eate	28.016	48.782	28.016	48.782
Tangara	21.738	24.822	21.738	24.822
Elejor	44.606	65.068	44.606	65.068
Enerpeixe	-	-	350.763	350.763
STN	-	-	97.020	97.020
Transleste	-	-	11.896	11.896
Transirapé	-	-	5.474	5.474
Artemis	-	-	64.976	64.976
SC Energia	-	-	69.005	51.352
Transudeste	-	-	7.500	7.500
Centroeste DE Minas	-	-	6.440	6.440
Chapecoense	-	-	230.000	-
RS Energia	-	-	73.492	18.060
Uirapuru	-	-	19.600	19.600
Etau	-	-	11.713	13.198
Intesa	-	-	73.500	63.700
Amazônia - Eate	-	-	21.300	21.300
Energética Águas da Pedra	-	-	74.240	-
Serra do Facão	-	-	95.743	-
Outros	-	-	48.897	5.218
	144.065	192.092	1.405.624	928.589

a) Enerpeixe – Refere-se à participação de Furnas em 40% do capital social da Enerpeixe S.A., que tem como objetivo a construção e operação da UHE Peixe Angical, localizada no rio Tocantins, cuja capacidade de geração é de 452 MW, tendo o início de operação ocorrido em maio de 2006.

b) STN - formada pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, para exploração da concessão de linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina (PI) - Sobral e Fortaleza (CE), com proposta de receita anual de R\$ 77.900 mil. O capital da Empresa Sistema de Transmissão Nordeste S.A. é distribuído na seguinte proporção: Alusa 51% e à Chesf 49%. O empreendimento foi concluído em dezembro de 2005 e a operação comercial iniciada em janeiro de 2006. Ainda no âmbito desta parceria, a Chesf mantém com a STN contratos para a operação e manutenção da linha de transmissão, tendo auferido, no exercício, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.775 mil.

c) Transleste – Sociedade criada em 2003, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Montes Claros (MG) – Irapé (MG), na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão. A participação da controlada Furnas na sociedade corresponde a 24% do capital social.

d) Transirapé - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de construção, operação e manutenção das instalações da linha de transmissão de energia elétrica Irapé (MG) – Araçuai (MG), na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 24,5% do capital social.

e) Artemis Transmissora de Energia S.A. – sociedade cujo objetivo é a exploração de linhas de transmissão em 525 kV, ligando Salto Santiago – Ivaiporã e Ivaiporã – Cascavel D'Oeste, onde a controlada Eletrosul participa com 46,5% das ações do capital social, com início de suas operações em outubro de 2005.

f) SC Energia – Empresa Transmissora de Energia Elétrica de Santa Catarina S.A., sociedade cujo objetivo é a exploração de 375 Km de linha de transmissão em 525 kV, ligando Campos Novos (SC) a Blumenau (SC), com participação da Eletrosul em 49% das ações do capital social, tendo iniciado suas operações em setembro de 2006 ( Vide Nota 51 ).

g) Transudeste – sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Itutinga (MG) – Juiz de Fora (MG), na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 25% do capital social.

h) Centroeste de Minas - sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, linha de transmissão ligando Furnas (MG) – Pimenta (MG), na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 49% do capital social.

i) Chapecoense Geração S.A. - tem por objetivo construir e explorar a UHE Foz do Chapecó, localizada no rio Uruguai. A participação acionária de Furnas é de 49,9% do Capital Social da empresa que irá gerir a Usina, com potência de 885 MW, que será operada pelo consórcio com-

posto pela CPFL, com 51% de participação, Chapecoense, com 40%, e CEEE com 9%, cabendo à Furnas o desempenho das atividades de engenharia do proprietário. As obras foram iniciadas em janeiro de 2007, com a entrada em operação da primeira máquina prevista para 2010.

j) RS Energia - Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul – A eletrosul possui 49% das ações representativas do capital social da RS Energia, ficando as empresas Schahin Engenharia Ltda. com 41% e Engevix Engenharia S.A. com 10%. A Empresa foi constituída em 2005, para a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS), com concessão por 30 anos. O empreendimento com 273 km de linha de transmissão, 570 torres e investimento estimados da ordem de R\$ 183.000 mil, tem seu término de construção previsto para 2008 ( Vide Nota 51 ).

l) Uirapuru Transmissora de Energia S.A. - A Eletrosul possui 49,0% das ações representativas do capital social da Uirapuru, ficando a empresa Cymi Holding S.A. com 51,0%. A Uirapuru foi constituída em 2004, para a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR), com concessão por 30 anos. O empreendimento com 120 km de linha de transmissão, 265 torres e investimentos que atingiram o valor na ordem de R\$ 107.000 mil, foi concluído em 2006.

m) Etau – Empresa Transmissora do Alto Uruguai S.A. - A eletrosul possui 27,4% das ações do capital social da Etau, ficando as empresas Alcoa Alumínio S.A. com 42,0%, Camargo Correa Cimentos S.A. com 10,6%, DME Energética Ltda com 10,0% e Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE com 10,0%. A Etau foi constituída para a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 230 kV, Campos Novos (SC) – Barra Grande (SC) – Lagoa Vermelha (RS) – Santa Marta (RS), com concessão por 30 anos. O empreendimento com 187 km de linha de transmissão, 411 torres e investimentos que atingiram o valor total de R\$ 116.000 mil, foi concluído em 2005.

n) Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A. – Empresa constituída para a construção, implantação, operação e manutenção de linha de Transmissão de Energia Elétrica em 500kV, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º circuito, com prazo de concessão de 30 anos. O capital da Intesa distribui-se em: Chesf com 12%, Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP, com 48%, Eletronorte, com 37% e Engevix Engenharia S.A., com 3%. O início da operação comercial da Intesa esta previsto para 2008.

o) Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. – sociedade constituída para a construção, operação e manutenção de 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó (MT) – Cuiabá (MT), com extensão de 25 km e Cuiabá (MT) – Rondonópolis (MT) com extensão de 168 km, tendo entrado em operação comercial em setembro de 2005. A Eletronorte participa com 49% do capital social da Aete.

p) Energética Águas da Pedra S.A. – Investimentos no valor total de 31.800 mil, na qual a Chesf possui a participação 24,5%, juntamente com a Eletronorte 24,5% e a Neoenergia S.A.

51,0%. A referida empresa tem origem no Consórcio Aripuanã, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada, para implantação da UHE Dardanelos, com investimento previsto de R\$ 760.800 mil. A Usina será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW, e energia assegurada total de 154,9 MW médios. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 à 2041, no período de concessão de 30 anos.

q) Serra do Facão – Consórcio de Empresas Associadas Serra do Facão (GEFAC), foi constituído com a finalidade de construção e operação da UHE Serra do Facão, com potência instalada de 210 MW, localizada no rio São Marcos, nos municípios de Catalão e Divinópolis, ambos no estado de Minas Gerais. A participação acionária de Furnas no referido consórcio é de 49%. As obras foram iniciadas em março de 2007, estando a entrada em operação comercial da primeira máquina, prevista para maio de 2010.

r) UHE Santo Antonio – Em 10 de dezembro de 2007, o Consórcio Mesa S.A., constituído por Furnas (39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig 10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%), conquistou, em leilão realizado pela Aneel, a concessão para construir e operar o projeto de construção da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia.

s) Eletronet - Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte ingressaram no negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte de suas infra-estruturas de transmissão, com intermediação da controlada Lightpar, em empreendimento juntamente com a iniciativa privada, onde participa, de forma minoritária, no capital social da Eletronet, constituída para a exploração do negócio de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A Lightpar, a partir de 20 de setembro de 2002, conforme deliberado em AGE, assumiu a administração temporária da Eletronet, em razão de previsão do acordo de acionistas como decorrência do inadimplemento do acionista majoritário AES Bandeirante Empreendimentos Ltda. em aportar a correção monetária da quarta parcela do capital social.

O Conselho de Administração da Eletronet, em reunião extraordinária iniciada no dia 18 de março de 2003 e concluída no dia 27 de março de 2003, decidiu pela confissão da falência da empresa, em razão de terem sido esgotadas todas as possibilidades de se obter uma solução definitiva. Nesta mesma reunião foi convocada a AGE para deliberar sobre a matéria.

Na Assembléia Geral Extraordinária da Eletronet, iniciada em 24 de abril de 2003 e encerrada em 25 de abril de 2003, foi aprovada a confissão de falência da Companhia, com pedido liminar de continuação do negócio, e autorizados os administradores a tomarem as medidas judiciais cabíveis.

Assim, em 16 de maio de 2003, a Eletronet, representada por seus sócios Diretores, requereu ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro a declaração de sua falência com pedido liminar de continuação de negócio, tendo a 5ª Vara Empresarial decretado a falência na forma requerida. Nesta condição, a Eletronet continuou com suas operações sob a administração do Poder Judiciário, havendo, ainda, pendências de julgamento de recursos de credores junto ao STJ.

Em 06 de junho de 2007, a Lightpar, juntamente com a Massa Falida Eletronet, foi notificada extrajudicialmente pelas empresas cedentes, da rescisão unilateral do contrato de cessão de direito de acesso e uso de cabos e infra-estrutura firmado com a Lightpar, em junho de 1999, e respectivos Termos Aditivos, que permitiam à esta transferir à Eletronet o direito de acesso e uso de cabos e infra-estrutura, bem como de reembolsar à Lightpar 50% dos custos incorridos na administração dessa estrutura. Ressalta-se, entretanto, que esta rescisão não compromete o recebimento dos créditos correspondentes aos reembolsos devidos e cobrados até 31 de dezembro de 2006.

Por meio deste ato, as Empresas Cedentes, baseadas em previsões contratuais, pleiteiam, dentre outras:

- a) a imissão na posse dos bens que compõem a infra-estrutura implantada para prestação de serviços de telecomunicações;
- b) o exercício do direito a reivindicar os cabos ópticos, e
- c) a determinação, para fins de manutenção de serviço essencial ao sistema integrado nacional de transmissão de energia elétrica, bem como a não-interrupção nos serviços prestados pelos empregados da Eletronet.

Na mesma data, as Cedentes protocolaram perante a 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, petição requerendo decisão em caráter liminar sobre o assunto, a qual foi concedida, em 14 de janeiro de 2008, estando pendente apenas para a sua efetivação, a disponibilização na conta-corrente da Massa Falida da Eletronet, da quantia de R\$ 380.000 mil, apurada pericialmente.

Em face desta decisão, ingressaram com recurso de agravo de instrumento as Cedentes, a LT Bandeirantes Empreendimentos Ltda. (sócia da Lightpar na Eletronet) e a Massa Falida da Eletronet S.A. Em nenhum dos casos foi deferida a antecipação de tutela ou mesmo o efeito suspensivo.

## **NOTA 20 – IMOBILIZADO**

O valor do imobilizado, cujo detalhamento está demonstrado no Anexo IV e IV.a, é retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, que representam os valores recebidos da União, dos Estados, dos Municípios e de consumidores, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, sendo seu vencimento vinculada ao final da respectiva concessão e são constituídos dos seguintes elementos:



	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>R\$ mil</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Participação da União	406.688	400.569
Amortização	81.998	102.267
Contribuições de consumidores	27.826	30.496
Doações e subvenções - investimentos	71.147	23.096
Outras	36.452	102.620
	624.111	659.048

- a) Participação da União - refere-se a recursos recebidos do governo federal para aplicação em obras prioritárias de geração e transmissão de energia elétrica.
- b) Amortizações - provenientes das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.
- c) Contribuições de consumidores - referem-se a recursos recebidos para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.
- d) Doações e subvenções – doações puras e simples, não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica.

De acordo com o Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

**NOTA 21 – INTANGÍVEL**

DESCRIÇÃO	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
GERAÇÃO	-	-	54.856	30.561
em serviço	-	-	17.871	5.519
(-) Reintegração	-	-	(4.224)	(186)
em curso	-	-	41.209	25.228
TRANSMISSÃO	-	-	283.110	265.728
em serviço	-	-	241.758	225.758
(-) Reintegração	-	-	(2.436)	(1.959)
em curso	-	-	43.788	41.929
ADMINISTRAÇÃO	55.558	57.410	125.639	98.126
em serviço	61.114	61.114	163.113	84.293
(-) Reintegração	(5.556)	(3.704)	(53.595)	(18.671)
em curso	-	-	16.121	32.504
OUTROS	-	-	6.205	18.123
	55.558	57.410	469.810	412.538

**NOTA 22 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema Eletrobrás está apresentado no Anexo V (Vide Nota 46).

**I - Captação de recursos no mercado internacional**

- a) Captação em curso - O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 31 de julho de 2007, deliberou pela captação de recursos no mercado internacional, no montante de até US\$ 600,000 mil, para fazer face a investimentos previstos em 2008.

O programa de captação será viabilizado mediante a realização operação financeira a ser realizada de forma consistente com as condições do mercado e de menor custo para a Eletrobrás.

Esta captação, prevista no programa de investimentos da Eletrobrás, têm como objetivo financiar os investimentos os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

- b) Captação concluída – Até a data de encerramento destas Demonstrações Contábeis os recursos contratados em 2007 pela Eletrobrás com as instituições financeiras *China Development Bank* e *BNP Paribás*, no valor de US\$ 430,000 mil não haviam sido desembolsados. Este financiamento destina-se à construção UTE Candiota II, Fase C, cuja execução da obra está a cargo da controlada CGTEE e possuem as seguintes condições:
- celebrado ao amparo do Acordo Bilateral Brasil-China-Resolução do Senado Federal 34;
  - amortização em 16 anos, em parcelas semestrais;
  - 4 anos de carência, e
  - juros anuais com base na *Libor*

## II - Captação de recursos no mercado nacional

Outros financiamentos estão em fase de contratação:

- a) junto ao BNDES, nos montantes de R\$ 1.034.410 mil e R\$ 183.330 mil, e destinam-se ao financiamento de projetos nas controladas Furnas e Eletrosul, respectivamente, nas seguintes condições (previstas):
- amortização em 16 anos, em parcelas semestrais;
  - 2 anos de carência;
  - juros mensais com base na TJLP + 1,91% a.a.
- b) junto ao Banco da Amazônia - Basa, no montante de R\$ 193.330 mil, e destinam-se ao financiamento de projetos na controlada Furnas, nas seguintes condições (previstas):
- amortização em 16 anos, em parcelas semestrais;
  - 2 anos de carência, e
  - juros mensais com base na TJLP + 1,91% a.a

**NOTA 23 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

A controlada Furnas possui operações de cessão de créditos de sua titularidade, realizadas no exercício de 2005, com a finalidade de obter recursos para fazer face ao seu programa de investimentos. As principais condições da cessão são as seguintes:

## a) FIDC Furnas I

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, sendo o seu administrador.
2. A cessão de créditos ao Fundo Furnas I foi formalizada por Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em setembro de 2004.
3. A taxa de desconto é de 1,38% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa Selic anual, do Bacen, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada manteve-se como mandatária da cobrança.
6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de Furnas pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.
7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
RTE	01/2007 a 01/2008	126.000
Financiamento - Cemat	10/2004 a 03/2009	164.000
Energia - Proman	10/2004 a 12/2006	52.000
Total cedido		342.000

## b) FIDC Furnas II

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, em conjunto com os bancos Bradesco, BB Banco de Investimento, Itaú BBA e Votorantim, sendo o administrador a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA..
2. A cessão de créditos ao Fundo Furnas II foi formalizada pelo Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em maio de 2005.
3. A taxa de desconto é de 1,80% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa Selic anual, do Bacen, aprada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada Furnas manteve-se como mandatária da cobrança.

6. 6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de Furnas pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.

7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
Créditos – Lei 8.727/93	06/2005 a 05/2010	228.000
Refinanciamento energia CEB	06/2005 a 05/2010	162.000
Refinanciamento energia CELG	06/2005 a 05/2010	258.000
Contratos diversos (*)	06/2005 a 02/2008	255.050
<b>Total cedido</b>		<b>903.050</b>

(\*) Refere-se a Eletronorte e Eletronuclear e nos montantes de R\$ 89.100 mil e R\$ 165.950 mil respectivamente.

As demonstrações consolidadas, nos termos da Instrução CVM 408/2004, dadas as características dos fundos, consideram o saldo de recebíveis como parte integrante do ativo, mantidos nas rubricas de origem, e o montante dos patrimônios dos FIDC's refletido como financiamentos e empréstimos a pagar de curto e longo prazos cujo o saldo total em 31 de dezembro é de R\$ 583.715 mil (em 31 de dezembro de 2006 R\$ 1.020.605 mil). Vide Anexo V.

## NOTA 24 – FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de Itaipu Binacional (Ver Nota 9) e tem a seguinte composição:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
<b>CIRCULANTE</b>				
Bens, Materiais e Serviços	51.805	83.754	1.068.073	989.076
Uso da Rede Elétrica	-	-	91.771	86.105
Energia Comprada para Revenda	1.188.771	1.062.641	1.014.607	850.457
CCEE – Energia de curto prazo	28.789	13.526	117.478	51.265
	<b>1.269.365</b>	<b>1.159.921</b>	<b>2.291.929</b>	<b>1.976.903</b>

**NOTA 25 – TAXAS REGULAMENTARES**

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
PASSIVO CIRCULANTE	2007	2006
Reserva Global de Reversão – RGR	71.166	70.943
CCC/CDE	29.384	54.223
Compensação financeira - recursos hídricos	382.438	431.500
Taxa de fiscalização Aneel	4.217	2.945
Proinfa	27.692	31.679
	<u>514.897</u>	<u>591.290</u>

**NOTA 26 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de Renda				
Passivo circulante	763.721	627.745	1.014.943	742.411
Passivo não circulante	-	497.827	381.949	679.539
Contribuição Social				
Passivo circulante	280.669	258.316	318.900	282.496
Passivo não circulante	-	150.017	138.756	216.688
Pasep e Cofins				
Passivo circulante	28.234	27.357	136.368	102.933
Passivo não circulante	-	-	-	15.958
ICMS				
Passivo circulante	-	-	38.167	26.900
Passivo não circulante	-	-	40.982	64.590
Paes				
Passivo circulante	-	-	109.761	113.220
Passivo não circulante	-	-	1.016.133	1.163.523
OUTROS				
Passivo circulante	19.936	5.065	205.699	180.695
Passivo não circulante	-	-	47.710	10.450
TOTAL	<u>1.092.560</u>	<u>1.566.327</u>	<u>3.449.368</u>	<u>3.599.403</u>
Passivo circulante	<u>1.092.560</u>	<u>918.483</u>	<u>1.823.838</u>	<u>1.448.655</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>647.844</u>	<u>1.625.530</u>	<u>2.150.748</u>

As obrigações referentes à IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2007, no montante de R\$ 1.044.390 mil serão compensadas com créditos tributários existentes, no valor total correspondente (Vide Nota 14).

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSLL registrados como despesa nos exercícios de 2007 e 2006 e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			
	2007		2006	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.401.020	1.401.020	1.470.606	1.470.606
Total do IRPJ e CSLL calculado as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	350.255	126.092	367.652	132.355
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(200.971)	(72.349)	(49.162)	(17.698)
Equivalência patrimonial	(211.343)	(76.083)	(41.203)	(14.833)
JCP	(175.872)	(63.314)	(114.887)	(41.359)
Perdas em Investimentos	143.794	51.766	133.164	47.939
Demais adições ( exclusões )	(52.839)	16.027	(84.960)	(24.719)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>(146.976)</u>	<u>(17.861)</u>	<u>210.603</u>	<u>81.685</u>

b) Parcelamento Especial – PAES

A controlada, Furnas optou em julho de 2004, pelo refinanciamento de R\$ 968.789 mil relativos a Pasep, Cofins, ITR, IRPJ e CSLL. O valor a ser recolhido à SRF representa 1,5% do faturamento mensal, com prazo de financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2007, esta assim discriminada:

	<b>R\$ mil</b>
Débito total consolidado em 2003, incluído no PAES	968.789
Atualização monetária - até 31.12.2005	248.654
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	(207.585)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	1.009.858
Atualização monetária - em 2006	79.356
Pagamentos efetuados - em 2006	(88.438)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	1.000.776
Atualização monetária - em 2007	60.848
Pagamentos efetuados - em 2007	(197.625)
Saldo do Paes em 31 de dezembro de 2007	863.999

O valor presente desses débitos, a serem liquidados com base na taxa mensal equivalente a 1,5% da receita bruta, limitada às parcelas restantes, é de R\$ 756.975 mil, sendo as seguintes premissas utilizadas para sua determinação:

1. a receita foi projetada com base no montante faturado até dezembro de 2007, atualizado pela taxa média anual de inflação, estimada em 4,5%.
2. o valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos atualizados pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, de 6,0% a.a. e descontados à taxa de 11% a.a., taxas estas compatíveis com o cenário econômico descrito.

Da mesma forma, com o objetivo de regularizar débitos junto à Receita Federal e INSS, em 2003 à controlada Eletronorte optou pelo refinanciamento. O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2007, está assim discriminada:

	<b>R\$ mil</b>
Débito total consolidado em 2003, incluído no Paes	94.486
Atualização monetária - até 31.12.2005	5.992
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	(8.859)
Saldo do Paes em 31 de dezembro de 2005	91.619
Atualização monetária - em 2006	5.059
Pagamentos efetuados - em 2006	(62.251)
Saldo do Paes em 31 de dezembro de 2006	34.427
Atualização monetária - em 2007	1.571
Pagamentos efetuados - em 2007	(4.191)
Saldo do Paes em 31 de dezembro de 2007	31.807



Também de forma análoga, a controlada Eletrosul em agosto de 2003, em virtude de decisão desfavorável em ação judicial decorrente do Pasep e Cofins sobre a receita da venda de energia de Itaipu Binacional, emanada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região, optou pelo pagamento desta exigibilidade, por meio de parcelamento, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 230.088 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 241.539 mil).

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2007 está assim discriminada:

	R\$ mil
Débito total consolidado em 2003, incluído no PAES	241.809
Atualização monetária - até 31.12.2005	42.589
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	(36.637)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	247.761
Atualização monetária - em 2006	16.369
Pagamentos efetuados - em 2006	(22.591)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	241.539
Atualização monetária - em 2007	11.254
Pagamentos efetuados - em 2007	(22.705)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2007	230.088

## NOTA 27 – ADIANTAMENTO DE CLIENTE

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
<b>CIRCULANTE</b>				
Albrás	-	-	35.191	32.522
Proinfa	202.250	102.387	202.250	102.387
	202.250	102.387	237.441	134.909
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Albrás	-	-	1.056.761	942.330
	202.250	102.387	1.294.202	1.077.239

### I - Albrás

A controlada Eletronorte venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela

Albrás, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na bolsa de *commodities* de Londres - Inglaterra.

Com base nestas condições, a Albrás, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia, com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia e que será amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

O cronograma de pagamentos antecipados ocorreu da seguinte forma:

Ano	R\$ mil	
	Liberações contratadas	Liberações realizadas
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	1.200.000	1.200.000

O passivo correspondente apresenta a seguinte posição em 31 de dezembro de 2007:

Ano	R\$ mil		
	Valores recebidos	Pagamentos efetuados	Saldo
2004	300.000	(15.968)	284.032
2005	500.000	(29.201)	470.799
2006	250.000	(29.979)	220.021
2007	150.000	(32.900)	117.100
Total	1.200.000	(108.048)	1.091.952

## II - Proinfa

O Proinfa, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à Eletrobrás a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada as concessionárias

de distribuição, consumidores livres e auto produtores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Eletrobrás o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos auto produtores conectados as suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do Proinfa, no primeiro ano de funcionamento do Programa, as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento, de forma adicional, de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no Proinfa.

Neste sentido a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2007, na rubrica Adiantamento de clientes, o montante de R\$ 202.250 mil (em 31 de dezembro de 2006 – R\$ 102.387 mil), que serão exigidos à medida da evolução do Proinfa e o conseqüente fornecimento de energia elétrica associada.

## **NOTA 28 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO**

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/62 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como prazo final de arrecadação.

Em uma primeira fase desse empréstimo compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/76, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobrás.

Em um segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o empréstimo compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobrás.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 3ª conversão em capital ocorrida em abril de 2005, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencível a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E e correspondem, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 299.084 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 134.976 mil), dos quais R\$ 202.375 mil no não circulante (31 de dezembro de 2006 - R\$ 23.870 mil).

As Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/62 e no artigo 1º do Decreto

20.910/32, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Dessa forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais constituídos de 1988 à 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 Kw/h, referentes à segunda fase desse empréstimo compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2007	2006
Créditos Arrecadados	202.375	23.870
Juros a Pagar	96.709	111.106
	299.087	134.976

#### NOTA 29 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado, e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei 6.404/76, bem como, o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2007	2006
Lucro líquido do exercício	1.547.857	1.161.318
Reserva legal	(77.393)	(58.066)
Lucro líquido ajustado	1.470.464	1.103.252
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	367.616	275.813
Remuneração proposta aos acionistas		
Ações ordinárias	363.416	119.479
Ações preferenciais da classe A	297	297
Ações preferenciais da classe B	339.773	339.773
	703.486	459.549

Remuneração Proposta, por ação – expressa em Reais		
	2007	2006(*)
Ações ordinárias – 1,87% do capital (2006–0,61%)	0,40	0,13
Ações preferenciais “A”- 9,41% do capital (2006–9,41%)	2,02	2,02
Ações preferenciais “B”- 7,06% do capital (2006–7,06%)	1,51	1,51

(\*) Considera o grupamento de ações

Dessa forma, a Eletrobrás registrou como remuneração integral aos acionistas, relativa ao exercício de 2007, juros sobre o capital próprio – JCP no valor de R\$ 703.486 mil, imputados ao dividendo mínimo obrigatório, de acordo com as disposições estatutárias.

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte – IRRF à alíquota de 15%.

A remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2007 corresponde a 47,84% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76 (2006 – 41,65%) será atualizada com base na taxa SELIC, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre o capital próprio.

A atualização incide a partir de 01 de janeiro de 2008 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Contábil e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa Selic incidirá IRRF à alíquota de 20%.

Em atendimento a Deliberação CVM 207/96 a Eletrobrás, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou esses juros em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica, optando por não apresentá-los, entretanto, na demonstração do resultado, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido do exercício, mas, tão somente, produzindo efeitos fiscais reconhecidos nas rubricas contribuição social e imposto de renda.

Em cumprimento ao deliberado na 47ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2007, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2006 na forma de dividendos, teve início em 15 de junho de 2007, fazendo jus ao recebimento os acionistas registrados na data base de 02 de maio de 2007 e foi efetuado conforme abaixo (antes do grupamento):

Tipo/Classe	Em Reais / por lote de 1.000 Ações	
	Valor bruto em 31.12.2006	Valor bruto atualizado em 15.6.2007
Ações Ordinárias	0,33824150	0,27872570
Ações Preferenciais A	3,43314543	4,26370961
Ações Preferenciais B	2,57485907	3,19778221

O saldo da remuneração aos acionistas demonstrado no passivo circulante contém a parcela de R\$ 177.516 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 106.494 mil) referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

A remuneração relativa ao exercício de 2003, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto de Companhia.

### NOTA 30 – CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	R\$ mil			
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2007	2006	2007	2006
Aquisição de Ações da CEEE-GT e CEEE-D	50.439	41.660	386.888	405.855
Obrigação de Ressarcimento (Vide Nota 15)	-	-	302.279	-
Outros	7.711	9.463	37.822	53.953
	<u>58.150</u>	<u>51.123</u>	<u>726.989</u>	<u>459.808</u>

### NOTA 31 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

#### I – CONTROLADORA

A Eletrobrás é patrocinadora da Fundação Eletrobrás de Seguridade social - Eletros, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, com patrimônio próprio, segregada da patrocinadora, que tem por finalidade gerir plano previdenciário visando complementar benefícios de aposentadoria e pensão em favor dos empregados da patrocinadora que se filiarem como participantes daquela entidade.

A Eletros administra dois planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Eletrobrás, como demonstrados a seguir:

#### 1. Plano de benefício definido

Complementa o salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao valor do benefício da Previdência Social, e encerrou os três últimos exercícios apresentando superávit técnico, estando fechado a novas adesões desde 01 de abril de 2006. Tal plano conta na data base de 31 de dezembro de 2007, com 480 participantes ativos, 1.186 participantes aposentados e 261 pensionistas. O plano têm suas reservas matemáticas, revisadas anualmente e calculadas atuarialmente segundo o regime de capitalização.

A Eletrobrás efetua contribuições mensais, paritárias às contribuições dos partici-

pantes, que são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, R\$ 10.331 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 11.933 mil).

As taxas de contribuições praticadas para o plano de benefício definido são as seguintes:

- 4,08% - até a metade do teto de contribuição para a Previdência Social;
- 8,16% - da metade do teto até o teto de contribuição para a Previdência Social;
- 17,13% - do teto da previdência até 3 vezes o teto de contribuição para a Previdência Social, e
- 24,48% - acima de 3 vezes do teto de contribuição para a Previdência social para os participantes de regulamentos antigos.

Em consonância com o pronunciamento do Ibracon aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação 371, de 13 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a forma de contabilização, pelas patrocinadoras, dos benefícios concedidos aos empregados, a administração da Eletrobrás promove, anualmente, uma reavaliação atuarial do plano de benefício do qual é patrocinadora, cuja eventual necessidade de cobertura do passivo atuarial de sua responsabilidade é apontada com base em relatório de atuário independente, pelo método da unidade de crédito projetada.

A avaliação atuarial realizada na data base de 31 de dezembro de 2007 demonstrou que para os planos beneficiários o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2007	2006
Valor justo dos ativos dos planos	1.590.535	1.402.208
(-) Valor presente da obrigação atuarial	(1.493.373)	(1.348.077)
	97.162	54.131
Obrigações com garantia de renda mínima	(33.565)	(33.195)
Ativo Líquido	63.597	20.936

A Eletrobrás garante aos assistidos do plano de benefícios definidos (BD) da Eletros garantia de renda mínima de 90% da renda global ( INSS + Eletros) inicial corrigida.

Esquema de cálculo do custo esperado para o plano de benefício definido.

	R\$ mil CONTROLADORA
Custo do serviço corrente	5.647
Custo dos juros	122.600
Retorno dos investimentos	(160.972)
Contribuição esperada dos empregados	(2.696)
Custo estimado para 2008	<u>(35.421)</u>

Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de premissas atuariais tais como salários, taxas de juros (nominais e efetivas), inflação, mortalidade, invalidez e outros. Os resultados atuariais obtidos a partir dessas premissas não podem ser analisados sem o prévio conhecimento do cenário utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas utilizadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Por consequência, a curto prazo, elas podem não necessariamente se realizar.

Para efeito da reavaliação atuarial efetuada nos termos da Deliberação CVM 371/2000, foram utilizadas as seguintes premissas:

a) HIPÓTESES ECONÔMICAS

Taxa de desconto	9,72% (inflação + 5,5% a.a. de juros reais)
Taxa de rendimento esperada dos ativos	10,76% a.a. (inflação + 6,5% a.a. de juros reais)
Taxa de crescimento salarial	7% a.a. (inflação+2,86% a.a. de crescimento real)
Índice de reajuste de benefícios concedidos	4% a.a. (somente inflação)
Fator de capacidade do benefício	0,98

b) HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

Taxa de rotatividade	Rotatividade Nula
Tábua de mortalidade	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83

2 – Plano de contribuição definida



Em 2006 iniciou-se um processo de migração de participantes do plano de benefício definido da Eletros para um novo plano com características de contribuição definida patrocinado pela Eletrobrás. Parte dos que já migraram para o novo plano optaram por manter parcial ou totalmente o direito a benefício saldado na modalidade de benefício definido. O processo aqui mencionado, continuará a acontecer até o dia 28 de junho de 2008.

Na data base de 31 de dezembro de 2007 o plano contava com 142 participantes ativos e 11 aposentados.

As taxas de contribuições praticadas para o plano de contribuição definida são as seguintes:

- 4,5% - até 10 Unidades Reajustáveis do Plano - URP
- 15% - para valores superiores a 10 Unidades Reajustáveis do Plano - URP

## II – CONSOLIDADO

Além da Eletros, que é patrocinada pela Eletrobrás, as empresas controladas são patrocinadoras de entidades específicas de previdência privada que têm, de igual forma, finalidade de complementar benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições, conforme abaixo:

Patrocinadora	Fundação
Furnas	Real Grandeza
Chesf	Fachesf
Eletrosul	Elos
Eletronorte, Manaus e Boa Vista	Previnorte
Eletronuclear	Nucleos e Real Grandeza
Itaipu	Fibra (Brasil) e Caja (Paraguai)
CGTEE	Eletroceee

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, R\$ 222.646 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 310.864 mil).

Com base nos diversos regulamentos dos planos de benefício e em atendimento ao pronunciamento do Ibracon, aprovado pela Deliberação CVM 371/2000, as empresas avaliam atuarialmente suas obrigações relativas a benefícios complementares a empregados, cuja necessidade de cobertura apurada está refletida nas Demonstrações Contábeis, atingindo o montante de R\$ 982.135 mil, estando apresentadas no passivo

circulante a parcela de R\$ 183.512 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 338.355 mil) e no passivo não circulante a parcela de R\$ 798.623 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 1.992.061 mil), sob o título Previdência Complementar.

No exercício de 2007, os resultados das avaliações atuariais das Fundações de Previdência Complementar das Empresas do Sistema Eletrobrás, demonstraram um superávit de R\$ 1.224.384 mil de acordo com as condições estabelecidas pela deliberação CVM 371/2000, registrada como redução da obrigação atuarial, conforme abaixo:

	<b>R\$ Mil</b>
	<b>CONSOLIDADO</b>
Saldo em 31.12.2006	2.330.417
(-) ajustes atuariais – CVM 371/2000	(1.224.384)
(-) realizações contratos de dívidas	(123.898)
Saldo em 31.12.2007	<u>982.135</u>

A apresentação de superávits nos planos de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a companhia.

**NOTA 32 – PASSIVOS CONTINGENTES**

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para passivos contingentes, por natureza:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
<b>CIRCULANTE</b>				
Trabalhistas	-	-	377.155	331.311
Tributárias	-	-	13.575	4.615
Cíveis	-	-	677.599	620.487
Outros	-	-	118.241	47.249
(-) Depósitos judiciais	-	-	(157.461)	(110.363)
	-	-	1.029.109	893.299
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Trabalhistas	17.072	17.072	304.711	247.807
Tributárias	-	-	127.384	157.548
Cíveis	1.328.244	1.328.244	1.872.640	1.868.764
(-) Depósitos judiciais	(130.788)	(46.927)	(261.948)	(126.198)
	1.214.528	1.298.389	2.042.787	2.147.921
	1.214.528	1.298.389	3.071.896	3.041.220

A Eletrobrás e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A Administração da Companhia, de acordo com a Deliberação 489 de 03 de outubro de 2005 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *provável*, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *possível*, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *remoto*, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31.12.2006	1.298.389	3.041.220
Constituição de provisões	-	335.829
Reversão de provisões	-	(165.407)
Pagamentos	-	(25.629)
Atualização monetária	-	19.886
Depósitos judiciais	(83.861)	(139.824)
Levantamento de depósitos judiciais	-	5.821
Saldo em 31.12.2007	1.214.528	3.071.896

## I - Ações judiciais movidas contra a Companhia

### 1. Ações judiciais cíveis

#### 1.a) Na controladora

- a) A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.328.244 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 1.328.244 mil), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do empréstimo compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na Legislação específica.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do empréstimo compulsório.

As demandas que foram objeto de provisão impugnam a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o empréstimo compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobrás por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembléias Gerais Extraordinárias da Eletrobrás.

Existem atualmente 3.181 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos de conhecimento em curso.

A Administração da Eletrobrás, ademais, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia que o risco de perda dessas ações, que discutem os critérios de atualização monetária aplicados aos créditos escriturais do empréstimo compulsório, constituídos a partir de 1978, é classificado com possível.

Contudo, dada a relevância dos valores envolvidos, a verificação de decisões desfavoráveis já ocorridas, à não pacificação do mérito em julgamento pelo STJ e, ainda, baseada no princípio da prudência, a Companhia adota a prática de manter provisão para contingências, integralmente constituída em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis.

Neste cenário, portanto, dada à relevância da questão, a Administração da Companhia, opta por reconhecer e divulgar de forma cautelosa, fatores que possam influenciar o patrimônio da Companhia, caso ocorra algum fato ou evento no curso dos julgamentos, adverso à Companhia, cumprindo assim o dever de preservar, da melhor maneira possível, os usuários das Demonstrações Contábeis, em particular quanto a avaliação de seus passivos e, conseqüentemente do patrimônio líquido, buscando evitar análises excessivamente otimistas nas tomadas de decisão com base na informação contábil.

Desse modo, o valor acumulado da provisão, no montante de R\$ 1.328.244 mil, mantida, apesar da classificação de risco possível, é julgado suficiente pela administração da Companhia, está em conformidade com os diversos estágios em que se encontram as ações judiciais e reflete a incerteza sobre o desfecho dos processos judiciais, pela sua própria natureza, não sendo possível, no estágio e circunstâncias atuais, concluir sobre o final das demandas, que poderão atingir a cifra aproximada de R\$ 3.000.000 mil.

- b) A Eletrobrás figura como ré em uma ação movida pela Associação Brasileira dos Consumidores de Água e Energia Elétrica – Assobraee, que tramita na 17ª Vara da Justiça Federal – DF, cujo objeto é a busca da utilização do valor de mercado da ação da Eletrobrás como preço de emissão das ações emitidas para pagamento dos créditos do empréstimo compulsório, as quais são realizadas utilizando-se o valor patrimonial da ação. A tal causa foi atribuído, pelo autor, o valor de R\$ 2.397.003 mil, sendo que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda dessa demanda é remoto.
- c) A Eletrobrás também é parte em diversas outras ações judiciais cujo objeto é o resgate de Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia em decorrência do empréstimo compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 à 1976. Ditas Obrigações são inexigíveis, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei

4.156/62 e no artigo 1º do Decreto 20.910/32.

A administração da Companhia, então, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, conclui que a possibilidade de perda da Eletrobrás nas ações que têm esse objeto é remota, pois a jurisprudência tem confirmado a prescrição do direito à postulação do resgate das obrigações emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório e a consequente inexigibilidade desses títulos (Vide Nota 28).

1.b) Em empresas controladas:

- a) A controlada Chesf é ré em ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/Constran/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Controlada e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas de contrato referente à construção da UHE Xingo, sendo uma, impetrada em junho de 1999, para as faturas emitidas a partir de abril de 1990 e outra, impetrada em maio de 2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedido genérico, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo para a liquidação da sentença a apuração dos valores. Atualmente os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para prolatação da sentença, sendo julgadas como de risco possível.
- b) Ação cível pública proposta contra a controlada Chesf, no valor de R\$ 100.000 mil, tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados a pescadores, provocados pela construção da UHE Xingó. Conforme avaliação dos advogados que patrocinam a causa pela Controlada, a expectativa de perda é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto ao valor do pedido. Não foi feita provisão para tal ação.
- c) A controlada Chesf possui, também, ações consideradas como de risco de perda remoto, pelos seus consultores jurídicos, destacando-se uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior Engenharia S.A., contratada para a construção da UHE Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da CHESF. A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.
- d) A Controlada Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da UHE Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Proje-

tos e Obras – CBPO, Constran S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução em dobro de importâncias pagas, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 mil. A ação ajuizada pela Controlada foi julgada improcedente e a reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife - PE. Em 31 de dezembro de 2007, permaneciam sem movimentação o Recurso Especial e os Agravos de Instrumento interpostos pela CHESF, sendo que os trabalhos periciais já se encontravam concluídos e os autos conclusos para o Juiz. A administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou provisão, mantida no passivo não circulante, no valor de R\$ 330.537 mil, para eventuais perdas decorrentes de julgamentos desfavoráveis.

Nesta ação de cobrança cabia à Mendes Júnior, por decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Superior Tribunal de Justiça, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra da UHE Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas, e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teria sido superior ao total de acréscimos monetários pagos pela Chesf.

Por determinação do Juízo Federal da 12ª Vara, em Pernambuco, está em andamento perícia contábil, em que, respondendo quesito da Chesf, o Perito Judicial declarou não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da UHE Itaparica.

Entregue o laudo pericial, em juízo, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos ao Perito, que ainda não foram objeto de análise pelo Juízo da 12ª Vara Federal. Os autos foram ainda encaminhados ao Ministério Público Federal que declarou estar concluindo manifestação sobre a ação, a ser entregue ao Juízo.

Considerando a anulação de todos os atos anteriores desenvolvidos na esfera da Justiça Estadual, e as rígidas determinações da Justiça Federal com relação à nova perícia, exigindo a completa identificação dos recursos próprios ou captados pela Mendes Júnior, e a comprovação de sua efetiva aplicação nas obras da UHE Itaparica, não é possível estimar valor para o litígio, nem mesmo em caráter de expectativa. Até a conclusão das Demonstrações Contábeis não foi comprovada a existência de qualquer crédito em favor da autora sendo, na avaliação dos consultores jurídicos da Controlada, como de risco de perda remota para a Companhia.

## 2. Ações judiciais trabalhistas

### 2.a) Na Controladora

Não existem contingências de natureza trabalhistas individualmente relevantes envolvendo a Companhia, sendo que as referidas causas têm a probabilidade de perda avaliada, substancialmente, como possível pelos consultores jurídicos. No entanto, a administração da Companhia mantém uma provisão de R\$ 17.072 mil, constituídas integralmente em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas em processos ainda em curso.

### 2.b) Em empresas controladas

- a) A controlada Furnas possui diversas ações judiciais de natureza trabalhista, para as quais constitui provisões para contingências, sendo as mais relevantes referentes a questão relacionada à mudança de data-base dos engenheiros, no valor de R\$ 71.500 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 64.686 mil), sendo R\$ 5.674 mil relativos a empregados transferidos para a Eletronuclear em decorrência da cisão ocorrida em 1997 e, a que versa sobre adicional de periculosidade para eletricitários que, de acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, deve ser concedido pelo percentual integral e não proporcional como vinha sendo praticado por FURNAS a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico. O montante estimado e provisionado para cobertura de eventuais perdas destas ações é de R\$ 58.156 mil.
- b) A controlada Furnas, matem, ainda, o montante de R\$ 38.921 mil provisionados para complementação de aposentadorias – paridade com os empregados ativos.
- c) A controlada em conjunto Itaipu Binacional, possui provisões para contingências para fazer face a diversas ações judiciais de natureza cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 160.770 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 188.755 mil) e R\$ 208.759 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 176.569 mil), respectivamente, em diversos estágios de julgamento.
- d) A controlada Eletronorte vem sendo acionada em diversos processos judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista. Administração da Controladora, com base em avaliação dos riscos de contingência relacionados a tais processos judiciais e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, mantém provisões no valor total de R\$ 866.239 mil, (31 de dezembro de 2006 - R\$ 793.819 mil), sendo, ações cíveis, no valor de R\$ 667.006 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 604.718 mil), trabalhista, no valor de R\$ 194.889 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 167.123 mil) e outras no valor de R\$ 4.344 mil (31 de dezembro de



2006 – R\$ 21.978 mil), líquidas dos respectivos depósitos judiciais, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas nos riscos cujas chances de desfecho desfavorável são considerados prováveis.

## II - Contingências Tributárias

### 1. Na Controladora

A Secretaria da Receita Federal lavrou em 2003, Auto de Infração contra a Eletrobrás referente à contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, no valor original de R\$ 281.702 mil, que atualizado até 31 de dezembro de 2007 atinge o montante de R\$ 514.219 mil.

O referido Auto diz respeito à exclusão da base de cálculo da referida contribuição, das receitas decorrentes das operações de financiamento destinadas à aquisição de bens do ativo imobilizado, praticadas com Itaipu Binacional.

A administração e seus consultores jurídicos discordam dessa autuação, amparados nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai e legislações posteriores correlatas, incluindo atos normativos da SRF, que regem todas as operações praticadas pela e com a ITAIPU Binacional, inclusive sob os aspectos fiscais e tributários.

A Eletrobrás, impugnou o auto de infração, não obtendo sucesso em 1ª instância administrativa, onde foi confirmado o débito em discussão, tendo sido interposto recurso, pendente de decisão pelo Conselho de Contribuintes, instância na qual, o processo encontra-se em diligência.

Com base na opinião dos consultores jurídicos, a administração da Companhia espera obter decisão favorável nesse processo, cuja avaliação de risco de perda é remota, razão pela qual não foi constituída provisão para contingências.

### 2. Em empresas controladas

Em maio de 2001, a controlada Furnas recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal em relação ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado, em 31 de dezembro de 2007, de R\$ 1.098.900 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 1.068.958 mil), em decorrência de exclusões nas relativas bases de cálculo, principalmente, das receitas decorrentes do repasse e transmissão de energia elétrica de Itaipu por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepueram-se a outros emitidos em 1999 para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis em março de 2000 e transferidos, em julho de 2003, para o Parcelamento Especial – PAES, em amortização.

Por discordar da autuação, a Administração de FURNAS apresentou recurso de impugnação, justificado por procedimento fiscal incompleto, cumprido *extra lege*, superposição de fiscalização e por um período abrangido pela decadência. No exercício de 2004, o Conselho de Contribuintes julgou favoravelmente a Furnas o recurso interposto relativo ao Auto de Infração relativo ao Finsocial. No exercício de 2005 houve também decisão favorável à Furnas com relação ao Auto de Infração referente ao Pasep, em função do período de fiscalização ter ultrapassado cinco anos. Quanto ao Auto de Infração da Cofins não houve, até a presente data, julgamento do recurso interposto por Furnas.

A administração da controlada, fundamentada na opinião de sua Consultoria Jurídica, entende que a ação fiscal extrapola os limites legais, com possibilidade de sucesso favorável a Furnas, razão pela qual não são constituídas provisões para contingências.

### **NOTA 33 – OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS**

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares que constitui-se em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – Cnen, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares. No caso das usinas termonucleares brasileiras - Angra 1 e Angra 2, o método selecionado para o programa de descomissionamento é aquele internacionalmente designado com “Safstor”, que consiste da desmontagem total da usina após um período de dormência de 15 anos.

A mensuração das obrigações associadas à execução do programa de desmobilização desses ativos é baseada nas leis e regulamentos nacionais e internacionais vigentes, tecnologia atualmente disponível para execução das respectivas atividades e custos específicos associados ao local de implantação das usinas.

A Eletronuclear está legalmente responsável, segundo as disposições da Lei 10.308/2001, pelos depósitos iniciais de rejeitos decorrentes das atividades do programa de descomissionamento de Angra 1 e Angra 2, e dessa forma os custos são incluídos na obrigação para desmobilização das duas usinas. Pelas disposições da Lei 10.308/2001, a responsabilidade e, portanto, os custos para implantação de depósitos intermediários e finais de rejeitos é da Cnen e, por conseguinte, esses custos não estão incluídos na estimativa da obrigação de desmobilizações das usinas termonucleares.. Entretanto, o custo de armazenagem dos rejeitos decorrentes das atividades do programa de descomissionamento estão nela incluídos. Ainda, no seu artigo 18, foi estabelecido que o serviço de depósito de rejeitos intermediários e finais terá seus respectivos custos indenizados à Cnen pelos depositantes, conforme tabela aprovada pela Comissão Deliberativa da Cnen a vigorar a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação no Diário Oficial da União.

Com o início da operação de Angra 2 em 2000, foram realizados novos estudos sobre os custos de descomissionamento, tomando como referência estimativas aplicáveis a um conjunto de 17 usinas dos Estados Unidos da América e 10 usinas Europeias, Canadenses e Japonesas que se encontram em estágios diferentes de descomissionamento, bem como os critérios estipulados pela *NRC – Nuclear Regulatory Commission* dos EUA. Esses critérios foram utilizados em estudos de usinas similares às brasileiras, incluindo um estudo específico realizado na usina de *Krisko*, que é considerada gêmea de Angra 1

Naquele estudo, o custo de desmobilização de Angra 1 e Angra 2 foi estimado no montante de US\$ 197,816 mil e US\$ 240,000 mil e o final da vida útil econômica da usina está projetado para dezembro de 2014 e agosto de 2030, respectivamente.

Recentemente a administração da Companhia reviu e atualizou os valores, além de definir parâmetros e regulamentos para o estabelecimento de reservas financeiras necessárias para a cobertura do descomissionamento das usinas. Dessa forma, o custo passou a ser estimado em US\$ 307,000 mil e US\$ 426,000 mil para Angra 1 e Angra 2, respectivamente. A vida útil econômica das usinas foi reavaliada para 40 anos.

Como decorrência desta reavaliação, o total da obrigação foi reavaliada de US\$ 437,816 mil para US\$ 733,000 mil, sendo complementada a obrigação já constituída em R\$ 123.252 mil, equivalente a US\$ 69,583 mil.

O saldo, em 31 de dezembro de 2007, do passivo correspondente as obrigações para a desmobilização das usinas termonucleares Angra 1 e 2 é de R\$ 451.017 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 356.604 mil), conforme demonstrado abaixo:

	CONSOLIDADO					
	Passivo Constituído		Passivo a Constituir		Total	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Angra 1	176,225	312.678	130,775	231.111	307,000	543.789
Angra 2	78,100	138.339	347,900	616.235	426,000	754.574
	<u>254,325</u>	<u>451.017</u>	<u>478,675</u>	<u>847.346</u>	<u>733,000</u>	<u>1.298.363</u>

Os valores apresentados na formação do passivo para descomissionamento de usinas termonucleares são estimados e serão revistos durante a vida útil das instalações, considerando-se os avanços tecnológicos e a forma a alocar o período de acúmulo dos custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional.

Não existe atualmente legislação brasileira específica que regulamente o descomissionamento de usinas termonucleares, não sendo, portanto, estabelecidas as condições sob as quais o descomissionamento efetivamente ocorrerá, nem definidos os procedimentos a serem implementados, os montantes de recursos financeiros a serem gastos e o tratamento a ser dado na hipótese de recursos financeiros insuficientes ou excessivos por ocasião dos desembolsos.

A Eletronuclear gerencia os rejeitos de baixa, média e alta radioatividade. Os rejeitos

de baixa radioatividade incluem materiais descartáveis utilizados durante as atividades de operação e manutenção das usinas termonucleares. Os rejeitos de média radioatividade são constituídos por resinas e filtros de purificação de fluidos. Os rejeitos de alta radioatividade estão contidos nos elementos de combustíveis usados.

Dessa forma, a Eletronuclear tem implantado um Centro de Gerenciamento de Rejeitos para aqueles de baixa e média radioatividade, localizados, na cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Para os rejeitos de alta radioatividade, a Eletronuclear opera dois depósitos iniciais denominados como piscinas de estocagem de combustível usado, integrados às usinas de Angra 1 e Angra 2. Encontra-se em projeto uma piscina de estocagem de elementos combustíveis usados externa às usinas que expandirá a capacidade de armazenagem, permitindo estocar todo o combustível usado pelos reatores de Angra 1 e Angra 2 durante toda sua vida útil.

Os custos de descomissionamento incluem os serviços referentes à remoção, transporte e disposição final dos rejeitos de baixa e média radioatividade gerados durante a realização do programa de descomissionamento. Incluem também a remoção e transporte dos elementos combustíveis usados para armazenagem em depósito para esse fim designado pela Cnen. Esses custos, entretanto, não incluem os serviços de armazenagem intermediária e final subsequente desses elementos combustíveis.

O fato desses últimos custos não serem considerados, decorre de inexistir procedimentos, regulamentação técnica e legislação específica para a armazenagem de longa duração de elementos combustíveis usados. Os combustíveis usados poderão ser futuramente reciclados através de técnicas de reprocessamento, como já é feito hoje em países como a França e o Japão, o que poderia gerar recursos para ao custeio da armazenagem final dos rejeitos de alta radioatividade.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

## **NOTA 34 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **I - Capital Social**

O Capital Social da Companhia é de R\$ 24.235.829 mil e suas ações não têm valor nominal. As preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendo, às taxas anuais de 8% no caso de ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a essas classes de ações.

Conforme divulgado em aviso aos Acionistas datado de 16 de julho de 2007, a 147ª Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada na mesma data, aprovou o

grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do art. 12 da Lei 6.404/76, na proporção de 500 ações para cada ação da mesma espécie, passando o capital social a ser representado por 1.129.498.502 ações escriturais, sem valor nominal, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia, que em 31 de dezembro de 2007, está distribuído, pelos principais acionistas e espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		QUADRO DE AÇÕES PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
UNIÃO	488.656.241	53,99	-	35.191.002	15,69	523.847.243	46,38
BNDESPAR	133.757.950	14,78	-	-	-	133.757.950	11,84
F N D	45.621.589	5,04	-	-	-	45.621.589	4,04
FGP	40.000.000	4,42	-	-	-	40.000.000	3,54
OUTROS	196.987.747	21,77	146.920	189.137.053	84,31	386.271.720	34,20
	905.023.527	100,00	146.920	224.328.055	100,00	1.129.498.502	100,00

Do total das 386.271.720 ações em poder dos minoritários, 247.205.522 ações, ou seja, 64% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 140.085.932 ações ordinárias, 27 ações preferenciais da classe "A" e 107.151.081 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 89.507.374 ações ordinárias e 27.740.069 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts* – ADR, de nível I.

As ações da Eletrobrás, via ADR do nível I, estão sendo negociadas na proporção de 1 ADR para 500 ações e no Mercado de Valores Latino Americano em *Euros (Latibex)*, na mesma proporção de 500 ações.

Em 31 de dezembro de 2007 o valor patrimonial da ação, é de R\$ 70,79 (31 de dezembro de 2006 - R\$ 68,91 considerando o grupamento de ações).

A partir de 20 de agosto de 2007, as ações representativas do capital social da Companhia são negociadas exclusivamente grupadas e com cotação em Reais por ação.

## II - Reservas de Capital

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
Compensação de insuficiência de remuneração – CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.243.272	3.243.272
Especial – Decreto-lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do empréstimo compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções – FINOR, FINAM e outros.	297.424	297.424
	25.907.304	25.907.304

A Reserva de Capital denominada Conta de Resultado a Compensar - CRC corresponde à participação percentual da Eletrobrás, no reconhecimento das insuficiências de remuneração de suas controladas no extinto regime de remuneração garantida vigente no setor elétrico brasileiro até o exercício de 1993, absorvidas e reconhecidas patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos pelo Tesouro Nacional.

## III - Reservas de Lucros e Lucros Acumulados

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de reserva de investimentos e de 1% para a reserva de estudos e projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, respectivamente:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
Legal (art.193 – Lei 6.404/76)	1.731.038	1.653.644
Estatutárias (art. 194 – Lei 6.404/76):		
Estudos e projetos	255.899	240.422
Investimentos	15.432.771	14.658.843
Outras	11.081	11.081
Retenção de lucros (art. 196 – Lei 6.404/76)	68.748	68.748
Especial (art.202 – Lei 6.404/76):		
Dividendos não distribuídos	8.300.832	7.421.521
	25.800.369	24.054.259

## IV – Reservas de Reavaliação

Refere-se a reserva reflexa das coligadas relevantes Celpe e Cemat avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que procederam à reavaliação de bens de seu ativo imobilizado.

## V - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador são classificados no Patrimônio Líquido nos termos da Norma de Execução Conjunta 20/1990, da Coordenadoria de Contabilidade do Tesouro Nacional e destinaram-se a:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
Aquisição de participação acionária na CEEE	1.742.265	1.571.393
Aquisição da participação acionária na CGTEE	1.673.938	1.482.931
Linha de transmissão Banabuí-Fortaleza	57.670	51.561
Usina Hidrelétrica de Xingó	162.034	144.869
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	25.365	22.677
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	150.353	134.427
	<u>3.811.625</u>	<u>3.407.858</u>

## NOTA 35 – OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
Fornecimento	7.091.009	7.901.155
Suprimento	8.384.910	5.608.078
Repasse de Energia de Itaípu	3.781.161	2.860.190
Transmissão	3.380.463	3.669.373
Comercialização CCEE – energia de curto prazo	1.066.798	945.944
Acréscimo moratório energia vendida	2.260	21.030
Outras	-	5.584
	<u>23.706.601</u>	<u>21.011.354</u>

**NOTA 36 – DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA**

	R\$ mil CONSOLIDADO	
	2007	2006
RGR	454.519	418.870
CCC	373.055	394.462
CDE	67.434	62.489
Proinfra	57.975	37.242
P&D	161.493	379.466
	1.114.476	1.292.529
ICMS	438.710	465.555
	<u>1.553.186</u>	<u>1.758.084</u>

**NOTA 37 – PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
<b>Investimentos em controladas</b>				
Equivalência patrimonial	1.149.525	175.852	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	423.184	-	-
Rendimentos de capital - Itaipu	39.325	42.623	39.325	42.623
	<u>1.188.850</u>	<u>641.662</u>	<u>39.325</u>	<u>42.623</u>
<b>Investimentos em coligadas relevantes</b>				
Equivalência patrimonial	411.725	111.119	411.725	111.119
	<u>411.725</u>	<u>111.119</u>	<u>411.725</u>	<u>111.119</u>
<b>Outros investimentos</b>				
Juros sobre o capital próprio	126.878	17.095	126.878	15.260
Dividendos	88.004	139.626	88.004	139.626
Remuneração dos investimentos em parcerias	67.832	79.062	87.360	53.039
	<u>282.714</u>	<u>235.780</u>	<u>302.242</u>	<u>207.925</u>
	<u>1.883.289</u>	<u>988.561</u>	<u>753.292</u>	<u>361.667</u>

No exercício de 2007, do montante de R\$ 1.883.289 mil referentes à receita decorrente das participações acionárias, R\$ 913.818 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 682.887 mil), são realizados mediante o recebimento de dividendos e JCP, correspondentes a R\$ 803.882 mil e R\$ 109.936 mil, respectivamente (31 de dezembro de 2006 – R\$ 196.649 mil e R\$ 486.238 mil).



**NOTA 38 – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS**

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Pessoal	260.425	189.108	2.927.383	2.561.881
Material	2.284	2.871	197.874	241.616
Serviços	55.661	95.045	1.230.010	1.174.203
	<u>318.370</u>	<u>287.024</u>	<u>4.355.267</u>	<u>3.977.700</u>

**NOTA 39 – ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA**

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
Suprimento	1.672.567	1.441.455
Energia de Itaipu	3.320.526	2.856.722
Comercialização CCEE – Energia de curto prazo	1.108.673	595.427
Outras	23.866	1.621
	<u>6.125.632</u>	<u>4.895.225</u>

**NOTA 40 – PROVISÕES OPERACIONAIS**

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Contingências	-	(3.127)	160.446	158.017
PCLD – Consumidores e Revendedores	-	-	6.408	213.872
PCLD - RTE	-	-	(42.256)	351.988
PCLD - CCEE	-	-	293.560	-
PCLD – Financiamentos e Empréstimos	62.977	(365.874)	62.977	(359.999)
Créditos de ICMS	-	-	127.709	73.447
Prov. p/Desmobilização de Ativos	-	-	171.736	39.840
Investimentos temporários				
Passivo a descoberto	532.781	288.415	532.781	288.415
Perdas na realização	42.394	244.242	42.394	244.242
Outras	(51.669)	(48.722)	(75.079)	(51.480)
	<u>586.483</u>	<u>114.934</u>	<u>1.280.676</u>	<u>957.613</u>

**NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO**

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Receitas (Despesas) Financeiras				
Receita de juros, comissão e taxas	4.188.934	3.937.621	2.090.688	1.709.150
Encargos de dívidas	(447.237)	(438.203)	(1.389.793)	(1.347.442)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.353.792)	(1.475.447)	(1.370.808)	(1.526.524)
Receita de aplicações financeiras	537.453	340.012	867.825	692.473
Outras receitas (despesas)	142.913	140.522	1.347.696	131.847
	3.068.272	2.504.505	1.545.608	(340.496)
Atualizações Monetárias e Cambiais				
Atualizações monetárias líquidas	529.245	330.606	92.184	(954.741)
Atualizações cambiais líquidas	(3.001.673)	(1.599.337)	(2.564.462)	(1.410.802)
	(2.472.428)	(1.268.731)	(2.472.278)	(2.365.543)
	595.844	1.235.774	(926.669)	(2.706.039)

**NOTA 42 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA**

A Eletrobrás, e suas controladas, adotam um programa de participação dos empregados nos resultados da Companhia que tem como objetivo incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da empresa, aplicáveis a todos os empregados.

A participação dos empregados nos lucros ou resultados ocorre com base em acordos coletivos de trabalho firmados com os empregados e entidades sindicais, nos termos da legislação federal em vigor, através da pactuação prévia de metas e compromissos.

Dessa forma, no exercício de 2007, a Eletrobrás provisionou o montante de R\$ 18.000 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 17.000 mil) sendo, no consolidado, R\$ 159.926 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 138.468 mil), correspondente à participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados – PLR, observada a Resolução 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

O pagamento da PLR será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas que apreciará as presentes Demonstrações Contábeis.

**NOTA 43 – SEGMENTOS DE NEGÓCIOS**

As informações sobre a demonstração do resultado por segmentos de negócios operacionais do Sistema Eletrobrás estão apresentadas no Anexo VI, de acordo com o modelo de ges-

tão, a partir de bases internas utilizadas para avaliação de performance dos segmentos e para a decisão de alocação de investimentos.

Os critérios de divulgação estão de acordo com o previsto pela Aneel e recomendações da CVM e apoiados, também, no pronunciamento *SFAS 131 - Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*, contemplando as seguintes áreas de negócio:

**GERAÇÃO** – construção e operação de usinas hidráulicas, térmicas, termonucleares e outras fontes, objetivando a produção de energia elétrica para fornecimento prioritário no país;

**TRANSMISSÃO** – construção e operação de linhas de transmissão, objetivando o transporte da energia elétrica entre os centros de produção e de consumo.

**COMERCIALIZAÇÃO** – intermediação em operações de compra e venda de energia elétrica.

**DISTRIBUIÇÃO** – construção e operação de sistemas de distribuição de energia elétrica em centros urbanos e destinados a consumidores finais.

**ADMINISTRAÇÃO** – órgãos corporativos cujos custos não podem ser atribuídos às demais áreas, em particular vinculados à gestão financeira, participações acionárias e administração central.

As informações por segmento de negócios foram elaboradas na premissa de atribuição de itens que tenham efetivo controle e gestão exercida pelas áreas totalmente identificadas com o segmento operacional.

#### NOTA 44 – SEGUROS

Os principais ativos imobilizados em serviço do Sistema Eletrobrás estão segurados de acordo com a política de cobertura de ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, estando as principais especificações abaixo indicadas:

R\$ mil		
CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
RISCO	Importância Segurada	Prêmio
Nomeados	17.660.464	57.238
Aeronáuticos	16.578	459
Diversos	635.574	2.781
	<b>18.312.616</b>	<b>60.478</b>

Riscos Nomeados - cobertura para perdas e danos materiais decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos nas instalações.

Riscos Aeronáuticos - cobertura para prejuízos sofridos, reembolsos de despesas e responsabilidades civis em decorrência de acidentes, relacionados a aeronaves.

Riscos Diversos - cobertura para equipamentos móveis, transporte nacional, internacional e outros.

## NOTA 45 – LEILÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E LINHAS DE TRANSMISSÃO

### I – Energia existente

Ao longo do ano de 2007, a controlada Eletronorte participou, com êxito, de diversas licitações para venda de energia a consumidores finais e comercializadoras, no âmbito do Ambiente de Contratação Livre – ACL, negociando em contratos de curtíssimo prazo 400,5 MW médios, frente a uma disponibilidade de 610,08 MW médios, representando um desempenho de 65,65%. Com efeito, o valor resultante de receita total acumulada no ano alcançou R\$ 267.750 mil, que representam 12,54%, da meta anual de R\$ 237.000 mil, não sendo considerados os valores da contabilização e liquidação da CCEE.

### II – Energia nova

A Companhia, através de leilão de energia promovido pela Aneel para novos empreendimentos, que segue às regras estabelecidas pela Lei 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, conquistou autorizações para a construção e operação das usinas hidroelétricas, citadas a seguir, e, ainda, vendeu, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, as respectivas energias que serão geradas:

- a) UHE Santo Antonio – Em 10 de dezembro de 2007, o Consórcio Mesa S.A., constituído por Furnas (39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig (10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%), conquistou em leilão realizado pela Aneel, a concessão para construir e operar o projeto de construção da Usina de Santo Antonio, no Rio Madeira, em Rondônia, com investimentos previstos na ordem de R\$ 12.200.000 mil. A obra tem previsão de início em dezembro de 2008, sendo prevista a entrada em operação da primeira, e segunda unidades geradoras, em dezembro de 2012 e a última em junho de 2016.
- b) UHE São Domingos – Usina com capacidade instalada de 48MW, com a venda de 36MW médios, ao preço de R\$ 128,73 MWh, para suprimento no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2041.

### III – Linhas de Transmissão

- a) O consórcio Jauru, liderado pela ELETRONORTE, venceu o Leilão 004/2007 Aneel, Lote C, objetivando a outorga de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, com receita anual permitida de R\$ 14.946 mil.
- b) Ainda no contexto do Leilão Aneel 004/2007, a Eletronorte foi vencedora, individualmente, do Lote “G”, para construção e operação dos seguintes empreendi-

mentos:

- b.1) Linha de Transmissão entre São Luis II – São Luis III, 230 kV, com 36 Km de extensão;
- b.2) Subestação São Luis III 230/69 kV, com receita anual permitida de R\$ 2.122 mil.
- c) Linha de Transmissão Presidente Médici/Santa Cruz (RS) de 230 kV, com 233 Km de extensão. A LT irá receber R\$ 52.700 mil em investimentos e deverá estar concluída em 2009.

## **NOTA 46 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**

### **I – Gestão de recursos**

Nas aplicações de recursos financeiros da Eletrobrás destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, detalhados nas notas 10 e 19 e nos anexos II e III.

### **II - Instrumentos Financeiros**

Os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de financiamento do setor elétrico nacional, onde se destacam aqueles concedidos à Itaipu Binacional e as controladas Eletronorte e Chesf, sendo remunerados em média a 8,99% a.a. (31 de dezembro de 2006 - 8,83 % a.a.).

Os financiamentos estão restritos as concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar outras alternativas, que não o próprio setor elétrico, o valor justo desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No exigível a longo prazo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto à instituições financeiras, notadamente no exterior e a Fundos Setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão - RGR.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais - BID, Bird, CAF, não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor justo.

O Empréstimo Compulsório, extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento, o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmen-

te a Eletrobrás gerencia o estoque residual do empréstimo compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Dadas as suas restrições de aplicações, os saldos contábeis estão apresentados ao valor justo.

A Eletrobrás finalizou o exercício de 2007 com 12 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 1.716.302 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 2.177.429 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	620,127	64,00	1.098.431
Yen	207,069	21,37	366.781
Euro	141,755	14,63	251.090
<b>Total</b>	<b>968,951</b>	<b>100,00</b>	<b>1.716.302</b>

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 846 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 36.522.430 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 37.319.541 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	8,894,873	43,14	15.755.489
IGP-M	5,480,114	26,58	9.706.925
Real	5,590,876	27,12	9.903.118
Yen	225,010	1,09	398.561
Euro	428,125	2,08	758.337
<b>Total</b>	<b>20,618,998</b>	<b>100,00</b>	<b>36.522.430</b>

### III - Riscos

#### a) Risco Regulatório

A Companhia, por meio de suas Controladas, detém concessões para a exploração de serviços de geração e transmissão de energia elétrica cujos vencimentos, nos termos da legislação vigente, estão indicados na nota 2. Caso aquelas concessões não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

#### b) Risco Cambial

Parte relevante do ativo da Companhia e do resultado de suas operações são afetados significativamente pelo fator de risco da taxa de câmbio, em especial no

que se refere ao Dólar Norte-Americano. Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia possui créditos decorrentes de financiamentos concedidos em moeda estrangeira no montante de R\$ 16.912.387 mil, equivalente a US\$ 9,548,007 mil.

Comparando-se os recebíveis em moeda estrangeira com a dívida, observa-se uma cobertura de cerca de 9,8 vezes.

A Eletrobrás não detém, na data de encerramento destas demonstrações, operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos inerentes à flutuação das taxas cambiais. Contudo, o saldo de recebíveis, em moeda estrangeira, e o fluxo de sua realização são suficientes para que Companhia se mantenha adimplente com seus compromissos.

c) Risco de Crédito

A Companhia, através de suas Controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica, amparada em contratos firmados em ambiente regulado. Nos contratos bilaterais firmados com distribuidoras de energia elétrica, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes.

Nas transações com clientes industriais denominados consumidores livres, o risco de crédito é minimizado através de análises prévias das condições do negócio.

d) Risco de Preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração, eram fixados pela Aneel. A partir da realização do Leilão 001/2004 realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

e) Risco de Mercado

Parte substancial da energia elétrica gerada pelas empresas controladas pela Eletrobrás é comercializada por meio de contratos de comercialização de energia, em ambiente regulado - CCEAR's, celebrados em decorrência da participação de suas empresas controladas em leilão de energia existente, promovido pela Aneel.

#### IV – Gerenciamento de investimentos

A Eletrobrás exerce a função de *holding*, com investimentos em participações societárias, detendo controle acionário em seis empresas geradoras e de transmissão de ener-

gia elétrica - Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE, cujas ações não são negociadas em bolsas de valores.

Além dessas participações majoritárias, a Eletrobrás detém 50% do capital da Itaipu Binacional, onde exerce o controle em conjunto com a empresa paraguaia *Ande* e o controle acionário da Lightpar. Participa também, em regime de investimento temporário, nas empresas federais de distribuição – Eletoacre, Ceam, Ceron, Ceal e Cepisa, inseridas no Programa Nacional de Desestatização - PND.

A Eletrobrás mantém, também, participações minoritárias, relevantes, em outras onze concessionárias de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2007, a Eletrobrás mantinha, também, investimentos não relevantes, avaliados ao custo, no montante de R\$ 536.710 mil, dos quais R\$ 378.320 mil referem-se a empresas de capital aberto - concessionárias de serviço público de energia elétrica. Embora as ações dessas empresas sejam admitidas em negociação em bolsas de valores, seu reduzido volume de negócios não caracteriza a existência de um mercado ativo, conforme definido na Instrução CVM 235/96, bem como os preços praticados não representam, necessariamente, os valores que seriam obtidos na negociação de um volume significativo de ações, demonstrando, portanto, a inexistência de condições razoáveis para o estabelecimento de preços de mercado para esses ativos, de forma a permitir uma adequada comparação com os valores contábeis.

#### **NOTA 47 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES**

A menor e a maior remuneração pagas à empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2007, foram de R\$ 1.571,79 e R\$ 26.798,58 (inclui adicional de transferência) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Eletrobrás. O maior honorário atribuído a dirigente, tomando-se por base o mês de dezembro de 2007, correspondeu a R\$ 27.013,12.

#### **NOTA 48 – PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA**

A Eletrobrás implantou um Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVE, destinado ao redimensionamento do seu quadro de empregados e aberto a todos aqueles que estiverem enquadrados nas seguintes condições:

- a) Participantes do Plano de Benefício Definido da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros - esteja aposentado pelo INSS e em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto a Eletros no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE;
- b) participantes do Plano de Contribuição Definida da Fundação Eletrobrás de Seguridade



Social – Eletros - esteja em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto à Eletros no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE; e

- c) não Participantes da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros - esteja aposentado pelo INSS ou em condições de se aposentar no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE, ainda que de forma proporcional pelo Regime Geral da Previdência Social.

Após o término empregatício com a Eletrobrás, a Companhia não será responsável por qualquer contribuição à Previdência Pública ou Privada.

O incentivo ao empregado no âmbito do PDVE se dará pelo pagamento de uma indenização complementar, por ano trabalhado, acrescidas das verbas rescisórias devidas em uma dispensa imotivada, de acordo com os seguintes critérios:

- a) cinquenta por cento de uma remuneração mensal por ano completo trabalhado, limitado a vinte e quatro anos e ao correspondente a doze vezes o maior salário da Companhia;
- b) assistência à saúde por doze meses a partir da data de desligamento.

O período de adesão ao PDVE encerrou-se em 31 de dezembro de 2007, com a inclusão de 311 empregados, sendo que 30 empregados já se desligaram em dezembro de 2007.

Os demais desligamentos se darão da seguinte forma:

- a) 35 empregados com desligamento previsto para 2008;
- b) 246 empregados com desligamento previsto para 2009.

Para fazer face aos gastos decorrentes da implantação do PDVE a Companhia mantém provisionado na rubrica “obrigações estimadas”, na data-base de 31 de dezembro de 2007, o montante de R\$ 66.500 mil a ser realizado até dezembro de 2009, na proporção dos desligamentos.

#### **NOTA 49 – GESTÃO DE RECURSOS SETORIAIS**

A ELETROBRÁS é responsável pela gestão de recursos setoriais denominado Reserva Global de Reversão - RGR, que se constitui em um fundo criado para cobertura de gastos com indenizações de eventuais reversões de concessões vinculadas ao serviço público de energia elétrica. Os recursos são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas Procel, Reluz, Luz para Todos e Proinfa.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (Vide Nota 6.i).

Os concessionários recolhem ao Fundo suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, até o último dia útil de cada mês, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobrás, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/71 e alterações posteriores e não estão refletidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Nesse sentido, os recursos da RGR são aplicados em projetos específicos de investimento, a saber:

I - Nas concessionárias, permissionárias e cooperativas de eletrificação rural, para expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica especialmente em áreas urbanas e rurais de baixa renda e para o programa de combate ao desperdício de energia elétrica;

II - para instalações de produção a partir de fontes eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, assim como termelétrica associada a pequenas centrais hidrelétricas;

III - para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos, mediante projetos específicos de investimento;

IV - para implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

V - para o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, instituído pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e revisado pela Lei 10.762, de 11 de novembro de 2003, que tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, objetivando a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base naquelas fontes, na implantação de 3.300 MW de capacidade,

VI - para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - ReLuz que visa, para tornar eficientes 5 milhões de pontos de iluminação pública, e instalar mais 1 milhão no País e pretende abranger até 96% do potencial de conservação de energia da rede nacional de iluminação pública, atualmente composta de 13 milhões de pontos de iluminação.

VII - para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, programa de governo federal instituído em dezembro de 1985 voltado para a conservação de energia elétrica, tanto no lado da produção como no do consumo, concorrendo para a melhoria da qualidade de produtos e serviços, reduzindo os impactos ambientais e fomentando a criação de empregos.

VIII - Para o Programa de Universalização de Acesso à Energia Elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia.

IX - Para o Projeto Ribeirinhas, desenvolvido em regiões com grande dispersão de comunidades e de difíceis condições de acesso, em função do tipo de solo e do regime de chuvas, tendo como premissa básica o aproveitamento dos recursos naturais renováveis existentes nas localidades onde o fornecimento de energia elétrica não pode se realizar mediante extensão de rede de transmissão.

A Eletrobrás remunera a RGR, pelos recursos utilizados, com juros de 5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totalizava R\$ 6.769.011 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 6.171.300 mil), apresentado na rubrica Reserva Global de Reversão – RGR, no passivo circulante e não circulante. Neste exercício os saques à RGR, corresponderam a R\$ 847.462 mil e as reposições ao fundo foram de R\$ 517.575 mil.

A Eletrobrás gere, também, o fundo federal denominado Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que visa o desenvolvimento energético a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelo sistema interligado, bem como, financiar a universalização do serviço público de energia elétrica. Este Fundo tem duração de 25 anos, contados de 2004 sendo os recursos provenientes dos pagamentos a título de Uso de Bem Público - UBP e das multas aplicadas pela Aneel a concessionários, permissionários e autorizados a explorar o serviço de energia elétrica, e cuja movimentação financeira não afeta as Demonstrações Contábeis da Companhia.

## **NOTA 50 – ESCLARECIMENTO DE assuntos relevantes**

### **I – Garantias prestadas pela CGTEE**

Para apurar fatos relacionados a pretensas garantias junto ao Banco *KfW Bankengruppe*, concedidas pela Companhia no montante de EUR 156,700 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 408.766 mil), que teriam sido emitidas em nome da CGTEE, em favor de empresas privadas, a Companhia instaurou sindicância, cujo relatório final foi aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2007.

Entre as conclusões da Sindicância destaca-se:

- c) as pretensas garantias foram constituídas ao arrepio da legislação brasileira e das normas estatutárias da CGTEE, envolvendo, inclusive, fortes indícios de falsificação de documentos e de assinaturas; e
- d) a CGTEE não tem e nunca teve qualquer negócio ou relação contratual com as empresas beneficiadas.

Apuradas evidências de autoria e materialidade, o relatório da sindicância foi encaminhado, para as medidas legais cabíveis, às instituições e autoridades competentes: Ministério Público Federal; Polícia Federal; Tribunal de Contas de União; Controladoria Geral da União; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica e Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Em 22 de junho de 2007, a CGTEE já havia encaminhado à Polícia Federal denúncia sobre as pretensas garantias.

Para a salvaguarda institucional da Companhia e do interesse público, a CGTEE contratou escritório de advocacia especializado – Pinheiro Neto Advogados, e notifica

extrajudicialmente o Banco *KfW*, em 18 de julho de 2007, sobre a inexistência das supostas garantias prestadas em seu nome, ajuizando, no Foro Central da Comarca de Porto Alegre, em 10 de setembro de 2007, Ação Declaratória de Falsidade Documental cumulada com Pedido de Exibição de Documentos. Oportunamente serão avaliadas outras medidas judiciais cabíveis.

A administração da Companhia não espera incorrer em perdas com relação a esse assunto.

## II – Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobrás

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do empréstimo compulsório não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Eletrobrás esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação ( vide nota 28 ).

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobrás. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/62. A esses títulos, portanto, não se aplicam os dispositivos da Lei 6.404/76 nem da Lei 6.385/76.

A Comissão de Valores Mobiliários, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma, textualmente, que “as obrigações emitidas pela Eletrobrás em decorrência da Lei 4.156/62 não podem ser consideradas valores mobiliários”.

Entendeu, ainda, a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobrás em suas Demonstrações Contábeis, no que se refere às referidas obrigações nem, tampouco, na divulgação quanto à existência de ações judiciais pleiteando o resgate desses títulos (vide nota 30).

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada pela recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, que corrobora o entendimento de que esses títulos não são debêntures e não se prestam para garantir execuções fiscais.

## NOTA 51 – EVENTOS SUBSEQUENTES

### I – Conversão do Empréstimos Compulsório em Ações

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em 24 de janeiro de 2008, pela 4ª conversão em ações preferenciais nominativas de classe B, representativas do capital social da Eletrobrás, da totalidade dos créditos existentes em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 202.375 mil, constituídos após a 3ª conversão aprovada em AGE realizada em 28 de abril de 2005.

O preço de emissão das ações tomará por base o valor patrimonial da ação da Eletrobrás em 31 de dezembro de 2007, correspondente a R\$ 70,79 observados os termos do artigo 4º da, Lei 7181/83.

Os valores residuais que não perfizerem número inteiro de ações serão pagos em espécie, conforme estabelece o artigo 10 do Decreto 81.668/78, acrescidos dos valores eventualmente recebidos decorrentes do exercício do direito de preferência de subscrição pelos demais acionistas, conforme estabelece orientação da CVM.

O prazo para o exercício do direito de preferência de subscrição pelos demais acionistas, será em conformidade com o Artigo 171, § 2º da Lei 6.404/76, bem como o prazo para a entrega das ações oriundas da conversão. Estes prazos serão de 30 e 60 dias, respectivamente, contados a partir da realização da AGE, alterando o artigo 6º do Estatuto Social da Eletrobrás, que trata da composição do Capital Social e das Ações.

## II – Aquisição de investimentos societários

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado datado de 22 de fevereiro de 2008, o Conselho de Administração da controlada Eletrosul aprovou em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2008, exercer o direito de preferência de compra de participação acionária, correspondentes a 51% do capital da Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A. - SC Energia e da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A - RS Energia, de propriedade das empresas Schahin Engenharia S.A. e Engenix Engenharia S.A..

Os empreendimentos totalizam 620 km de linhas de transmissão, sendo 360 km relacionados à SC Energia, ligando Campos Novos (SC) a Blumenau (SC) e 260 km à RS Energia, a ser concluída em 2008, ligando Campos Novos (SC) à Nova Santa Rita (RS).

Estas novas linhas de transmissão representam cerca de 6,8% da extensão atual das linhas de transmissão da controlada, que, em 31 de dezembro de 2007, totalizavam 9.145 km.

## III - Alterações na Lei 6.404/76 que regula as sociedades por ações

Em 28 de dezembro de 2007, o Presidente da República sancionou a Lei 11.638, promovendo alterações e revogações na Lei 6.404/76, no sentido da harmonização das práticas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS, no que tange à preparação e divulgação das demonstrações contábeis.

Apresentamos a seguir as principais alterações contábeis ou novos requerimentos introduzidas na legislação societária:

### 1. Demonstrações Financeiras

Foi extinta a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – **Doar**, e intro-

duzida a Demonstração dos Fluxos de Caixa – **DFC**, e para as companhias abertas, a Demonstração do Valor Adicionado – **DVA**.

## 2. Escrituração Contábil

A legislação determinava que as disposições da lei tributária ou legislação especial fossem escrituradas em registros auxiliares. Com as alterações esses registros podem ser realizados em livros auxiliares ou nos próprios livros contábeis, desde que, nesse último caso, sejam efetuados os respectivos registros contábeis para fins de elaboração das demonstrações contábeis.

As companhias abertas deverão observar as normas expedidas pela CVM e estas deverão observar as Normas Internacionais de Contabilidade - **IFRS**. As companhias de Capital Fechado podem ou não observar as normas expedidas pela CVM para as companhias abertas. Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer efeitos tributários.

## 3. Balanço Patrimonial

O ativo permanente foi subdividido em investimentos, imobilizado, **intangível** e diferido, segregando os bens e direitos intangíveis dos tangíveis.

A estrutura do Patrimônio Líquido foi alterada, sendo eliminada a **Reserva de Reavaliação** e os **Lucros Acumulados**. Passam a fazer parte do PL as **Ações em Tesouraria** e, no lugar da reserva de reavaliação, surgiram os **Ajustes de Avaliação Patrimonial**.

Os saldos das reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.

## 4. Ativo

a) No Ativo Imobilizado serão classificados os direitos que tenham por objeto **bens corpóreos** destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

b) Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas

Os investimentos em coligadas, sobre cuja administração tenha influência significativa ou participe com 20% ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Os requerimentos da nova lei sendo avaliados e aplicam-se às demonstrações

contábeis relativas aos exercícios encerrados a partir de 01 de janeiro de 2008, não sendo possível, no momento, determinar os impactos decorrentes da entrada em vigor da referida lei no resultado e patrimônio líquido da Eletrobrás.

- c) No Ativo Diferido serão classificados as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- d) No Ativo Intangível serão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

5. Critérios de avaliação do ativo

I - Os instrumentos financeiros, inclusive derivativos, direitos e títulos de créditos, classificados no Ativo Circulante ou no Realizável a Longo Prazo passam a ser avaliados:

- a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

II - Os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

III - Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

6. Critérios de avaliação do Passivo

As obrigações, encargos e riscos classificados no Exigível a Longo Prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

7. Patrimônio líquido

Foram abolidas das Reservas de Capital o Prêmio Recebido na Emissão de Debêntures e as Doações e Subvenções para Investimento.

8. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício discriminará as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos finan-

ceiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.

9. Reservas e Retenção de Lucros

Criada a Reserva de Incentivos Fiscais - doações e subvenções governamentais para investimento, que passarão a compor o resultado do exercício e, por proposta dos órgãos da administração, a Assembléia Geral poderá destinar a parcela do lucro líquido decorrente desses incentivos para a formação da referida reserva.

10. Limite do saldo das Reservas de Lucros

O saldo das Reservas para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar podem ultrapassar o montante do capital social.

**José Antonio Muniz Lopes**

*Presidente*

**Astrogildo Fraguglia Quental**

*Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*

**Ubirajara Rocha Meira**

*Diretor de Tecnologia*

**Valter Luiz Cardeal de Souza**

*Diretor de Engenharia*

**Miguel Colasuonno**

*Diretor de Administração*

**João Vicente Amato Torres**

*Contador*

*CRC-RJ-057.991/0-S-DF*



*Furnas – Laboratório  
de Análise Química  
em Goiânia –  
Máquina de Fusão  
(Arquivo Furnas/  
Waimer Carvalho)*

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**CONSUMIDORES E REVENDEDORES EM 31 DE DEZEMBRO**  
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA				
	Circulante				
	2007				2006
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
AES ELETROPAULO	200.238	-	-	200.238	194.261
AES SUL	33.336	-	-	33.336	32.392
AES TIETÊ	-	-	-	-	-
AMPLA	28.399	-	-	28.399	36.781
ANDE	-	-	-	-	-
EBE	65.661	-	-	65.661	63.757
CEA	-	-	-	-	-
CEB	13.169	-	-	13.169	14.930
CEEE-D	29.507	-	-	29.507	-
CEEE-GT	-	-	-	-	36.827
CELESC	50.824	-	-	50.824	56.405
CELG	26.169	33.700	93.706	153.575	29.033
CELPA	-	-	-	-	-
CELPE	-	-	-	-	-
CEMAR	-	-	-	-	-
CEMIG	196.914	-	-	196.914	191.100
CERON	-	-	-	-	-
CEPISA	-	-	-	-	-
CESP	-	-	-	-	-
COELCE	-	-	-	-	-
COELBA	-	-	-	-	-
COPEL	74.090	-	-	74.090	71.874
CPFL	91.718	-	-	91.718	89.044
ELEKTRO	49.982	-	-	49.982	48.504
ENERSUL	11.738	-	-	11.738	11.385
ESCELSA	28.834	-	-	28.834	27.988
LIGHT	134.829	-	-	134.829	130.889
PIRATININGA	62.310	-	-	62.310	60.534
RGE	24.304	-	-	24.304	23.630
Comercialização CCEE	-	-	-	-	-
Ativo Regulatório	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-
PROINFA	76.439	4.145	8.426	89.010	51.622
Consumidores	-	-	-	-	-
Outros	5.218	-	5.603	10.821	9.436
(-) PCLD	-	-	-	-	-
	1.203.679	37.845	107.735	1.349.259	1.180.392

## Anexo I

CONSOLIDADO							
Circulante				Longo Prazo			
2007				2006	2007		2006
A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total			
290.496	-	-	290.496	283.032	-	-	-
52.031	-	-	52.031	37.441	-	-	-
690	-	-	690	14.272	-	-	-
66.548	-	-	66.548	59.560	-	-	-
38.779	-	-	38.779	-	-	-	-
90.474	-	-	90.474	80.602	-	-	-
9.973	27.395	385.907	423.275	307.911	-	-	-
31.004	-	10.201	41.205	27.549	-	-	-
43.993	-	-	43.993	25.314	-	-	-
3.432	-	-	3.432	16.787	-	-	-
59.016	-	-	59.016	63.866	-	-	-
60.378	33.700	93.706	187.784	50.009	-	-	-
38.484	-	29	38.513	52.193	-	-	-
47.465	-	-	47.465	45.130	-	-	-
24.511	-	-	24.511	42.330	-	-	-
279.535	-	-	279.535	271.914	-	-	-
21.835	-	-	21.835	23.091	-	-	-
19.186	-	-	19.186	130.281	-	-	-
2.267	-	-	2.267	-	-	-	-
30.794	-	-	30.794	25.848	-	-	-
65.096	-	-	65.096	57.833	-	-	-
160.921	-	-	160.921	112.563	-	-	-
118.581	-	-	118.581	107.370	-	-	-
99.840	-	-	99.840	77.442	-	-	-
18.473	-	-	18.473	13.406	-	-	-
49.075	-	-	49.075	42.142	-	-	-
218.058	-	53	218.111	208.420	-	-	-
1.208	-	-	1.208	60.534	-	-	-
30.373	-	-	30.373	34.820	-	-	-
89.887	-	293.561	383.448	378.313	-	-	-
446.644	705	1.012	448.361	571.743	78.341	842.060	-
124.169	659	9.792	134.620	90.925	-	-	-
76.439	4.145	8.426	89.010	51.622	-	-	-
286.806	74.603	346.609	708.018	630.005	-	-	-
226.028	9.822	271.223	507.073	628.203	17.460	98.133	-
-	-	(1.171.694)	(1.171.694)	(627.547)	(69.623)	(350.970)	-
3.222.489	151.029	248.825	3.622.343	3.994.924	26.178	589.223	-

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA							
	2007				2006			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
<b>CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO</b>								
FURNAS	8,86%	4.779	460.606	530.877	6,41%	7.043	103.852	617.797
CHESF	11,68%	43.047	420.273	3.747.908	11,74%	52.271	414.560	4.131.249
ELETROSUL	7,54%	261	2.676	183.629	6,87%	133	83.086	55.337
ELETRONORTE	15,63%	117.671	319.986	6.253.973	12,03%	2.855.216	852.408	4.360.464
ELETRONUCLEAR	12,35%	6.023	179.138	2.263.506	13,21%	6.136	178.257	2.064.798
LIGHTPAR	12,00%	-	3.259	-	12,00%	6.808	11.047	-
ITAIPU	7,07%	-	46.191	14.624.980	6,97%	-	16.261	14.594.746
		171.781	1.432.129	27.604.873		2.927.607	1.659.471	25.824.391
<b>OUTRAS</b>								
CEPISA	10,71%	406	65.258	278.848	11,10%	446	41.932	248.916
CERON	11,44%	1.264	21.773	354.518	15,38%	20.227	46.629	296.896
CEMIG	6,76%	2.353	58.020	355.958	6,76%	1.858	47.772	237.238
COPEL	8,39%	2.130	35.855	271.965	8,33%	2.263	44.387	267.499
CEEE	9,33%	1.174	90.383	54.436	9,33%	2.290	66.411	104.198
DUKE	10,00%	3.966	144.026	865.083	10,00%	4.303	122.822	940.574
AES TIETÊ	10,00%	5.062	183.766	1.104.299	10,00%	5.492	156.709	1.200.652
AES ELETROPAULO	9,85%	262.048	120.904	8.917	9,57%	249.689	117.733	23.977
TRACTBEL	12,00%	1.005	31.909	68.559	12,00%	1.808	87.437	93.402
CELPE	6,02%	679	16.295	82.851	6,04%	563	12.802	94.945
CEMAR	6,07%	924	8.157	284.790	7,97%	1.140	1.768	307.973
CESP	9,32%	1.185	24.106	245.098	9,44%	1.294	26.316	254.418
OUTRAS	-	67.154	361.246	1.907.908	-	54.599	330.937	1.439.386
( - ) PCLD	-	(38.785)	(41.845)	-	-	(24.180)	(27.449)	-
		310.565	1.119.853	5.883.230		321.792	1.076.206	5.510.074
<b>T O T A L</b>		<b>482.346</b>	<b>2.551.982</b>	<b>33.488.103</b>		<b>3.249.399</b>	<b>2.735.677</b>	<b>31.334.465</b>

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2009	2010	2011	2012	2013	Após 2013	TOTAL
CONTROLADORA	3.334.182	3.354.348	3.182.315	3.131.991	3.051.026	17.434.241	33.488.103
CONSOLIDADO	1.334.681	1.342.754	1.273.888	1.253.744	1.221.333	6.978.969	13.405.369

## Anexo II

CONSOLIDADO							
2007				2006			
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
7,07%	-	23.096	7.312.490	6,97%	-	8.131	7.297.373
	-	23.096	7.312.490		-	8.131	7.297.373
10,71%	406	65.258	278.848	11,10%	446	41.932	248.916
11,44%	1.264	21.773	354.518	15,38%	20.227	46.629	296.896
6,76%	2.353	58.020	284.790	6,76%	1.858	47.772	237.238
8,39%	5.062	183.766	1.104.299	8,33%	2.263	44.387	267.499
9,33%	1.174	90.383	54.436	9,33%	2.290	66.411	104.198
10,00%	3.966	144.026	865.083	10,00%	4.303	122.822	940.574
10,00%	5.062	183.766	1.104.299	10,00%	5.492	156.709	1.200.652
9,85%	262.048	120.904	8.917	9,57%	249.689	117.733	23.977
12,00%	1.005	31.909	68.559	12,00%	1.808	87.437	93.402
6,02%	679	16.295	82.851	6,04%	563	12.802	94.945
6,07%	924	8.157	284.790	7,97%	1.140	1.768	307.973
9,32%	1.185	24.106	245.098	9,44%	1.294	26.316	254.418
-	64.234	266.320	1.356.391	-	58.276	335.919	1.684.729
-	(38.785)	(41.845)		-	(24.180)	(27.449)	-
	310.577	1.172.838	6.092.879		325.469	1.081.188	5.755.417
	310.577	1.195.934	13.405.369		325.469	1.089.319	13.052.790

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(em milhares de Reais)

DADOS DAS EMPRESAS	2007				
	FURNAS (b)	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR
Capital social	3.194.000	1.696.306	279.072	2.843.235	3.295.768
Patrimônio líquido (a)	13.400.554	11.571.608	2.109.175	7.283.436	4.455.313
Lucro líquido ( prejuízo ) do exercício	676.524	652.630	196.940	(542.315)	117.668
<b>PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS</b>					
Quantidade de ações - lote de mil					
Ordinárias	50.618.949	40.478	42.582.421	68.736.323	9.611.945
Preferenciais	14.088.233	1.002	-	-	2.687.056
Participação em %					
Subscrito e integralizado	99,54	99,45	99,71	98,66	99,80
Votante	99,82	100,00	99,71	98,66	99,92
<b>MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:</b>					
Saldos no início do exercício	12.692.991	11.097.604	1.953.343	7.720.886	4.357.407
Equivalência patrimonial - resultado do exercício	796.567	649.040	196.556	(535.047)	117.335
Dividendos	(164.121)	(238.680)	(46.841)	-	(27.893)
Juros sobre o capital próprio					
Saldos no final do exercício	13.325.437	11.507.964	2.103.058	7.185.839	4.446.849

## Anexo III

2007			2006	
LIGHTPAR	CGTEE	ITAIPU (c)	TOTAL	
113.790	868.721	177.130	-	-
55.769	642.208	177.130	-	-
16.097	(69.149)	-	-	-
8.480.196	1.126.273	-	-	-
-	-	-	-	-
81,61	99,94	50,00	-	-
81,61	99,94	50,00	-	-
32.665	710.930	106.900	38.672.726	38.503.522
12.516	(69.107)	(18.335)	1.149.525	599.035
-	-	-	(477.535)	(6.647)
				(423.184)
45.181	641.823	88.565	39.344.716	38.672.726

(a) Exclui Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

(b) Patrimônio líquido ajustado.

(c) A participação da ELETROBRAS, de acordo com o Decreto-Lei 72.707/73, é fixa e equivale a US\$ 50,000 mil.

Os exames das Demonstrações Contábeis das empresas FURNAS, ELETROSUL, CHESF, ELETRONUCLEAR, LIGHTPAR e CGTEE foram realizados por outros auditores independentes.

Os exames das Demonstrações Contábeis da empresa controlada ELETRONORTE e da controlada em conjunto ITAIPU BINACIONAL, foram realizados pelos mesmos auditores independentes da controladora.

## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

## ATIVO IMOBILIZADO

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA	CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO			
	Dez-07	Dez-07			
	ELETROBRAS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR
Geração					
Em serviço	-	7.657.039	17.143.404	19.762.511	6.036.619
Depreciação acumulada	-	(2.879.918)	(6.593.464)	(7.698.655)	(1.860.924)
	-	4.777.121	10.549.940	12.063.856	4.175.695
Em curso	-	1.973.816	169.207	580.437	2.294.264
	-	6.750.937	10.719.147	12.644.293	6.469.959
Transmissão					
Em serviço	-	12.180.452	6.936.848	5.990.161	-
Depreciação acumulada	-	(5.981.580)	(3.135.709)	(2.716.878)	-
	-	6.198.872	3.801.139	3.273.283	-
Em curso	-	1.252.690	1.175.238	567.970	-
	-	7.451.562	4.976.377	3.841.253	-
Distribuição/Comercialização					
Em serviço	-	1.480	-	1.054.108	-
Depreciação acumulada	-	(502)	-	(478.420)	-
	-	978	-	575.688	-
Em curso	-	39	-	291.518	-
	-	1.017	-	867.206	-
Administração					
Em serviço	53.704	195.521	895.235	319.186	13.137
Depreciação acumulada	(24.897)	(83.559)	(441.070)	(185.563)	(7.255)
	28.807	111.962	454.165	133.623	5.882
Em curso	-	20.535	131.056	72.177	4.170
	28.807	132.497	585.221	205.800	10.052
	28.807	14.336.013	16.280.745	17.558.552	6.480.011
Obrigações Vinc. a Concessão					
(-) Amortizações e reversões	-	(81.998)	-	-	-
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(3.344)	(24.482)	-
(-) Participação da União Federal	-	(28.539)	(108.052)	(266.480)	(3.617)
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	(2.003)	(43.865)	(18.260)	(204)
(-) Outras	-	-	(380)	(36.072)	-
	-	(112.540)	(155.641)	(345.294)	(3.821)
TOTAL	28.807	14.223.473	16.125.104	17.213.258	6.476.190

\* Em 2006, o Ativo Intangível foi segregado do saldo total da rubrica Ativo Imobilizado

Taxa anual média de depreciação (%)

Geração	0,00%	2,20%	2,41%	2,56%	3,30%
Transmissão	0,00%	3,00%	2,97%	2,76%	0,00%
Distribuição / Comercialização	0,00%	5,70%	0,00%	3,00%	0,00%
Administração	7,95%	9,30%	6,57%	15,00%	10,00%



## Anexo IV

CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO				CONSOLIDADO
Dez-07				Dez-07
ELETROSUL	ITAIPU	CGTEE	LIGHTPAR	TOTAL
-	15.132.699	1.880.963	-	67.613.235
-	-	(1.576.832)	-	(20.609.793)
-	15.132.699	304.131	-	47.003.442
93.768	207.234	176.578	-	5.495.304
93.768	15.339.933	480.709	-	52.498.746
2.914.876	1.090.279	-	-	29.112.616
(1.279.948)	-	-	-	(13.114.115)
1.634.928	1.090.279	-	-	15.998.501
280.638	-	-	-	3.276.536
1.915.566	1.090.279	-	-	19.275.037
-	-	-	-	1.055.588
-	-	-	-	(478.922)
-	-	-	-	576.666
-	-	-	-	291.557
-	-	-	-	868.223
44.586	746.544	8.418	171	2.276.502
(12.171)	-	(2.793)	(129)	(757.437)
32.415	746.544	5.625	42	1.519.065
1.986	390.305	-	-	620.229
34.401	1.136.849	5.625	42	2.139.294
2.043.735	17.567.061	486.334	42	74.781.300
-	-	-	-	(81.998)
-	-	-	-	(27.826)
-	-	-	-	(406.688)
(6.815)	-	-	-	(71.147)
-	-	-	-	(36.452)
(6.815)	-	-	-	(624.111)
2.036.920	17.567.061	486.334	42	74.157.189
0,00%	0,00%	6,12%	0,00%	
3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
7,51%	0,00%	12,50%	0,00%	

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**ATIVO IMOBILIZADO**  
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA	CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO			
	Dez-06	Dez-06			
	ELETROBRAS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR
Geração					
Em serviço	-	7.645.283	16.919.707	15.261.051	6.020.507
Depreciação acumulada	-	(2.701.018)	(6.243.636)	(7.341.091)	(1.683.564)
	-	4.944.265	10.676.071	7.919.960	4.336.943
Em curso	-	1.570.447	225.602	4.496.633	1.999.010
	-	6.514.712	10.901.673	12.416.593	6.335.953
Transmissão					
Em serviço	-	11.777.672	6.566.634	5.754.556	-
Depreciação acumulada	-	(5.660.212)	(2.954.095)	(2.541.411)	-
	-	6.117.460	3.612.539	3.213.145	-
Em curso	-	1.394.882	1.318.712	545.168	-
	-	7.512.342	4.931.251	3.758.313	-
Distribuição/Comercialização					
Em serviço	-	1.361	-	1.004.272	-
Depreciação acumulada	-	(428)	-	(427.073)	-
	-	933	-	577.199	-
Em curso	-	113	-	242.114	-
	-	1.046	-	819.313	-
Administração					
Em serviço	50.710	174.194	803.293	307.080	27.827
Depreciação acumulada	(19.888)	(74.991)	(416.182)	(169.443)	(18.000)
	30.822	99.203	387.111	137.637	9.827
Em curso	-	30.539	173.689	53.780	4.245
	30.822	129.742	560.800	191.417	14.072
	30.822	14.157.842	16.393.724	17.185.636	6.350.025
Obrigações Vinc. a Concessão					
(-) Amortizações e reversões	-	(81.998)	(20.269)	-	-
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(6.048)	(24.448)	-
(-) Participação da União Federal	-	(28.539)	(108.052)	(263.978)	-
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	(2.003)	(20.839)	-	-
(-) Outras	-	-	-	(55.077)	(47.543)
	-	(112.540)	(155.208)	(343.503)	(47.543)
<b>TOTAL</b>	<b>30.822</b>	<b>14.045.302</b>	<b>16.238.516</b>	<b>16.842.133</b>	<b>6.302.482</b>

\* Em 2006, o Ativo Intangível foi segregado do saldo total da rubrica Ativo Imobilizado

Taxa anual média de depreciação (%)

Geração	0,00%	2,20%	2,47%	3,02%	3,30%
Transmissão	0,00%	3,00%	3,07%	2,93%	0,00%
Distribuição / Comercialização	0,00%	9,00%	0,00%	2,78%	0,00%
Administração	7,95%	5,60%	5,10%	18,26%	10,00%

## Anexo IV-A

CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO				CONSOLIDADO
Dez-06				Dez-06
ELETROSUL	ITAIPU	CGTEE	LIGHTPAR	TOTAL
-	19.038.648	1.867.236	-	66.752.432
-	-	(1.532.705)	-	(19.502.014)
-	19.038.648	334.531	-	47.250.418
31.984	245.729	73.474	-	8.642.879
31.984	19.284.377	408.005	-	55.893.297
2.720.160	1.314.584	-	-	28.133.606
(1.215.966)	-	-	-	(12.371.684)
1.504.194	1.314.584	-	-	15.761.922
281.845	-	-	-	3.540.607
1.786.039	1.314.584	-	-	19.302.529
-	-	-	-	1.005.633
-	-	-	-	(427.501)
-	-	-	-	578.132
-	-	-	-	242.227
-	-	-	-	820.359
41.768	896.299	5.969	50	2.307.190
(9.534)	-	(2.119)	-	(710.157)
32.234	896.299	3.850	50	1.597.033
2.547	474.148	2.168	-	741.116
34.781	1.370.447	6.018	50	2.338.149
1.852.804	21.969.408	414.023	50	78.354.334
-	-	-	-	(102.267)
-	-	-	-	(30.496)
-	-	-	-	(400.569)
(254)	-	-	-	(23.096)
-	-	-	-	(102.620)
(254)	-	-	-	(659.048)
1.852.550	21.969.408	414.023	50	77.695.286
0,00%	0,00%	6,17%	0,00%	
3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
7,51%	0,00%	12,50%	0,00%	

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA							
	2007				2006			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	CIRCULANTE		NÃO		CIRCULANTE		NÃO	
	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
Instituições Financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	5,62%	4.578	32.957	313.091	6,97%	6.860	49.074	417.687
Corporación Andino de Fomento - CAF	8,06%	1.934	6.959	184.089	7,94%	1.913	8.399	238.998
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	5,73%	199	24.773	100.540	5,73%	259	26.783	135.793
AMFORP & BEPCO	6,50%	-	296	303	6,50%	-	607	1.218
Dresdner Bank	6,25%	266	24.772	100.539	6,25%	345	26.783	135.792
Eximbank	2,15%	1.721	34.767	330.291	2,15%	2.136	39.410	413.807
Outras		366	1.790	16.629	5,15%	347	2.160	22.766
		9.064	126.314	1.045.482		11.860	153.216	1.366.061
<b>Bônus</b>								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	4.052	-	531.390	7,75%	4.892	-	641.400
		4.052	-	531.390		4.892	-	641.400
<b>Outros</b>								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		-	-	-
		-	-	-		-	-	-
		13.116	126.314	1.576.872		16.752	153.216	2.007.461
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		-	-	-		-	-	-
Outros		-	-	-		-	-	-
		-	-	-		-	-	-
		13.116	126.314	1.576.872		16.752	153.216	2.007.461

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R\$ 1.716.302 mil, equivalente a US\$ 968,951 mil e no consolidado a R\$ 11.668.969 mil, equivalente a US\$ 6,587,799 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
CONTROLADORA	64%	15%	21%
CONSOLIDADO	91%	5%	4%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2007, foi de 7,03%a.a. e 2006, foi de 6,83 %a.a.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2009	2010	2011	2012	2013	Após 2013	TOTAL
CONTROLADORA	64.174	106.441	106.441	106.441	93.384	413.353	890.234
CONSOLIDADO	397.481	444.844	501.932	633.921	467.046	4.883.473	7.328.697

## Anexo V

CONSOLIDADO							
2007				2006			
ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
CIRCULANTE		NÃO		CIRCULANTE		NÃO	
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE
5,62%	4.578	32.957	313.091	6,97%	6.860	49.074	417.687
8,06%	1.934	6.959	184.089	7,94%	1.913	8.399	238.998
5,73%	479	47.610	123.378	5,73%	259	26.783	185.174
6,50%	-	296	303	6,50%	-	607	1.218
6,25%	382	35.859	111.625	6,25%	345	26.783	159.765
2,15%	1.721	34.767	330.291	2,15%	2.136	39.410	413.807
	558	14.858	34.699		1.332	56.347	57.006
	9.652	173.306	1.097.476		12.845	207.403	1.473.655
7,75%	4.052	-	531.390	7,75%	4.892	-	641.400
	4.052	-	531.390		4.892	-	641.400
	6.202	667.338	9.179.553		8.242	546.469	13.751.786
	6.202	667.338	9.179.553		8.242	546.469	13.751.786
	19.906	840.644	10.808.419		25.979	753.872	15.866.841
	-	306.419	277.296		-	534.272	486.333
	32.162	230.068	1.895.607		8.530	667.525	1.466.752
	32.162	536.487	2.172.903		8.530	1.201.797	1.953.085
	52.068	1.377.131	12.981.322		34.509	1.955.669	17.819.926

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS**  
**RESULTADO POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**  
(em milhares de reais)

RESULTADO POR SEGMENTO	CONSOLIDADO		
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO
RECEITAS OPERACIONAIS	13.277.440	3.791.948	2.893.331
DESPESAS OPERACIONAIS	(7.809.716)	(2.995.315)	(4.699.472)
TOTAL RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	5.467.724	796.633	(1.806.141)
RESULTADO FINANCEIRO	(2.363.490)	593.741	195.782
RESULTADO OPERACIONAL	3.104.234	1.390.374	(1.610.359)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(12.324)	(23.564)	(485)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL , IMPOSTO DE RENDA E DAS PARTICIPAÇÕES	3.091.910	1.366.810	(1.610.844)
Contribuição social	(201.276)	(105.641)	117.386
Imposto de renda	(575.814)	(309.535)	326.081
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	2.314.820	951.634	(1.167.377)
Participação nos lucros	(42.137)	(98.695)	(1.095)
Participação minoritária	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.272.683	852.939	(1.168.472)

## Anexo VI

<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	<u>CONSOLIDADO ELIMINAÇÕES</u>	<u>TOTAL</u>
9.458.012	(6.112.245)	23.308.486
-		
(8.742.570)	4.199.452	(20.047.621)
-		
<u>715.442</u>	<u>(1.912.793)</u>	<u>3.260.865</u>
-		
596.453	50.845	(926.669)
-		
<u>1.311.895</u>	<u>(1.861.948)</u>	<u>2.334.196</u>
-		
(506)	-	(36.879)
-		
-		
<u>1.311.389</u>	<u>(1.861.948)</u>	<u>2.297.317</u>
-		
17.540	-	(171.991)
145.958	-	(413.310)
-		
<u>1.474.887</u>	<u>(1.861.948)</u>	<u>1.712.016</u>
-		
(18.000)		(159.927)
-	(4.232)	(4.232)
<u>1.456.887</u>	<u>(1.866.180)</u>	<u>1.547.857</u>

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRÁS**  
**RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO**  
(em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

	2007							
	ATIVO			PASSIVO				
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não circu- lante	Pat. Líquido	TOTAL	
		Outros	Imobi- lizado, Intangível e diferido					
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO								
FURNAS	1.870.702	2.266.530	14.426.075	18.563.307	2.618.257	2.513.342	13.431.708	18.563.307
CHESF	1.789.042	415.335	16.263.627	18.468.004	1.769.686	4.832.314	11.866.004	18.468.004
ELETROSUL	488.855	873.677	2.038.700	3.401.232	420.269	777.212	2.203.751	3.401.232
ELETRONORTE	2.143.497	1.308.261	17.274.411	20.726.169	2.513.896	9.594.867	8.617.406	20.726.169
MANAUS	274.121	604.484	1.590.753	2.469.358	613.890	1.243.072	612.396	2.469.358
BOA VISTA	53.909	46.993	85.105	186.007	40.589	45.154	100.264	186.007
ELETRONUCLEAR	729.988	679.616	6.485.044	7.894.648	526.944	2.912.127	4.455.577	7.894.648
CGTEE	184.785	11.213	527.777	723.775	74.988	6.579	642.208	723.775
LIGHTPAR	97.209	93.650	42	190.901	72.846	1	118.054	190.901
ITAIPU	1.530.658	4.437.118	31.047.697	37.015.473	2.378.875	34.459.468	177.130	37.015.473

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2007							
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	I.Renda e	Resultado
	Oper. Líquida	Operacional	do Serviço	Financeiro	Operacional	não Operacional	Cont. Social	do Exercício
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO								
FURNAS	5.105.173	(5.202.370)	(97.197)	1.055.733	958.536	(5.319)	(276.693)	676.524
CHESF	3.980.753	(2.506.177)	1.474.576	(486.608)	987.968	(6.125)	(329.213)	652.630
ELETROSUL	549.145	(338.301)	210.844	101.744	312.588	(16.508)	(99.140)	196.940
ELETRONORTE	4.624.070	(4.426.515)	197.555	(688.650)	(491.095)	(7.466)	(43.754)	(542.315)
MANAUS	812.406	(1.293.406)	(481.000)	(63.702)	(544.702)	267	-	(544.435)
BOA VISTA	108.652	(127.098)	(18.446)	9.371	(9.075)	183	-	(8.892)
ELETRONUCLEAR	1.271.697	(1.099.028)	172.669	(53.282)	119.387	(507)	(1.212)	117.668
CGTEE	131.122	(219.864)	(88.742)	19.358	(69.384)	235	-	(69.149)
LIGHTPAR	19.089	(3.475)	15.614	609	16.223	-	(126)	16.097
ITAIPU	5.967.576	(2.312.945)	3.654.631	(2.330.870)	1.323.761	(2.171)	-	1.321.590



## Anexo VII

BALANÇO PATRIMONIAL							
2006							
ATIVO			PASSIVO				
Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não circu- lante	Pat. Líquido	TOTAL	
	Outros	Imobilizado, Intangível e diferido					
2.405.707	2.046.913	14.239.713	18.692.333	2.549.482	3.222.366	12.920.485	18.692.333
1.287.923	594.785	16.356.602	18.239.310	1.647.877	5.138.059	11.453.374	18.239.310
478.001	805.407	1.854.624	3.138.032	449.888	634.543	2.053.601	3.138.032
2.544.950	1.563.303	16.901.557	21.009.810	5.703.061	7.363.967	7.942.782	21.009.810
294.718	481.533	1.623.924	2.400.175	402.380	844.114	1.153.681	2.400.175
50.454	35.485	101.310	187.249	33.548	44.545	109.156	187.249
708.007	622.719	6.302.482	7.633.208	560.783	2.706.629	4.365.796	7.633.208
321.111	13.746	439.051	773.908	52.082	10.469	711.357	773.908
93.934	93.650	51	187.635	85.323	1	102.311	187.635
1.373.819	428.703	43.938.816	45.741.338	2.640.411	42.887.128	213.800	45.741.339

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
2006							
Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	Resultado não Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício
5.219.183	(4.525.632)	693.551	(296.892)	396.659	96.218	(128.673)	364.204
3.265.709	(2.119.261)	1.146.448	(802.786)	343.662	234.152	(120.464)	457.350
539.268	(320.497)	218.771	(5.882)	212.889	64.355	(67.789)	209.455
3.743.587	(3.611.127)	132.460	(454.258)	(321.798)	(10.230)	(17.054)	(349.082)
886.469	(1.095.893)	(209.424)	(37.919)	(247.343)	(2.165)	-	(249.508)
85.572	(101.941)	(16.369)	5.581	(10.788)	1	-	(10.787)
1.204.488	(922.604)	281.884	(251.520)	30.364	(506)	(1.811)	28.047
156.928	(196.218)	(39.290)	43.924	4.634	(837)	(2.581)	1.216
3.832	(897)	2.935	439	3.374	-	(571)	2.803
6.107.603	(2.408.842)	3.698.761	(4.478.555)	(779.794)	(2.038)	-	(781.832)

## Siglas Utilizadas

ALBRÁS	Alumínio Brasileiro S.A.
AES BANDEIRANTE	AES Bandeirante Empreendimentos Ltda.
AES ELETROPAULO	AES Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A.
AES SUL	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
AES TIETÊ	AES Tietê S.A.
AMPLA	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANDE	Administración Nacional de Electricidad
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARTEMIS	Artemis Transmisora de Energia S.A.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
CAIUÁ	Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.
CAJA	Caja Paraguaya de Judicaciones y Pensiones del Personal de Itaipu Binacional
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDSA	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEB Lajeado	CEB Lajeado S.A.
CEEE - D	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE - GT	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELG	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
CENTRO-OESTE DE MINAS	Companhia de Transmissão Centro-Oeste de Minas
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CESP	Companhia Energética de São Paulo
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CJGE	Companhia Jaguariúna de Geração de Energia
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A.

EDP Lajeado	EDP – Lajeado Energia S.A.
ELEJOR	Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
ELEKTRO	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
ELOS	Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social
ELETROS	Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre
ELETROCEEE	Fundação CEEE de Seguridade Social
ELETRONET	Eletronet S.A.
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
ENERPEIXE	Enerpeixe S.A.
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
ETEP	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
ETAU	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
FACHESF	Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social
FGP	Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas
FIBRA	Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
GRALHA AZUL	Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.
GUASCOR	Guascor do Brasil Ltda.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
INB	Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
INVESTCO	Investco S.A.
ITIQUIRA	Itiquira Energética S.A.
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
NUCLEOS	Nucleos Instituto de Seguridade Social
NUCLEP	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
PAULISTA LAJEADO	Paulista Lajeado Energia S.A.
PIRATININGA	Companhia Piratininga de Força e Luz
PREVINORTE	Previnorte – Fundação de Previdência Complementar
REAL GRANDEZA	Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social
REDE LAJEADO	Rede Lajeado Energia S.A.
RGE	Rio Grande Energia Elétrica S.A.
RS ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul
SC ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.
STN	Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
TANGARÁ	Tangará Energia S.A.
TRACTBEL	Tractbel Energia S.A.
TRANSIRAPÉ	Companhia Transirapé de Transmissão
TRANSLESTE	Companhia Transleste de Transmissão
TRANSUDESTE	Companhia Transudeste de Transmissão
UIRAPURU	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

*Eletronorte - Rede de Trans-  
missão - Tramoeste  
(Arquivo Eletronorte)*

A Diretoria Executiva da Eletrobrás (DEE) é eleita pelo Conselho de Administração e tem cinco integrantes: o presidente, que é necessariamente um membro do Conselho, e quatro diretores. A DEE trabalha de acordo com o estabelecido pelo Estatuto Social da empresa e as diretrizes do Conselho de Administração.

Em dezembro de 2007, a DEE era assim constituída:

Valter Luiz Cardeal de Souza	<b>Presidente em Exercício</b>
Aracilba Alves da Rocha	<b>Diretora de Administração</b>
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira	<b>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (Interino)</b>
Valter Luiz Cardeal de Souza	<b>Diretor de Engenharia</b>
João Ruy Castelo Branco de Castro	<b>Diretor de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial</b>

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

##### Presidente

Nelson José Hubner Moreira Ministro de Minas e Energia (Interino)

##### Conselheiros

Ronaldo Schuck	Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia
Miriam Aparecida Belchior	Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM) - Casa Civil
Luiz Soares Dulci	Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Arlindo Magno de Oliveira	Aposentado do Banco do Brasil
Victor Branco de Holanda	Diretor de Gestão Estratégica MF/SE
Wagner Bittencourt de Oliveira	Diretor da Área de Infra-estrutura/diretor da Área de Insumos Básicos - BNDES

#### CONSELHO FISCAL

##### Titulares

Haílton Madureira de Almeida	Representante da União/ Tesouro Nacional
Francisco Ivaldo Frota	Controlador da União/MME
Edison Freitas de Oliveira	Controlador da União/MME
Carlos César Meirelles Vieira	Detentor de Ações Preferenciais

##### Suplentes

Marcelo Kalume Reis	Representante da União/Tesouro Nacional
Danilo de Jesus Vieira Furtado	Acionista Controlador da União/ MME
Jairez Elói de Sousa Paulista	Acionista controlador da União/ MME
Elson Espedito Panoeiro	Detentor de ações preferenciais

# Parecer Auditores Independentes

PARCELA UNICA DE INDEPENDENTES

*Cepel – Vista do Laboratório  
de Alta Tensão 2  
(Arquivo Cepel/  
Milton Maurenre)*



Aos Administradores e Acionistas  
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS - controladora e consolidado, levantado em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na nota 19, em 31 de dezembro de 2007 os investimentos em determinadas empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações contábeis examinadas por outros auditores independentes e, nosso relatório, no que se refere aos valores desses investimentos e da receita de equivalência patrimonial por eles produzida, nos montantes de R\$ 33.759.973 mil e R\$ 2.010.440 mil, respectivamente, está baseado exclusivamente nos relatórios desses auditores.
2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Não nos foi apresentado até a presente data o parecer dos auditores independentes relativo às demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, de determinadas coligadas relevantes (nota 19), cujos investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Conseqüentemente, não foi possível, por meio de procedimentos adicionais de auditoria, avaliar a adequação dos valores desses investimentos, bem como da receita de equivalência patrimonial por eles produzida, nos montantes de R\$ 376.404 mil e R\$ 4.774 mil, respectivamente.
4. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres emitidos por outros auditores independentes, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos procedimentos de auditoria omitidos mencionados no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 31 de dezembro de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e da segmentação de negócios, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, representam informações complementares às demonstrações contábeis, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.
6. Conforme mencionado na nota 32, a Companhia mantém registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 1.328.544 mil correspondente à provisão para contingências cíveis relacionadas à reclamação, por parte de determinadas pessoas jurídicas, do direito de receber a correção monetária plena sobre os valores de Empréstimo Compulsório arrecadado em favor da Eletrobrás. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, que revelam incerteza sobre a probabilidade de perda dos correspondentes processos judiciais (em 2003 a probabilidade de perda foi classificada como possibilidade de insucesso na defesa das ações judiciais em curso), e no princípio da prudência, à luz da verificação de decisões desfavoráveis em 1ª instância e na inexistência de julgamento nos tribunais superiores, a Administração da Companhia manteve registrada a provisão para contingências, substancialmente constituída em exercícios anteriores, como forma de fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis. Dada a controvérsia do assunto, não é possível nas circunstâncias atuais concluir sobre o desfecho da lide, bem como os eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis.
7. A Companhia visando à certificação junto à U.S. – Security and Exchange Commission - SEC, vem trabalhando no processo de melhorias de seus controles internos e de sua governança corporativa, para aderência à Lei Sarbanes Oxley (seção 404) e conseqüente redução da possibilidade de riscos e fraudes em seus negócios, em todos os níveis.
8. As demonstrações contábeis de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 21 de fevereiro de 2008, contendo ênfase referente ao saldo de ICMS no valor de R\$ 44.067 mil, registrado por FURNAS no ativo circulante, decorrente de Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira entre a ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso, para realização de obras e implantação e asfaltamento de estrada de acesso ao Aproveitamento Múltiplo de Manso, os quais foram transferidos para a Companhia em 1999 por Resolução de Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999, complementada pela Resolução nº 04/1999. Em 13 de junho de 2007 foi lavrado o Termo de Conclusão da Ação Fiscal, no qual consta que o Governo do Estado do Mato Grosso ressarcirá



Furnas do valor correspondente ao percentual da sua participação, destacando que “Após conclusão das ordens de serviço correspondentes a todas as empresas, será possível apurar o valor a ser restituído à Companhia Furnas, se for o caso”. Assim, a liquidação desse crédito depende ainda das gestões resultantes das ações da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso, quanto a definição do valor, bem como da época de sua realização. A Administração de FURNAS entende que estando esses trabalhos em fase de conclusão existem grandes possibilidades de realização desses créditos no exercício de 2008.

9. As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram por nós examinadas e emitimos parecer sem ressalvas, datado de 20 de fevereiro de 2008, contendo ênfases referentes aos seguintes fatos: a) insuficiência de capital de giro e prejuízos operacionais acumulados nos últimos exercícios, na subsidiária Manaus Energia S.A., dependendo de aportes de recursos por parte de seu acionista controlador para garantir a continuidade normal de suas operações; b) continuidade normal dos negócios da subsidiária Boa Vista Energia S.A.; e c) a Eletronorte é patrocinadora, juntamente com suas subsidiárias integrais, Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., da Entidade de Previdência Privada denominada “Previnorte – Fundação de Previdência Complementar”. As reservas matemáticas/atuariais foram preparadas, pelo atuário independente da Fundação, com base na tábua biométrica AT-49, desagravada em 2 (dois) anos para projeção da longevidade dos participantes e assistidos. A Previnorte está promovendo, gradativamente, a implementação da tábua AT-83, conforme requerida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, cujo prazo final para adoção dessa tábua se encerra em 31 de dezembro de 2008. Dessa forma, em virtude do atual estágio desse processo, bem como da data limite para adoção da referida tábua, eventuais ajustes futuros poderão vir a ser reconhecidos nas demonstrações contábeis futuras, decorrentes da aplicação da NPC nº 26 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
10. As demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2008, contendo ênfase referente ao fato de que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da companhia. Contudo, apesar dos lucros apurados nos dois últimos exercícios, essa vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos anos, suportados pelo acionista controlador, mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital. Assim, para desenvolvimento e continuidade das operações, a companhia vem implementando medidas visando à viabilidade econômico-financeira do empreendimento.
11. As demonstrações contábeis da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressal-

vas, datado de 30 de janeiro de 2008, contendo ênfase referente ao fato que, de acordo com a decisão da 49ª. Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. Em janeiro de 2006, a Procuradoria Geral do Estado passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites estaduais constitucionais determinados para pagamento dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionada ao assunto em questão é de responsabilidade do Governo do Estado. Como consequência, nenhuma obrigação em relação a esse plano foi registrada.

12. As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, cujos valores estão sendo apresentados para fins comparativos, foram examinadas por nós e emitimos parecer datado de 26 de março de 2007, sem ressalvas, contendo ênfases semelhantes às descritas nos parágrafos 5, 6, 7, 8 c, 9, 10 e 11, além das descritas a seguir:
  - a) As demonstrações contábeis de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 16 de março de 2007, contendo ênfase referente ao fato de que a Companhia possui no montante de R\$ 293.560 mil correspondente a transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (antigo MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento. No exercício de 2007, diante da incerteza da realização financeira dos valores a receber, FURNAS constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa considerando a integralidade desses valores.
  - b) As demonstrações contábeis da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 14 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente a não homologação do reposicionamento tarifário aplicado sobre a tarifa a partir de 01 de julho de 2005. Essa homologação ocorreu em 02 de julho de 2007, acarretando uma redução da Receita Anual Permitida – RAP de 1,36% representando um ajuste de R\$ 23.632 mil que será deduzido nos faturamentos mensais em 24 parcelas de R\$ 985 mil a partir de julho de 2007.
  - c) As demonstrações contábeis da Eletrobrás Termonuclear S.A. ELETRONUCLEAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de

09 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente a inclusão do Projeto Angra 3 no Programa de investimentos do Governo Federal, o que permitiria um incremento nas operações e a recuperação dos recursos já empregados no imobilizado em curso. No exercício de 2007, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, através da resolução nº 3/2007, de 25 de julho de 2007, determinou que a Eletrobrás e a Eletronuclear conduzissem a retomada da construção da usina nuclear Angra 3, com vistas a sua entrada em operação comercial em 2013.

- d) As demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2007, contendo ênfases referentes aos seguintes assuntos: a) em 2 de março de 2005, a Secretaria da Fazenda Estadual, comunicou que apesar de o grupo de trabalho constituído ainda não ter concluído o trabalho de conciliação das contas de energia elétrica, que compõem parte do parcelamento de débitos de energia no montante de R\$ 49.885 mil, o mesmo já informou a existência de divergências, sendo prudente aguardar a conclusão dos trabalhos para qualquer manifestação; e b) a Empresa tem registrado no ativo realizável a longo prazo valores a receber no montante de R\$ 15.889 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e R\$ 13.207 mil, referentes a Encargos de Serviço do Sistema, e no passivo exigível a longo prazo valores a pagar no montante de R\$ 40.607 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ocorridas em exercícios anteriores.
- e) As demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE - GT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente ao fato de que empresa registrou no ativo realizável a longo prazo valores a receber no montante de R\$ 52.108 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária, e no passivo exigível a longo prazo valores a pagar no montante de R\$ 73.058 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ocorridas em exercícios anteriores.
- f) As demonstrações contábeis da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 1º de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente aos reajustes da Receita Anual Permitida – RAP com base nas variações do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M para os ciclos tarifários de julho de 2005 a junho de 2006 e de julho de 2006 a junho de 2007. Em 26 de junho de 2007,


foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica, reduzindo a Receita Anual Permitida – RAP em 26,15%, o resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 01 de julho de 2005.

- g) As demonstrações contábeis da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 09 de março de 2007, contendo ênfase referente ao fato de a empresa estar avaliando os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo novo modelo setorial e as recentes experiências com os leilões de energia. A avaliação da administração da empresa é de que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente, além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas, para permitir rentabilidade a suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta em R\$ 811.913 mil em 31 de dezembro de 2006.
- h) As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente ao fato de as demonstrações contábeis terem sido preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da companhia, no entanto a mesma vem sofrendo prejuízos ao longo dos anos, sendo que para o desenvolvimento e continuidade de suas operações a companhia vem implementando medidas, visando à viabilidade econômico-financeira do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2007, a Eletrobrás mantém registrada, provisão para o passivo a descoberto na proporção de sua participação na CERON.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2008.

Luiz Carlos de Carvalho  
Sócio-contador  
CRC 1SP197193/0-6 "S" RJ  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC2SP013439/0-5"S"





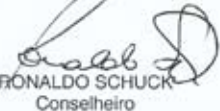



## Decisão do Conselho de Administração

	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> 583ª Reunião DECISÃO	19.03.2008
---	---	------------

**DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras e o parecer emitido pelos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao Exercício findo em 31.12.2007 e, encontrando-se corretos e em ordem, DECIDE submeter a matéria à deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia.

Brasília, 19 de março de 2008.

 MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN Presidente	 JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES Conselheiro
 WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA Conselheiro	 MIRIAM APARECIDA BELCHIOR Conselheira
 RONALDO SCHUCK Conselheiro	 VICTOR BRANCO DE HOLANDA Conselheiro
 ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA Conselheiro	 NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA Conselheiro

## Parecer do Conselho Fiscal



CONSELHO FISCAL  
332ª Reunião

19.03.2008

### PARECER

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e seus anexos, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e no Parecer da BDO Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes as posições patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2007, o Conselho Fiscal da ELETROBRÁS, destacando o entendimento firmado nos parágrafos de ênfase nºs 6, 7, 8, 9, 10 e 11 do Parecer dos auditores independentes, entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

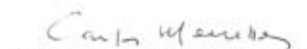
É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da ELETROBRÁS relativamente à destinação do resultado do exercício de 2007 está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Brasília (DF), 19 de março de 2008.

  
ÉDISON FREITAS DE OLIVEIRA  
Presidente

  
HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA  
Conselheiro

  
FRANCISCO IVALDO ANDRADE FROTA  
Conselheiro

  
CARLOS CESAR MEIRELLES VIEIRA  
Conselheiro



Eletrobrás 

Ministério de  
Minas e Energia

